

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRITO SENSU*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO – SERVIÇO SOCIAL

**AS CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
PROFISSIONAIS DO POLICIAL MILITAR DE GOIÁS E AS
REPERCUSSÕES EM SUA SAÚDE MENTAL – 2005 A 2007.**

GOIÂNIA
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRITO SENSU*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO – SERVIÇO SOCIAL

**AS CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
PROFISSIONAIS DO POLICIAL MILITAR DE GOIÁS E AS
REPERCUSSÕES EM SUA SAÚDE MENTAL – 2005 A 2007.**

REGINA BELÉM MASCARENHAS

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strito Sensu* em Serviço Social pelo Departamento de Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira.
Co-orientador: Prof. Dr. Pedro Humberto F. Campos.

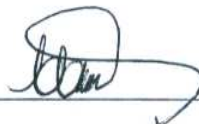
GOIÂNIA
2009

DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL EM
NOVEMBRO DE 2009 PELA BANCA EXAMINADORA

BANCA EXAMINADORA

Banca Examinadora:

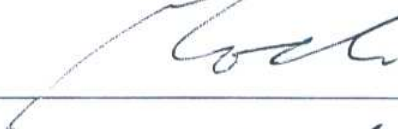
Dra. Liliana Patrícia L. S. Pereira
(Presidente)



Dra. Sandra de Faria
(UCG /Membro)



Dr. Wanderley Codo
(UnB /Membro)



Dr. Pedro Humberto Faria Campos
(UCG/Suplente)



Agradeço a minha irmã, Ângela Cristina por incentivar, apoiar e cultivar o desejo pelo conhecimento.

A todas as pessoas que contribuíram e me incentivaram nessa caminhada, às vezes com muita dificuldade.

Agradeço a minha orientadora, prof^a Líliliana P. S. Pereira pelo tratamento sempre atencioso e paciente durante o processo de orientação desse trabalho.

Ao meu co-orientador, prof. Pedro Humberto F. Campos o apoio, a amizade, o conhecimento que contribuiu de forma muito importante para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo aborda a relação entre as condições e organização das atividades do policial militar de Goiás e as repercussões psíquicas provocadas pelo trabalho. A perspectiva de investigação abordada é através do processo histórico e da psicodinâmica do trabalho, a qual a centralidade do trabalho é a base da discussão e deve ser apreendido em um contexto amplo. As metamorfoses impostas ao chamado mundo do trabalho em face ao atual padrão de acumulação conhecido como “acumulação flexível” provoca impactos em toda estrutura social bem como na classe trabalhadora. O capitalismo contemporâneo nas últimas décadas vem acarretando em crescente índice de desemprego e desigualdades sociais. Nesta perspectiva foi analisado por meio das categorias sobre: urbanismo, segurança, desigualdade social e violência a inter-relação destes aspectos no sistema capitalista contemporâneo, a participação do Estado de características neoliberais que dificulta a atuação do governo, produz contradições, conseqüentemente tensões, antagonismos e um desmedido individualismo que tem levado a alienação e a exclusão social. O desenvolvimento da sociedade concebido na vida urbana é traduzido à luz da teoria de classes sociais que implica numa contradição entre o capital e o trabalho. Esses aspectos têm provocado impactos nas atividades laborais do policial militar que sofreu algum tipo de transtorno mental. Apresenta ainda um estudo das relações entre saúde, medicina e sociedade. Traz as concepções históricas e o impacto da economia do capital sobre a saúde dos trabalhadores. Reflete sobre a relação do ser humano com a loucura no decorrer da história e discute sobre a gestão das políticas de saúde mental pautada em recorrentes formas de desrespeito ao portador de sofrimento psíquico.

Palavras-chave: trabalho, saúde mental, segurança.

ABSTRACT

This study approaches the relation between the conditions and the organization of the Goiás military police officer's activities and the psychic consequences caused by work. The perspective of investigation is carried out through the historical process and the psychodynamics of the work, in which its aim is the basis of the discussion and must be perceived in a wide context. The metamorphosis which are imposed to the so called world's work facing the current accumulation pattern known as "flexible accumulation" provokes impacts in all social structure as well as the working class. The contemporary capitalism in the last decades has been causing an increase at the unemployment rate and social inequality. This way it is analyzed through the categories about urbanism, security, social inequality and violence, the connection of these features on the contemporary capitalist system, the participation of neoliberalists States which makes the government participation more difficult, produces contradictions, consequently tensions, antagonisms and an uncontrolled individualism that has lead to social exclusion. Social development which is taken in urban life is translated to the theory of the social classes that implicates in a contradiction between the capital and the work. This aspects have been provoking impacts on the work's schedule of the military police officer who suffered any kind of mental disorder. It is also present a study about the relation between health, medicine and society. Brings the historical conceptions and the economical impact upon the worker's health. Reflects about the human's relation with the crazyness along the history and discusses the policy on mental health based on repeated ways of disrespect to the person's psychic suffering.

Key Words: work, mental health, security.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 A SOCIEDADE E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO. 15	
1.1 O TRABALHO NAS CONFIGURAÇÕES SOCIETÁRIAS PRÉ-INDUSTRIAS E PRÉ-CAPITALISTAS	15
1.2 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO NAS SOCIEDADES INDUSTRIAIS-CAPITALISTA ESTRUTURADA NA REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA ..	21
1.3 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS DE CAPITAL ESTRUTURADO NA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA.....	26
1.4 ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO TRABALHO.....	37
1.4.1 O Indivíduo no Campo da Objetividade / Subjetividade	41
2 A DESIGUALDADE, A EXCLUSÃO, A VIOLÊNCIA E O POLICIAL NO CONTEXTO DO ESPAÇO URBANO.....	48
2.1 A CIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO.....	48
2.2 O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA NO PROCESSO URBANO, A QUESTÃO DA DESIGUALDADE, SEGREGAÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA ..	51
2.3 O POLICIAL NO CENÁRIO DO ESPAÇO URBANO.....	60
2.3.1 Histórico da Polícia Militar em Goiás	70
2.3.2 A Organização do Trabalho da Polícia Militar em Goiás.....	71
2.3.3 Sofrimento Mental e o Trabalho do Policial Militar	76
3 A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL E SEU IMPACTO NO ÂMBITO DA GESTÃO PÚBLICA.....	84
3.1 MEDICINA, SAÚDE E TRABALHO	84
3.1.1. A inserção do trabalho na medicina.....	88
3.2 A EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA INSTITUCIONAL EM SAÚDE MENTAL ..	93
3.2.1 Políticas de saúde mental no Brasil.....	96
3.2.2. Movimento sanitário e reforma psiquiátrica	99
3.2.3 Assistência em Saúde Mental no Instituto de Previdência e Assistência do Estado de Goiás – IPASGO	104
4 DA ATIVIDADE POLICIAL DOTADA DE SENTIDO À DOENÇA MENTAL 110	
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS NA PESQUISA.....	110
4.2 A REPRODUÇÃO DO TRABALHO E A SAÚDE MENTAL FRENTE À ATIVIDADE OCUPACIONAL	120
4.3 ATIVIDADE POLICIAL: ROMPENDO COM O SENTIDO DO TRABALHO..	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
ANEXO.....	162

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado nasce da necessidade de se discutir algumas questões relativas às transformações contemporâneas ocorridas no mundo do trabalho, colocando-se em pauta seu término, ou ao contrário sua centralidade e a repercussão no âmbito das atividades do trabalho e sua influência na saúde mental do policial da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), usuário dos hospitais psiquiátricos conveniados com o Ipasgo (Instituto de Previdência e Assistência do Estado de Goiás). Integra-se à SSP-GO as polícias civis, militares e o corpo de bombeiros militares.

As experiências no serviço social do setor de saúde mental no Ipasgo possibilitaram muita reflexão e análise sobre o tema. A atual intervenção clínica psiquiátrica legitima os psicofármacos e a internação hospitalar como práticas suficientes ao atendimento, favorecendo uma ação que acarreta a cronificação do usuário e envolve também a construção de um novo paradigma incorporado na luta para a implementação de um novo modelo de atenção à saúde mental que através da lei federal 10.216 redimensiona a assistência em saúde mental, denominada Reforma Psiquiátrica.

Elegemos como sujeito do nosso estudo o policial militar por suas características próprias. Significativo tem sido o número de policiais que fazem uso de internações em hospitais psiquiátricos conveniados com o Ipasgo, no conjunto dos trabalhadores que integram o quadro de funcionários públicos do Estado de Goiás, necessitam desse serviço.

Desse modo, o trabalho do policial militar inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, no âmbito do conhecimento técnico operativo desenvolvido na sociedade contemporânea, traduz-se numa situação complexa quando ele é chamado a intervir em um cenário onde são desenvolvidos os fenômenos da urbanização, desigualdade, segregação social, criminalidade e violência na realidade social.

Diante do exposto, apresentamos a hipótese de que a incidência dos transtornos mentais junto aos policiais mencionados deve-se à condição e organização do trabalho da SSP-GO e acreditamos ser de grande importância fazer-se uma análise bastante cuidadosa do objeto em questão.

A pesquisa e a dissertação se sustentam em dois eixos teóricos: o trabalho compreendido na vertente do materialismo histórico e dialético e a psicopatologia, em especial a psicodinâmica do trabalho, que considera a subjetividade e sua relação dialética com a objetividade do trabalho e sua forma de organização, cujos resultados apresentamos a seguir. Objetivou compreender as atividades de trabalho que influenciam as doenças mentais dos policiais segurados do Ipasgo, visando a capacitação dos profissionais da Gerência de Auditoria Médica, Odontológica e Medicina Social (GEAUD) deste Instituto, mantendo um vínculo direto com a Corporação da Polícia Militar e a sociedade, visando oferecer melhores serviços em saúde mental aos policiais, com vistas à garantia de qualidade de vida e o direito à cidadania.

Os fenômenos abordados seguiram a perspectiva da pesquisa quantitativa e qualitativa e foram investigados através de dois estudos: quantitativo e documental; qualitativo, com entrevista. Entre outubro de 2008 e janeiro de 2009, foi realizado um trabalho de documentação através do qual foram coletadas informações sobre o perfil sócioeconômico, a avaliação diagnóstica e a história de internação do policial que utilizou e/ou utiliza os serviços das clínicas psiquiátricas conveniadas com o Ipasgo, durante o ano de 2005 a 2007, através da Gerência de Tecnologia e Informação (GTI) e da Gerência de Auditoria Médica, Odontológica e Medicina Social (GEAUD)-Ipasgo. Entre as fichas analisadas, com base na identificação do transtorno mais prevalente, foi tirada uma amostra aleatória de 10 (dez) sujeitos que entre maio e agosto de 2009 foram entrevistados a partir de um roteiro de entrevista semidirética, através do qual foi apreendido de que forma o policial percebe sua atividade real: a descrição do local de trabalho, sua relação no âmbito da autonomia x hierarquia. Investigou-se o nível de prazer e sofrimento em relação às suas atividades na Corporação.

Desenvolver uma reflexão crítica sobre as profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho e sua repercussão na vida dos indivíduos é nossa preocupação central. As metamorfoses impostas ao chamado mundo do trabalho, face ao atual padrão de acumulação conhecido por muitos como "acumulação flexível", provoca impactos em toda estrutura social, bem como na classe trabalhadora. Tal problemática apresenta-se bastante atualizada e merece ser objeto de discussões e debates permanentes, visto que o capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas,

acentuou sua lógica destrutiva, acarretando um crescente índice de desemprego, que repercute nas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, sendo reflexo da questão social imposta pela economia capitalista.

Este processo de mundialização da economia altera o Estado ao redefini-lo como mínimo na sociedade capitalista, dificultando o estabelecimento das fronteiras da atuação do governo e produzindo contradições, conseqüentemente tensões e antagonismos. Nessa perspectiva, com a gradual perda da visibilidade social, substituída por um desmedido individualismo e pela desigualdade transformada em ideal superior, provoca-se a alienação e a exclusão social.

Apresentamos uma análise que parte previamente acerca da origem, do desenvolvimento e das alterações ocorridas nos processos de trabalho produtivo e sobre as metamorfoses impostas ao chamado mundo do trabalho e suas conseqüências na contemporaneidade.

No primeiro capítulo, a exposição percorre uma abordagem no qual o trabalho se configura como fator ontológico do ser humano, um elo indispensável ao processo de humanização e caracteriza uma forma histórica de individualidade que se expressa na universalidade. Apresentamos também o trabalho e suas configurações em várias etapas do sistema capitalista, através dos quais vai se constituindo a condição do trabalhador, a qual consideramos essencial à apreensão das mediações do objeto.

O capitalismo em sua trajetória passa por um conjunto de transformações econômicas, como é próprio de sua lógica. Tais transformações na atualidade caracterizam-se pela tendência à desindustrialização, em diferentes momentos da etapa do processo de industrialização característico da primeira e segunda revolução industrial, dando concretude à hegemonia do capital financeiro, que entre outras conseqüências, conduz à formação de blocos regionais e à expansão da tecnologia informática. Larangeira (1999) salienta que a reestruturação produtiva que se consolida nos anos de 1990 apresenta resultados bastante negativos para a massa de trabalhadores, forma de gestão baseada na flexibilidade. Observa-se com isto, a tendência à precarização do trabalho, bem como o desemprego de longa duração nos países centrais e periféricos.

Nesse quadro, percebemos que o movimento da flexibilização do direito do trabalho deve ser visto com parcimônia, jamais perdendo de vista a ordem de proteção e garantia mínima legal e institucional do trabalhador.

Compreendemos que o trabalho vivenciado numa lógica de acumulação não consegue manter o significado concebido por Marx, o que procuramos apresentar no decorrer do nosso estudo. O sistema capitalista traz em si a alienação do trabalhador, tendo roubado a sua individualidade e subjetividade.

O problema do sentido do trabalho, como alerta Lautier (1999) é uma questão que o trabalho não é somente o exercício de uma atividade, mas também o sinal de inserção no *status* social e, ao mesmo tempo, a criação do seu oposto, o não-trabalho. Assim como Antunes (2000), dá à categoria trabalho a constituição originária primária, de realização social, a primeira forma da atividade humana, fundamento da sua essência, ou seja, o trabalho criador de valores de uso, contrariamente ao trabalho assalariado, fetichizado e estranhado. Somente por alternativa hegemônica do trabalho sobre o modo estabelecido do sistema de metabolismo social do capital, a busca de uma vida dotada de sentido permite explorar as conexões decisivas existentes entre trabalho e liberdade.

Acreditamos que a categoria trabalho deve ser apreendida na sua totalidade, porque assim como Marx (1980) concebe, a investigação tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de permitir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho de investigação é que se pode descrever adequadamente o movimento real do objeto pesquisado. “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida” (Marx, 1991, p.16).

Nessa perspectiva, o capítulo 2 tem como preocupação analisar as questões relativas à cidade e à produção do espaço urbano. A partir do referencial teórico do materialismo histórico e dialético, a urbanização é tida como forma desenvolvida da divisão social do trabalho e a noção das políticas urbanas, de segurança e sociais remete a um domínio da política estatal das sociedades capitalistas.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho e o desencadeamento da precarização do trabalho que têm gerado dificuldades e transtornos à classe trabalhadora, juntamente com o surgimento da crescente onda de violências e a forma como têm sido desencadeados os processos de urbanização nos mais variados contextos, tem chamado a atenção e suscitado muitos debates, além do grande desconforto que tem provocado em toda população.

Procuramos compreender como o policial, sujeito de nossa pesquisa, tem desempenhado o papel de promover a ordem pública e garantir a segurança do cidadão nesse espaço urbano, no qual se estabelecem as relações socioeconômicas e políticas características da sociedade industrial, que denominamos de sociedade industrial, motor das transformações na sociedade caracterizada como sociedade moderna e que modelaram o espaço social em função de seus interesses de classe.

A partir desse contexto, por meio de uma abordagem das categorias sobre urbanismo, segurança, desigualdade social, processo de segregação social e violência buscamos verificar a inter-relação destes aspectos e as condições do sistema econômico configurado na sociedade contemporânea. Nesse sentido, este estudo visa contribuir com o debate sobre a questão urbana, a segurança, a violência e compreender a participação dos atores diretamente envolvidos neste processo: o Estado, os policiais e os cidadãos mediante as políticas públicas e os direitos sociais.

O desenvolvimento da sociedade para Lefebvre (1991) só pode ser concebido na vida urbana e sua realização exige uma planificação orientada para as necessidades sociais, as necessidades da sociedade urbana. É indispensável existir uma força social e política capaz de operar esses meios. O direito à cidade está entre os direitos ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida, etc. Isto significa a proclamação e a realização da vida urbana como o reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca). E para isto, é exigido o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e como possibilidade para a mudança social. Ao analisar os interesses da hegemonia dominante – urbana e a elaboração de um novo sistema de valores universais, o autor aponta para o que Gramsci chamava de uma nova hegemonia, para demonstrar que o político é também o lugar onde se efetua a transição de um modo de produção para outro.

A mundialização com sua ideologia neoliberal tem apenas acentuado as escalas da desigualdade, pois esta não pode ser retida pelo mercado, muito pelo contrário. Com a diminuição do papel do Estado, como gestor dos interesses comuns, a lógica do mercado torna-se hegemônica. O contrato social, que cria a modernidade, tende a se desfazer, como assinalou Rosseau, em direção ao enfrentamento do problema da desigualdade. A exclusão constitui uma ameaça real

e direta aos princípios da modernidade, destruindo um de seus espaços essenciais, o da igualdade (Nascimento, 1999).

Nessa direção, Kowarick (2000) se expressa com mais visibilidade na segregação socioeconômica e espacial imperante nas áreas desigualmente abastecidas de bens e serviços. Espaços onde o policial tem como desafio superar as dificuldades em exercer seu ofício, tendo em vista que a violência não se restringe à noção de repressão pura e simplesmente policial, mas segundo Sousa e Silva (2005), à noção mais ampla de segurança. Isso exige, de acordo com Lefebvre (1991), ao lado da revolução econômica, a planificação orientada às necessidades sociais e da revolução política, o controle democrático do aparelho estatal, uma revolução cultural permanente. São preocupações que presidem as reflexões contidas nesta dissertação.

Evidenciamos ainda, a necessidade de estabelecer uma nova relação com o Estado e a sociedade civil, fortalecendo a participação dos atores sociais, dos movimentos sociais, do envolvimento dos cidadãos, do enfrentamento da problemática analisada e que as instituições sociais em consonância com as reivindicações dos movimentos populares possa no nível da gestão, planejamento, avaliação e controle social desenvolver políticas de urbanização, segurança pública, inclusão de cidadãos no universo de bens e serviços na perspectiva do princípio da universalização dos direitos, entendido segundo Boschetti (2007), como direção à redução das desigualdades sociais.

Ainda nesse momento busca-se analisar os processos de trabalho do policial, caracterizar o trabalho do policial militar vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), enquanto categoria da classe trabalhadora responsável pela segurança de uma sociedade que se insere num contexto socioeconômico-político e cultural determinado. Busca-se abordar a forma como se estabelecem as condições e a organização do trabalho dos policiais e o processo de saúde mental destes, ou seja, verificar como o contexto socioeconômico no qual o policial está inserido estabelece a relação de prazer e sofrimento e qual a consequência imediata na busca dos meios que impulsionam a subjetividade do sujeito a buscar as determinações que possibilitam objetivar o seu fazer profissional.

O capítulo 3 apresenta uma análise que tem um indiscutível elo de continuidade com a proposta das políticas de saúde. Neste âmbito objetiva-se

apresentar um estudo das relações entre saúde, medicina e sociedade ao longo de décadas, enfatizando a perspectiva histórico-social da medicina. O que irá destacar-se nesta análise é a utilização de certas categorias que delimitam o espaço social, mas que recorrem à totalidade social. O enfoque da análise parte da categoria trabalho (concreto e abstrato) e suas relações com o processo saúde-doença. Traz as concepções históricas sobre a relação entre saúde e o conceito da fadiga. O impacto da economia do capital sobre a saúde dos trabalhadores, chamando a atenção para a importância da contribuição da teoria marxiana na reflexão sobre os processos inerentes às situações de trabalho em relação à saúde.

Reporta-se ainda a uma reflexão sobre a relação do ser humano com a loucura no decorrer da história e pautada em recorrentes formas de desrespeito ao portador de sofrimento psíquico. Este fato é bastante importante para a reflexão sobre a gestão da política de saúde mental no âmbito do Estado, com vistas à efetivação dos direitos sociais e à promoção da cidadania ao usuário dos serviços de saúde mental na sociedade contemporânea.

A conjuntura presente é marcada por algumas transformações na esfera da saúde, em decorrência das lutas populares, no que se refere à conquista de direitos, porém vale ressaltar que ainda estamos longe de concretizá-los, tal qual estão preconizados na Constituição de 1988.

Nesse sentido, a exclusão dos portadores de doença mental deve ser analisada na relação que se estabelece entre o cidadão, portador de direitos sociais, e a forma de gestão pública, que no âmbito da política de saúde, vem sofrendo tendência ao refluxo e à privatização dos serviços. Dessa forma, princípios de cidadania ao invés de serem ampliados, passam a ser fortemente ameaçados. Assim, faz-se necessário um intenso debate sobre a concretização de direitos, vinculados ao conjunto das necessidades humanas básicas, tendo a saúde como elemento de importância fundamental.

Neste estudo discutimos a relação entre a psiquiatria, o Estado e a Sociedade que foi construída sobre bases fincadas no controle social sobre o cidadão por intermédio do aparelho de repressão social do Estado. A Psiquiatria tem participado como um instrumento desse aparato, principalmente no que se refere ao hospital psiquiátrico. O novo modelo de saúde propõe o estabelecimento de uma nova convivência com o Estado e a sociedade civil, fortalecendo a participação de novos sujeitos sociais na definição das prioridades, planejamento

das atividades, na avaliação de serviços e fiscalização da aplicação dos recursos por meio dos Conselhos e Conferências de saúde.

Nesse quadro, Faleiros (2000) explicita que o governo pretende seguir o receituário monetarista do Fundo Monetário Internacional-FMI, que implica em arrocho salarial, ajuste fiscal, redução do Estado, privatização e desregulamentação das leis trabalhistas. Nesta perspectiva, deve-se privilegiar a previdência e os serviços privados e de saúde no mercado (inclusive com renúncia fiscal). Milhões de brasileiros já pagam planos de saúde. A tendência é de privatizar os programas de previdência e saúde e ampliar os programas assistenciais, em sincronia com as mudanças no mundo do trabalho e com propostas de redirecionamento da intervenção social do Estado.

Os desafios da Reforma Psiquiátrica exigem cada vez mais formação técnica e teórica dos trabalhadores, muitas vezes desmotivados por baixas remunerações ou contratos precários de trabalho. Para que a mudança do modelo assistencial de saúde mental se consolide, é necessário que os profissionais de saúde mental, juntamente com os familiares, os usuários desse sistema e toda a sociedade civil se organizem através dos conselhos de saúde exercendo o controle democrático e façam prevalecer os princípios que norteiam a Reforma Psiquiátrica incorporada na Constituição de 1988, como garantia plena dos direitos do cidadão.

Todas essas questões que são problematizadas no decorrer do estudo levam a vários questionamentos sobre as diretrizes da política de saúde mental, especificamente da saúde do trabalhador e suas possibilidades no complexo panorama das políticas sociais não contemplam a contento, no contexto do metabolismo estrutural, que gera a precarização do trabalho e a exclusão social no espaço urbano.

No capítulo 4 onde se explicitam as dificuldades de realização desse tipo de pesquisa, devido as enormes resistências inerentes a esse tema e as formas de gestão das instituições relacionadas no estudo onde são caracterizadas como instituições fechadas (Secretaria de Segurança Pública e Hospitais psiquiátricos), mas as informações obtidas acrescentaram pistas para a análise dos impactos da forma de organização e das condições de trabalho da SSP-GO na saúde mental do policial militar e o tratamento psíquico dos mesmos realizados por estas instituições criando as conexões teóricas e empíricas importantes à apreensão do objeto.

CAPÍTULO 1 - A SOCIEDADE E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

1.1 O TRABALHO NAS CONFIGURAÇÕES SOCIETÁRIAS PRÉ-INDUSTRAIS E PRÉ-CAPITALISTAS

A categoria do trabalho ocupou e ocupa um lugar de destaque na composição da identidade do trabalhador. Nosso interesse neste capítulo é de tecermos algumas considerações sobre as suas metamorfoses ao longo do tempo e como tem repercutido na vida cotidiana do trabalhador. Faremos isso tomando como referência central o trabalho como fundante do ser social. É através do trabalho que o homem historicamente se relaciona com a natureza e com os outros animais a partir da satisfação e criação de novas necessidades.

Nessa direção, Marx (2008), observa que o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

Alves (2007) vai denominar que o trabalho é uma das categorias mais complexas da Sociologia moderna possuindo múltiplas significações, de acordo com o grau de abstração que possamos utilizar. Em sua análise, o autor afirma que a categoria trabalho possui um significado histórico-ontológico constitutivo do ser social. É um traço distintivo primordial da espécie *homo sapiens* diante dos demais animais superiores. Apenas o animal homem tornou-se capaz de constituir um intercâmbio orgânico com a natureza, no sentido de mudar as formas da matéria, construindo objetivações em busca da satisfação das necessidades vitais.

Nessa linha de pensamento, Guerra (1999) explicita que ao transformar a natureza em valores de uso para si, por intermédio do trabalho, os homens não apenas criam e recriam modos de produção, como realizam sua própria essência. O trabalho é, assim, a forma primária e privilegiada entre as suas objetivações, ou seja, da práxis (categoria fundante da história). Por isto, tendo em vista este metabolismo, que envolve natureza e sociedade, o trabalho adquire características específicas sob condições sócio-históricas determinadas.

Com isso, a consciência assume papel fundamental nesse processo, pois somente o homem difere dos outros animais da natureza, é capaz de projetar, idealmente, o resultado da sua ação. Assim, referimos ao homem não somente na sua singularidade, mas concebemos que o trabalho refere-se ao homem na sua totalidade. Marx observa que:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera a mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (2008 p.211).

Nesse sentido, o estudo do trabalho caracteriza-se pela forma mais desenvolvida da divisão do trabalho e da propriedade privada sem negar o avanço que a civilização alcançou desde o período de comunidades primitivas até a atualidade, explicitando as formas das quais o trabalho, a produção e distribuição da riqueza se constituem no sistema de relações capitalista.

Marx (1988), em sua obra “O capital”, afirma que a acumulação primitiva caracteriza-se pela expropriação dos trabalhadores dos principais meios que tinham para produzir sua subsistência, pela espoliação de vastas áreas de terra fértil, antes cultivadas de geração em geração por camponeses e servos dos feudos. O capitalismo tem suas origens no modo de produção feudal, cuja força de trabalho passa da forma servil para a condição de trabalho livre. Essa é a condição primordial para o capitalismo dar um salto e ultrapassar as relações sociais feudais. A condição de trabalhador livre força os homens a ter como única propriedade a sua força de trabalho, a ser vendida em troca de um salário, ou seja, na condição de trabalho concreto para o trabalho abstrato, passando assim para as mãos de proprietários que privatizam os meios de produção e compram a força de trabalho livre no mercado.

O homem foi gradativamente aprendendo a dominar a natureza, para dela extrair o necessário à satisfação de suas necessidades. Nesta perspectiva, Magalhães Filho (1979) observa que o homem passa a produzir, isto é, passa a extrair da natureza, pelo trabalho, os bens de que necessita para suprir e satisfazer suas necessidades. O homem vai ganhando consciência através do trabalho e inicia um longo processo de construção de si mesmo, que o diferenciará cada vez

mais de todos os outros animais. Ele vai se desenvolvendo à medida em que o homem utiliza seu cérebro e seus músculos para extrair da natureza o necessário à sua sobrevivência.

Para esse autor a crescente divisão do trabalho traz consigo a troca, mas não a propriedade. A capacidade produtiva fará surgir a instituição da propriedade, primeiro em sua forma comunitária, evoluindo depois para formas feudais. A crescente especialização e divisão do trabalho surgido por uma economia baseada na agricultura, aliada à passagem da propriedade comunitária para a propriedade feudal, lançará as raízes da divisão dos homens em classes sociais. E ainda, a exigência de construir-se e manter-se a infra-estrutura necessária à produção destinada a centenas de milhares de pessoas, somando a defesa contra outros povos e a de proteção as instituições que asseguram a manutenção das formas de propriedade. Para isto, deveria existir uma instituição representativa de todos os anseios e vontades dos mesmos, levando ao surgimento do Estado.

O Estado é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamando a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (Engels,1978,p.191).

Ao longo de toda a evolução das forças produtivas, a estrutura social sofreu modificações profundas e radicais. Segundo (Magalhães Filho, 1979), na medida em que as forças produtivas evoluem, o aumento da capacidade produtiva traz consigo o crescimento da população e possivelmente problemas decorrentes deste que forçam as primeiras mudanças, trazendo consigo a formação de uma nova forma de propriedade. Esse tipo de propriedade pode ser chamado de feudal, que predominou na Europa durante a Idade Média. A Idade Média, na opinião de Marx (1988), forneceu duas formas de capital, que amadureceram nas mais diferentes formações econômico-sociais, e foram as que emergiram como capital antes de despontar a era capitalista, a saber: o capital usurário e o capital mercantil. A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu na estrutura econômica da

sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela.

Nesta perspectiva capitalista, os homens já não se relacionam no processo produtivo, como iguais entre si. Existe agora a igualdade dos servos e a igualdade dos senhores. Os senhores feudais assumem as funções de protetores e orientadores de seus servos. Assim, a agricultura gerou uma grande modificação nas relações humanas entre si, passando de uma comunidade de iguais a uma sociedade de classes (Magalhães Filho, 1979). Marx (1988) ressaltou que todo esse movimento, a acumulação primitiva anterior à acumulação capitalista, não decorreu do modo capitalista de produção, mas foi seu ponto de partida, ou seja: a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissociou o trabalho dos meios de produção. É considerada primitiva porque constituiu a pré-história do capital.

As forças produtivas alcançaram níveis cada vez mais elevados. As civilizações comerciais trouxeram consigo a exploração aberta e direta do homem pelo homem. Marx (1988) salienta que o produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa. Desse modo, um dos aspectos desse movimento histórico que transformou os produtores em assalariados é a libertação da servidão e da coerção corporativa, mas os que emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmo depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência.

Uma modificação radical trazida pelas civilizações comerciais é a referente à organização do Estado. Nessa perspectiva, Magalhães Filho afirma que nas civilizações agrícolas, o Estado se organiza sob a forma monárquica, geralmente vinculada à religião, à organização clânica, que representava o desenvolvimento das atividades comerciais, dando a classe dos comerciantes força crescente, passando a exigir do Estado a defesa de seus interesses. O autor observa ainda que as necessidades geradas pelo comércio levaram a um grande desenvolvimento científico e técnico. Surgiu um sistema financeiro baseado no ouro e na prata, desenvolvendo-se as casas bancárias européias, tanto estatais quanto privadas.

Posto isto, Marx (1988) afirma que o prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas

primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, foi lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos.

Com a expansão do comércio internacional, com a exploração colonial, com intensidade cada vez maior, criavam-se no Continente Europeu as condições específicas da dinâmica econômica que iriam provocar modificações profundas e radicais na estrutura de dados países e na própria história da evolução humana. Criavam-se as condições que fariam surgir as primeiras economias industrializadas, processo que conhecemos como Revolução Industrial. Assim, segundo Magalhães Filho (1979), a industrialização se deu em decorrência da evolução das economias comerciais que coexistiam na Europa com economias agrícolas no estágio feudal. Com a exploração colonial acelerada, houve um aumento quantitativo nas atividades manufatureiras, agrícolas e comerciais e estimulando-se o desenvolvimento das forças produtivas a níveis cada vez mais elevados, que terminou por romper-se o arcabouço das economias comerciais e agrícolas, produziu-se uma modificação estrutural, que deu lugar a um novo tipo de economia, nunca antes existente: a economia industrial.

As reflexões sugeridas por Marx (1988) indicam que o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O processo constitui numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista, embora os prenúncios da produção capitalista já apareçam, nos séculos XIV e XV. Onde ela surge, a servidão já está abolida há muito tempo e já estão em decadência as cidades soberanas que representam o apogeu da Idade Média.

Na argumentação de Magalhães Filho (1979), até meados do séc. XVIII o sistema doméstico ainda é dominante, de lado a lado com o das corporações, que mantém seu predomínio ainda em muitos setores. Esta ainda não é a era do empresário industrial, mas sim do comerciante. A classe social em ascensão é a burguesia comercial.

Na análise do autor, as relações de produção decorrentes desse desenvolvimento, assalariadas ou capitalistas, observando-se a remuneração da mão-de-obra, tiveram um efeito que nem as relações servis nem as escravagistas poderiam ter: criaram um mercado interno e assim, foram lançadas as bases definitivas para uma economia industrial. Este novo sistema em que as fábricas

passaram a ser construídas fora dos limites das cidades, enfraquecendo o monopólio das corporações, foram perdendo o mercado, quem passou a trabalhar nas fábricas foram os expulsos do campo.

Nessa direção, esclarece Marx: “A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo de formação do sistema capitalista” (Marx, 1988, p.831).

Nesse processo em que as forças produtivas vão se configurando em uma nova etapa da economia, vieram as máquinas, a princípio movidas por força hidráulica, posteriormente por uma bomba movida a vapor. Segundo Magalhães Filho (1979), a burguesia comercial associava-se à nobreza, mas a nova burguesia não participava ainda diretamente do poder. O grande motivo do conflito que sacudiu a Inglaterra depois de 1815 foi à constatação de que os senhores de terra eram os maiores beneficiários da Revolução Industrial. O crescimento da população e da demanda de matérias-primas e alimentos traduzia em maiores preços para os produtos do campo. Como a terra passava a ser fator escasso, seu valor aumentava e pertencia aos senhores.

Marx (1994) ressaltou que a grande posse fundiária se despiu do seu caráter feudal e adotou um caráter industrial, na medida em que quis fazer o máximo dinheiro possível. Ela dá ao proprietário a máxima renda fundiária possível, ao rendeiro o máximo lucro possível do capital e com isso, os operários agrícolas ficam já reduzidos ao mínimo e a classe dos rendeiros representa então o poder da indústria e do capital no interior da posse fundiária.

Diante do exposto, as perspectivas abertas com a Revolução Industrial no sentido de aumentar a produtividade do trabalho humano e satisfazer as necessidades de cada um com a produção de todos a longo prazo não se realizaram. Muitas das quais, nos dias de hoje. Para Magalhães Filho (1979), nesse quadro a ascensão da burguesia e o triunfo do capitalismo, no final do século XVII e no início do século XIX, ampliam e aceleram esse movimento. É, sobretudo, uma época de florescimento e o aprofundamento da Economia como ciência. A Economia Política era a grande arma que a burguesia empunhava em sua luta.

1.2 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO NAS SOCIEDADES INDUSTRIAIS-CAPITALISTA ESTRUTURADA NA REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Começa uma nova etapa das transformações econômicas desde a história da humanidade, iniciada com a revolução da agricultura na Idade da Pedra que encerrou a longa era em que a maioria da raça humana vivia plantando alimentos e pastoreando animais.

Estabelecendo a periodização histórica da configuração do trabalho na sociedade industrial, Codo, Sampaio e Hitomi (1994), apoiados na análise de Marx, sobre o sistema automático de maquinaria compreendem o período da primeira fase da Revolução Industrial, que se estendeu aproximadamente de 1750 a 1860, e o início de sua segunda fase, a partir de 1860. A Revolução Tecno-Científica inicia-se nas últimas décadas do século XIX.

Foi um processo de “desencantamento do mundo” (Gallo, 1997, P.105) que permitiu a criação do método científico moderno. No Renascimento, movimento histórico e cultural que durou do século XIV ao século XVI, as explicações religiosas começaram a mudar. Embora houvesse a crença de que Deus havia criado o mundo, já havia a necessidade de buscar explicações para suas indagações fora do contexto religioso. É assim que surge a tecnologia, ou seja, a aplicação dos conhecimentos científicos à produção em geral.

Alguns séculos mais tarde, de acordo com o autor encontramos aquele que podemos identificar como o segundo momento da constituição da sociedade tecnológica: a Revolução Industrial, que acontece primeiro na Inglaterra, em fins do século XVIII, e que depois se alastra por toda a Europa. A Revolução Industrial pode ser compreendida como a realização das possibilidades tecnológicas abertas com o Renascimento e com o surgimento de um método científico.

Nessa linha de pensamento, Alves (2007) observa que a Revolução industrial prossegue até a última metade do século XX, afirmando que o capitalismo se consolida como sistema de controle do metabolismo social global. O sistema capitalista, segundo Marx (1988), pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios

de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e converte em assalariados os produtores diretos.

Vieira (1992) denomina que a política econômica e a política social nesse contexto vinculam-se à acumulação do capital. Em várias revoluções industriais, as transformações ocorridas acarretaram a passagem de uma sociedade de pequenos proprietários para a de uma sociedade distinta por vasto exército de proletários.

Nos termos de Vieira, o fundamento da acumulação primitiva encontra-se na transferência de propriedade de pequenos produtores para a burguesia em expansão. Desse modo, e se toda acumulação do capital se expressa como processo histórico, a acumulação primitiva representa o processo histórico destinado a separar o produto dos meios de produção, começando pelo produtor agrícola.

Nesse quadro, Marx e Engels (1996) acentuam que o sistema feudal da indústria sobre a produção industrial era monopolizado por corporações fechadas, já não bastava mais para a demanda em crescimento dos novos mercados. O sistema de manufatura tomou seu lugar. Os chefes de corporações foram postos de lado pela classe média manufatureira, a divisão do trabalho entre os vários grupos corporativos desapareceu frente à divisão de trabalho em cada oficina.

Os mercados, ressaltam os autores, continuaram a crescer. Em consequência disso, o vapor e as máquinas revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi tomado pela indústria moderna gigantesca, o lugar da classe média industrial, pelos milionários da indústria, líderes de todo o exército industrial: a burguesia moderna.

Segundo Vieira (1992), o preceito da livre concorrência eclodiu durante a Revolução Industrial na Inglaterra, uma época em que prevalecia a acumulação primitiva do capital e ensaiavam-se as primeiras lutas contra os monopólios inspirados pelo mercantilismo. Posteriormente, tal preceito fez razão e explicação dos fatos econômicos e sociais, quando a acumulação acelerada do capital alargou a concentração e a transferência da riqueza. O chamado capitalismo concorrencial assentou-se principalmente nessa forma histórica de acumulação acelerada do capital, que somou o generoso uso da força de trabalho com abundantes recursos das novas máquinas.

Posto isto, Codo, Sampaio e Hitomi (1994) destacam que na maquinaria podemos ver o desenvolvimento e a resolução proporcionada pela mecanização em

substituir funções antes exclusivamente humanas. Nessa perspectiva Marx (2008) diz que toda maquinaria constitui-se de três partes: a máquina – motriz; o mecanismo de transmissão, e a máquina – ferramenta ou máquina de trabalho. É dessa parte da maquinaria, a máquina ferramenta, que se origina a Revolução Industrial do século XVIII. Ela constitui-se o ponto de partida, em que a manufatura passa a produção mecanizada que coloca em contraste a diferença entre o homem na função de simples força motriz e o homem como trabalhador que exerce seu ofício manual. A partir desse parâmetro, a Revolução Industrial, considerada, essencialmente, a revolução dos instrumentos de trabalho.

Nessa direção, o autor ressalta que, na manufatura, a organização do processo de trabalho social é puramente subjetiva. No sistema de máquinas, o organismo de produção é inteiramente objetivo, onde o trabalhador encontra pronta e acabada a condição material da produção. Assim, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado repercute-se, como bem assinala Codo, Sampaio e Hitomi (1994, p.147), na inversão da própria subjetividade-objetividade: “não é o trabalhador que usa as condições de trabalho, são as condições de trabalho que usam o trabalhador”.

Já no primeiro momento da Revolução Industrial, a partir do século XV, desenvolvem-se elementos compositivos da ordem burguesa moderna. É a época da chamada “acumulação primitiva” (Alves, 2007, p.25). Surge o trabalho assalariado e a divisão do trabalho. Assim, desde o século XVI, constitui-se no ocidente a modernidade do capital, que assume diversas formas histórico-temporais, decorrentes do desenvolvimento do modo de produção.

Portanto, na concepção de Alves (2007), na periodização histórica de longa duração da modernização do capital haveria uma primeira modernidade, caracterizada como o período comercial e manufatureiro do capitalismo, que transcorreu do século XVI, primórdios do capitalismo moderno, ao fim do século XVIII e começo do século XIX.

A segunda modernidade do capital para o autor seria a modernidade da primeira e segunda Revolução Industrial, do surgimento da grande indústria, do modo de produção capitalista propriamente dito, da subsunção real do trabalho ao capital, da tradição luminosa para a última modernidade do capital, a terceira modernidade.

Segundo Vieira (1992), países com revoluções industriais mais novas, como Alemanha e os Estados Unidos da América, assistiram a esta concentração da produção industrial e o controle do comércio antes da Inglaterra. Esta permaneceu fiel à tradição do empresário individual até por volta do século XX.

Vieira observa que depois de 1870, na Alemanha, os empresários da indústria siderúrgica e carbonífera se agruparam em associações, multiplicando-se em outras indústrias. Também nos anos posteriores a 1870, em formas de monopólio econômico, os *trustes* passaram a ter larga utilização nos Estados Unidos. O monopólio tomou o lugar da livre concorrência e a produção desordenada capitalista cedeu à produção planejada e organizada, em proveito do empresariado. O capitalismo monopolista evidenciou a acumulação do capital, em escala mundial, com a supremacia dos *trustes* e dos *cartéis*, investindo em outros campos, dirigindo-se à exportação de capital e de bens de capital.

Percebemos com isso que no decurso do século XIX, eclodiu o que se tem chamado de problema da “relação capital – trabalho” e da “questão social” ou de “luta de classes” (Vieira, 1992, p. 19). E nesse âmbito se configura o Estado. Na perspectiva de Viana (1999), não há em Marx uma concepção de Estado capitalista sistematizada e acabada, contudo apesar de não a definir em um ensaio ou livro sua concepção de Estado aparece bem delineada e explicitado à medida que analisam os desdobramentos sociais, políticos e econômicos das forças produtivas e das relações de produção em sua crítica ao sistema capitalista.

Segundo a autora, na análise de Marx, o Estado como instância de mediação nas relações entre homens e como expressão da sociedade assume a função de “eliminar” as contradições, os antagonismos e as desigualdades sociais presentes no mundo real. Essa aparente homogeneidade possibilita o surgimento de uma situação de alienação política que leva a uma contínua reprodução das relações de poder e dominação. Essa abordagem dialética de Marx no pensamento de Viana evidencia sua opção metodológica ao adotar como ponto de partida a concepção e análise da contradição entre a aparência e a essência. A originalidade da obra de Marx está na do Estado vinculada às relações econômicas e à divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. Ele apreende a complexidade da dimensão da luta de classes e analisa o longo processo de afirmação da dominação burguesa sobre as demais classes. Daí que em sua concepção, apresenta o Estado como uma organização do domínio da burguesia.

Em outros termos, Gramsci (1984) afirma que o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. E com base nas reflexões de Engels, Lojkin (1981), caracteriza a Gênese do Estado mostrando ao mesmo tempo a continuidade do processo de socialização capitalista, a relação capitalista não é suprimida, mas levada ao máximo. Nesse sentido, o Estado aparece aí como uma forma, de regulação da economia capitalista.

O que significou a Revolução Industrial para o mundo do trabalho? Em sua análise, Gallo (1997), afirma que a Revolução Industrial significou a automação do trabalho humano, isto é, a força física que o homem despendia no trabalho foi substituída pela energia da máquina, movida a vapor e depois, pela eletricidade. Com a Revolução Industrial, o operário começa a trabalhar junto com a máquina, a velocidade do trabalho já não é definida pelo homem, mas pela máquina. Gallo observa o seguinte:

'O tempo humano', marcado pelos ritmos biológicos, é substituído pelo 'tempo da máquina', marcado pelos ponteiros do relógio. A pessoa já não dorme quando sente sono e acorda quando já não sente sono, mas sim, numa hora que lhe permita começar o trabalho no momento definido pela máquina; não come quando sente fome, mas no horário determinado como o de almoço; não pára de trabalhar quando já está cansada, mas apenas no final de seu expediente (p. 105).

Talvez a principal consequência da Revolução Industrial, ressalta o autor, tenha sido essa mecanização do tempo e de todas as decorrências que ela tem para a vida humana.

O autor salienta ainda que o terceiro e mais recente aspecto da formação da sociedade tecnológica é o que podemos chamar de automação da sociedade e isto acontece a partir da metade do século XX, com a invenção do computador. A sociedade hoje é marcada pelo fluxo das informações e pela velocidade das transformações. Nesse sistema científico-tecnológico, conclui o autor, o homem perde seu lugar, transforma-se em um número.

Nessa perspectiva, com a automação industrial, uma quarta etapa foi introduzida no sistema de máquinas. Energia e habilidade já foram plenamente substituídas, o computador supera as funções sensoriais e cognitivas, como mediação, cálculo e ajustes (Codo, Sampaio e Hitomi, 1994).

Em uma outra temporalidade histórica, de acordo com Alves (2007), a terceira modernidade do capital e o novo complexo de reestruturação produtivo surge no interior da terceira Revolução Industrial que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais, e sob a mundialização do capital e do sócio-metabolismo que culminou com a constituição do precário mundo do trabalho, impondo impactos decisivos na objetivação e subjetivação da classe dos trabalhadores assalariados e do trabalho vivo.

Nesse quadro, Alves afirma que é a partir da Segunda Guerra Mundial, do alvorecer da terceira revolução tecnológica, que o processo de modernização se acelera com vigor, e os Estados Unidos da América, por ser a nação por *excellence*, conduz, a partir de 1945, uma nova forma do processo produtivo no ocidente.

1.3 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS DE CAPITAL ESTRUTURADO NA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA.

Procuramos destacar através da exposição feita até agora, a forma como o trabalho tem se apresentado na fase em que na sociedade capitalista, o dinheiro é que ocupa o centro das atenções, a partir da financeirização do capital.

Segundo Alves (2007), com a crise estrutural em meados da década de 1970, ocorre no centro dinâmico do sistema mundial do capital, com destaque para os Estados Unidos da América, Europa Ocidental e Japão, um processo de reestruturação capitalista que atinge os mais diversos aspectos do ser social. É no bojo desse processo sócio-histórico que surge o novo complexo de reestruturação produtivo que atinge o mundo do trabalho organizado.

No século XX, a reestruturação produtiva do capital foi marcada pelas inovações tayloristas-fordistas. A introdução dos novos “modelos produtivos” foi lenta, desigual e combinada. Ela atingiu de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços (Alves, 2007).

Na análise de Yamamoto (2005, p. 31), ao discutir o “Americanismo e Fordismo”, Gramsci afirma que nas primeiras décadas do século XX, vê o capital (EUA) dotado de profunda liberdade e autonomia, definindo sua estrutura essencial. Essa etapa do progresso histórico do capitalismo traz novas características desse

modo de produzir e de trabalhar, bem como de todo o sistema sócio-político a ele vinculado. A estrutura (fábrica) tende a atuar como fator organizativo de toda a vida social, centro gerador não só da produção material, mas de produção de uma ideologia – o americanismo – e conseqüentemente da formação social e do senso comum. Na visão de Gramsci (1984), o americanismo e o fordismo derivam da necessidade de reorganizar uma economia e os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para uma economia programática.

A nova estrutura industrial na América determinou a necessidade de se elaborar um novo tipo humano. Na perspectiva de Gramsci (1984), a americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social e um determinado tipo de Estado. O Estado é o liberal no sentido da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança, através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio. As reflexões sugeridas por Gramsci indicam alguns fundamentos importantes na compreensão da estrutura do modo da produção e reprodução da ideologia do americanismo. Segundo o autor, o fordismo vai além do uso da força de trabalho na fábrica, exigindo transformações na forma de vida, na moral, no comportamento da força de trabalho, no tempo do não trabalho (questão sexual, puritanismo, lei seca, etc).

É importante destacar o que o taylorismo expressa sobre a sociedade americana: desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (Gramsci, 1984). Em decorrência disto, o autor conclui que o americanismo não foi um novo tipo de civilização, mas um prolongamento orgânico intensificado da civilização européia, que adquiriu uma nova pele no clima americano.

A mercadoria, segundo Marx (1980), é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por sua propriedade, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. O valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Na forma da sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos naturais do valor da troca.

Marx (2008) observa que o trabalho humano cria valor, mas torna-se valor, quando se cristaliza na forma de um objeto. O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la. Uma relação social estabelecida entre os homens assume a forma de uma relação entre coisas. As “coisas” são os elementos que compõem o processo produtivo: matéria-prima, meio e força de trabalho, cuja posse, agora, é do capitalista.

Nessa linha de pensamento podemos afirmar que das mercadorias existentes na produção capitalista a mais importante é a força de trabalho, pois, conforme Marx (2008), o dono dessa força não pode vender mercadorias em que encarne seu trabalho e é forçado a vender sua força de trabalho, que só existe nele mesmo, ao capitalista em troca de um salário.

Guerra (1999), apoiando-se na análise de Marx, ressalta que no primeiro estágio do capitalismo, o trabalhador ainda detém a posse do conhecimento técnico e habilidades específicas inerentes à sua atividade. A ação do capitalista é a de reunir artesões em um mesmo local e organizar-lhes o trabalho de forma a ampliar o capital. Há apenas uma ampliação da antiga oficina, que acaba por revolucionar as condições objetivas do trabalho, uma vez que os meios de produção podem ser economizados dado ao seu consumo coletivo. Assim, exigem-se funções que coordenem, controlem, harmonizem e deem uma unidade ao trabalho realizado por muitos.

Nesse âmbito, Marx (2008) afirma que o capitalista sabe que cada um dos elementos que entram no processo produtivo ocupa uma função específica e que a mercadoria é a síntese entre valor de uso e valor. Nesse sentido, o processo de produção tem que ser unidade de produção de trabalho e processo de formação de valor. A matéria-prima e meio de trabalho, enquanto meios de produção, incorporados totalmente ao processo de trabalho, têm seu valor de uso consumido e seu valor de troca transferido ao produto; só transfere valor aos produtos porque contêm valor, isto é, trabalho humano cristalizado. Na produção de mercadorias, primeiro o capitalista produz valores de uso que tenham um valor de troca. Segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado do que o valor conjunto das mercadorias. Além de um valor de uso, e não só valor, mas também valor excedente, isto é, permite criar *mais-valia*.

O capitalista sabe que é a força de trabalho que gera um diferencial, que cria um excedente do qual ele pode se apropriar. Ao submeter o processo de trabalho

[rbm1] Comentário:

[rbm2] Comentário:

ao objetivo de produzir *mais-valia*, sem alterar tecnicamente a produção, o capitalista tem que utilizar o recurso de prolongar a jornada de trabalho. Nessa perspectiva, percebemos que o aumento e intensificação do processo de trabalho, isto é, a *mais-valia* é a forma de subsunção do trabalho pelo capital.

Iamamoto (2005) mostra, ancorada nas reflexões de Finelli, que o capital no seu processo de acumulação, depende de uma série de metamorfoses (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria), cuja necessidade não depende da escolha dos homens, mas da lei do valor e da valorização. Dada a sua natureza de sujeito abstrato, não humano, a sociedade, torna-se paradoxalmente invisível.

Nessa linha de pensamento, Marx (2008) observa que o caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, ocorre com os produtos da mão humana que estão grudados aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias e estas decorrem, do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias, e no mundo destas alcança seu ápice no capital que rende juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio. O capital-dinheiro aparece, numa relação consigo mesmo, como fonte independente de criação de valor. A relação social está consumada na relação com uma coisa, do dinheiro consigo mesmo, e ressalta: “O dinheiro é a essência do trabalho e da existência do homem, alienada deste, e esta essência estranha o domina e é adorada por ele” (Marx, 1991, p.59).

Nessa perspectiva, Iamamoto (2005) acentua que o papel que o capital a juros desempenha no capitalismo é distinto dos estágios pré-capitalistas. Nas origens, o lucro é determinado pelo juro e, na sociedade burguesa, a relação se inverte: o juro é determinado pelo lucro. Tanto o juro como o lucro indicam relação com o capital.

Com base nessa análise, a autora explicita que na sociedade capitalista, o trabalho concreto, de qualidade determinada e voltado à produção de valores de uso que responde as necessidades sociais determinadas, é esvaziado da historicidade que assume na sociedade burguesa, enquanto trabalho abstrato, indissolúvel dos dilemas da alienação e das lutas pela sua superação no processo social concreto. Assim, o processo de trabalho na sociedade, apoiado nas relações de propriedade, é reduzido à dimensão técnico-material, silenciando seus vínculos com o processo de valorização, isto é, com a formação de valor e de *mais-valia*, o que envolve as esferas da produção e de circulação.

Marx (1991) vai denominar que a própria circulação é somente um momento determinado da troca, ou ainda, é a troca considerada em sua totalidade. Na medida em que a troca é momento mediador entre produção e a distribuição determinada por ela e o consumo, na medida em que este último aparece como momento da produção, a troca é também incluída como um momento na produção.

Com o desenvolvimento do processo de troca, observa-se a inserção do dinheiro como o equivalente geral de todas as mercadorias, que acaba trocando por trabalho humano e representando os preços contidos nas mercadorias. O dinheiro é a forma de mercadoria do capital. O vendedor da força de trabalho, tendo alienado o seu produto no mercado, submete-se formalmente ao capital (Guerra, 1999).

A autora afirma que a teoria da alienação em Marx prepara e subsidia a sua apreensão do fetichismo como forma particular de alienação, que adquire na sociedade burguesa madura contornos e determinações específicas. Codo (2004) esclarece que o homem alienado é um homem desprovido de si mesmo. Se a história distancia o homem do animal, a alienação “re-animaliza” o homem. O autor ainda acrescenta que no modelo de sociedade capitalista o produto separou-se do produtor: é a alienação do homem em relação ao conhecimento que ele mesmo produz.

Segundo Alves (2007), o processo de precarização do trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho são traços do novo sócio-metabolismo do capital, nas condições da mundialização financeira. Ela atinge tanto países capitalistas centrais, como países capitalistas periféricos, como o Brasil.

A este estado, cumpre destacar que a expansão monopolista, sustentada por lamamoto (2005), provoca a fusão entre o capital industrial e bancário. A concentração da produção e a expansão industrial transformam a competição em monopólio, dando origem a um gigantesco processo de socialização da produção, incluindo os inventos, o aperfeiçoamento técnico e mão de obra mais especializada.

Nesse estágio de desenvolvimento do capitalismo, lamamoto afirma que o excedente de capital produzido não é canalizado para elevar o nível de vida das grandes massas populacionais dos países, mas para aumentar os lucros mediante a exportação de capitais do estrangeiro aos países mais atrasados, onde o capital é mais escasso, o salário mais baixo, o preço da terra relativamente menor e as matérias-primas abundantes e baratas. Na visão de Sposati (1999), esse processo se manifesta na desregulamentação da força produtiva, no achatamento de salário

e no aumento do desemprego, tornando-se extremamente perverso. Portanto ao invés de traduzir a busca de igualdade ele retrata, isto sim, a globalização da diferença.

Em outros termos Kon (1999) observa que o fenômeno da globalização atualmente observado no mercado mundial traduz um processo de mundialização do capital, difundido com maior velocidade, particularmente a partir das três últimas décadas, graças ao avanço tecnológico. As atividades econômicas passaram progressivamente a se desenvolver de forma independente dos recursos de um território nacional. As empresas se reestruturam geograficamente, visando à competição a nível mundial, procurando as vantagens comparativas de cada país.

Posto isto, é nosso objetivo colocar elementos para compreendermos as dimensões da reestruturação produtiva do capital, salientando o novo complexo de reestruturação produtiva que surge no interior da III Resolução Industrial, sob a mundialização do capital e a constituição do precário mundo do trabalho. Segundo Hobsbawm (2008), a história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo, mas irregular crescimento econômico e de crescente “globalização”, ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global.

Nesse novo cenário, o mercado de trabalho é atingido, rompendo-se o relativo e tenso equilíbrio anterior entre capital, trabalho organizado e Estado, caracterizando uma crise sem precedentes na sociedade do trabalho, juntamente com a do Estado do Bem-Estar, conforme Freire (1999).

Nessa linha de pensamento, Alves (2007) afirma que, o que surge hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, o Toyotismo, é tão-somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo, que teve origem com o taylorismo-fordismo. Para Hobsbawm (2008), a grande virada da indústria para longe do velho Ocidente, incluindo a ascensão da indústria japonesa, ocorreu no último terço do século XX. Só na década de 1970 os economistas começaram a escrever livros sobre a divisão internacional de trabalho, ou seja, o início da desindustrialização dos velhos centros.

A este estudo, apresentamos uma breve caracterização do Toyotismo, o verdadeiro espírito do novo complexo de reestruturação produtiva, a ideologia da produção capitalista sob a mundialização do capital.

Harvey (1992) ressalta que a partir da crise estrutural do capital e de sua mundialização, no decorrer da década de 1980, o que veio a ser denominado de Toyotismo tornou-se o momento em que prevalece o regime de acumulação fordista em meados da década de 1970. O autor salienta que o espírito do Toyotismo tornou-se, naquelas determinadas condições históricas - concretas, um valor universal para o sistema capitalista. O Estado adquire uma posição problemática: é chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, a criar “um bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter a fuga de capital para lugares mais lucrativos.

Cumprir destacar, segundo Alves (2007), que a essência do Toyotismo para o capital não se vincula apenas a sua morfologia intrínseca adequada a mercados restritos, mas a ser o resultado de um processo de luta de classes. O toyotismo é a expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção. É um dispositivo organizacional e ideológico cujo intento é buscar debilitar ou negar, o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital.

Dito isto, o autor ressalta que o sucesso do sistema Toyota vincula-se, numa perspectiva histórica, às grandes derrotas da classe operária e à decapitação e neutralização do seu “intelectual orgânico” no plano produtivo: o sindicato industrial, de classe, transformado num sindicato de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital (p. 162).

Na visão de Antunes (2000), o capital deflagrou várias transformações no próprio processo produtivo, por meio das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, nos quais se destaca o “toyotismo” ou o modelo japonês. O autor esclarece que essas transformações se deram em decorrência da própria concorrência intercapitalista e da necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, conformando com um momento de maturação e universalização do capitalismo.

Alves (2007) se apoia nas reflexões de Gosz para explicitar que o toyotismo implica na constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção

fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adesão de dispositivos organizacionais como: o *just-in-time/ Kanbam* ou o *Kaizen*, que pressupõe, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento pró-ativo do operário ou empregado, na captura da subjetividade do trabalho pelo capital. A terceirização é um dos nexos compositivos da organização toyotista, expressão da produção difusa. A nova empresa capitalista constitui em torno de si uma rede de subcontratações. Ela compra serviços negociando o preço pela tarefa ou pelo tempo ocupado, atribui-se à possibilidade de fazer variar fortemente o volume de trabalho que lhes demanda sem se preocupar com a duração do trabalho, sem ter de conceder licenças, contratar, indenizar.

Um dos aspectos relevantes a salientar no toyotismo é a produção flexível em seus múltiplos aspectos, como forma de superar a crise do capital em início dos anos 1970.

Para Dallegre Neto (2002), a flexibilização é um primeiro passo da trajetória que visa desregulamentar o Direito do Trabalho. O fenômeno faz parte do receituário do Estado com característica neoliberal, que propugna pela diminuição do custo operacional e pela destruição dos direitos sociais como forma de combate ao desemprego. Isto representa um engodo, não elimina o problema. Por causa da precarização do trabalho, aumenta-se o fosso entre ricos e pobres. Nesta perspectiva, Alves (2007) observa que a partir do processo de precariedade social, é o sistema do trabalho assalariado que predomina na sociedade burguesa há séculos. Apoiado na análise de Marx, Alves denomina que a precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria e explicita novos modos de alienação/ estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo social do capital.

Segundo Freire (1999), esse novo estágio é constituído da intensificação de estratégias de distribuição geográfica do capital, da produção e do controle. Com base na análise de Marx, a autora afirma que essa tendência é facilitada pela tecnologia informacional, sendo hoje denominada de mundialização ou globalização da economia.

O que se pode ressaltar dessa perspectiva é que a mundialização do capital é acompanhada da globalização do trabalho. As forças produtivas no mundo são agilizadas a partir do domínio da eletrônica, em escalas antes desconhecidas, desterritorializando coisas, gestos e idéias. Nessa realidade da reprodução

ampliada do capital em escala global, crescem a problemática do trabalho e as contradições das relações sociais de produção.

O significado principal do surgimento desse novo capital está em que essas novas forças produtivas não mais terão limites técnicos à sua expansão. A partir disso, Lima Filho (1999) acentua que teremos aumento incessante de composição orgânica do capital através da desnecessidade absoluta e crescente de trabalho vivo. Ao impactar preferencialmente os setores da indústria pesada, dar-se-ão ao desemprego-absoluto e crônico dimensões e consequências alarmantes. O autor salienta que o novo capital produtivo operará, ao escapar de seus limites técnicos, à real subsumção do trabalho ao capital completando desse modo, as premissas da primeira revolução industrial.

Como já sustentou Sposati (1999), nesse âmbito a sociedade capitalista encontrou na mundialização do capital um de seus mecanismos de reafirmação. Nem sempre o processo competitivo do capitalismo permitiu tal grau de inclusão de países. Esse processo de despatriação do capital não é propriamente a globalização. Esta, como um fenômeno mais recente, surge a partir do fortalecimento do capital financeiro e não propriamente do desenvolvimento do capital industrial, ainda que este faça parte do mesmo processo econômico. O mercado financeiro gerou concentração de poder e de lucro por meio de atividades especulativas. Esse mercado, utilizando a informática de última geração, trouxe velocidade e sensibilidade ao movimento econômico, inseparáveis a qualquer processo produtivo.

Para Hobsbawm (2008), quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, solapou uma grande instituição praticamente universal: o Estado-nação territorial, cujo campo de ação era limitado pelas fronteiras de seu território, como sindicatos, sistemas públicos de rádio e televisão nacionais saíram perdendo, enquanto que organizações não limitadas como empresas transnacionais, o mercado de moeda internacional e os meios de comunicação da era do satélite saíram ganhando. A insubstituível função que o Estado-nação havia desenvolvido durante o século, a de redistribuir sua renda entre suas populações através das “transferências sociais” dos serviços de previdência, educação e saúde, etc, foi ainda mais atingida pela tendência de desmontar atividades até então exercidas, em princípio, por órgãos públicos, deixando-as entregues ao “mercado”.

Nesse sentido, concordamos com Santos (1996), que salienta que a crise do Estado-Providencia é muito complexa e tem vindo manifestar através da deteriorização progressiva das políticas sociais, invocando as crises financeiras, nem sempre comprovadas e quase nunca suficientes. O Estado tem vindo proceder a reestruturações profundas no seu orçamento e sempre no sentido de desacelerar, estagnar e mesmo contrair o orçamento social.

Pela trajetória delineada ao longo deste estudo, observamos que nesse período em que vivenciamos um quadro de crise estrutural no conjunto das economias capitalistas, especialmente no início dos anos de 1970, é tão densa que o capital, ao invés de desenvolver práticas que proporcionassem no interior da produção a satisfação das necessidades humanas, volta-se a uma lógica de auto-reprodução.

Nesse aspecto, essa crise fez com que o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação de seu ciclo de reprodução, afetando o mundo do trabalho. O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional.

Nessa perspectiva, a nessa fase histórica de expansão da universal submissão real do trabalho ao capital, na qual existe uma tendência à ampliação das desigualdades sociais, o crescimento do desemprego estrutural, a ampliação do setor informal e a desqualificação profissional, há precariedade nas relações sociais e de trabalho, potencializando-se sobremaneira a alienação universal do trabalho e das capacidades humanas.

Em outros termos, Lamamoto (2005) afirma que o que está em jogo nessa distinção entre vida pessoal e vida social, amalgamados na existência do mesmo indivíduo, é a alienação do trabalho. Alienação enraizada no desenvolvimento da divisão do trabalho, que determina relações distintas entre os indivíduos, no que se refere a matérias, instrumentos e produtos do trabalho, ou seja, a distribuição desigual da propriedade.

Antunes (1995), com base no pensamento e análise de Lukács, observa que se o estranhamento é entendido como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção a omnilateralidade

humana, o capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que, com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do estranhamento, na medida em que esse desenvolvimento das capacidades humanas não produz necessariamente o desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido, ao contrário, pode desfigurar, aviltar, a personalidade humana.

As reflexões sugeridas por Antunes postulam a questão que se torna relevante compreender na atualidade: como os trabalhadores vêm vivenciando essas novas formas flexíveis de trabalho e como essas mudanças têm repercutido no cotidiano da classe trabalhadora.

Antunes (2000) salienta que a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade do trabalho social, do trabalho coletivo assalariado, aqueles que vendem sua força de trabalho, portanto o trabalho produtivo, aquele que produz diretamente a mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital. Com base no pensamento de Mészáros, o autor afirma que o trabalho também engloba os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para uso público ou para o capitalista, e são aqueles que se constituem em agentes não- produtivos, geradores de anti-valor no processo de trabalho capitalista, mas vivenciam as mesmas premissas e sob os mesmos fundamentos materiais. E acentua que com a desestruturação crescente do *Welfare-State* e o crescimento do desemprego estrutural e da crise do capital, são obrigados a buscar alternativas de trabalho em condições adversas como: as relações entre gênero e classe (homens e mulheres são diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no trabalho), os assalariados no setor de serviço, o terceiro setor, as novas formas de trabalho em domicílio e o processo crescente de evolução dos “jovens trabalhadores”, considerados velhos pelo capital.

O autor ainda defende a tese de que o capitalismo necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado. A redução da diminuição do tempo físico de trabalho, bem como a redução do trabalho manual direto, articulado com a ampliação do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, acaba por reverter a tendência pela redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto. Assim, compreende-se que a principal mutação no interior do processo de produção do

capitalismo de características toyotizada e flexível estabelece uma interação crescente entre trabalho e ciência, trabalho material e imaterial, elementos fundamentais no mundo produtivo industrial e de serviços contemporâneo. Nesse âmbito, o trabalho intelectual que participa do processo de criação de valores encontra-se também sob a regência do fetichismo da mercadoria, é antes um trabalho intelectual abstrato.

Posto isto, a nosso ver, sobressai a polêmica sobre a questão da centralidade do trabalho na constituição da vida social. Nessa direção, Antunes (2000) salienta que o trabalho manual, o trabalho imaterial, ambos controlados pelo sistema de metabolismo societário do capital, o estranhamento do trabalho encontra-se, em sua essência, preservado. Nessa perspectiva, Lessa (1996) ressalta que na análise de Lukács a prioridade ontológica da categoria do trabalho se afirma através de crescentes mediações sociais e não como uma determinação direta que simplesmente reduz todas as ações humanas à posição teleológica de ordem primária.

No primeiro momento do nosso estudo, vimos que a crescente divisão do trabalho surgida por uma economia baseada na agricultura, aliada à passagem da propriedade comunitária para a propriedade feudal, lançará as raízes das novas forças produtivas. No segundo momento o trabalho se configura numa determinação reflexiva com o capital, ou seja, trabalho abstrato entendido como o oposto do trabalho como produtor de valores de uso, que agrega somente o trabalho social necessário à produção dos meios de subsistência. Quanto ao trabalho, conforme o concebemos, na sociedade capitalista deixa de ser aquele momento de realização humana e se transforma em uma atividade estranhada, mas apesar de todas as transformações e as evoluções históricas do trabalho, concordamos com Antunes (2000), que entende o trabalho como a categoria fundante do ser social, tendo em sua gênese uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido mais amplo.

1.4 ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO TRABALHO

Conforme vimos, o trabalho aqui aparece claramente como protoforma do ser social, constitui o instrumento do processo de humanização, que serve de

intermédio entre o homem e a natureza, ao transformar objetos naturais em valores de uso e dessa relação passa a ser um produto social e não mais natural, apesar de todas as transformações ocorridas no mundo do trabalho e da sociedade. Segundo Holanda (2005), essa é a função social à qual Marx se refere ao tratar do trabalho. Ele continua sendo em quaisquer circunstâncias, aquele processo que produz valores de uso, independente do fato de se realizar sob o controle do feitor de escravos ou do capitalista.

Para Marx (1994), a capacidade de produzir seu meio de vida e a capacidade de realizar trabalho é exatamente o que distingue os seres humanos dos outros animais. O homem faz de sua atividade vital objeto de sua vontade e consciência. O trabalho aparece ao homem como um meio para a satisfação de uma necessidade, a necessidade de manter a existência. A vida produtiva é a vida genérica, é a vida que cria vida. Na forma da atividade vital reside o caráter dado de uma espécie, seu caráter genérico e a atividade livre, consciente. O objeto do trabalho é por isso a objetivação da vida genérica do homem.

Marx não concebe o indivíduo isolado. Como vimos no estudo anterior o trabalho vai além de si próprio. Na caça no período Paleolítico, momento em que para efetivar determinado fim, o trabalho passa a necessitar da cooperação de vários indivíduos. Para Mascarenhas (2002), no entendimento de Marx e Engels, a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Na realidade, é o conjunto das relações sociais. O indivíduo pertence a uma forma determinada de sociedade. O conceito de indivíduo na teoria marxiana passa pela constituição do homem enquanto ser genérico. Não só porque na teoria e na prática toma como objeto seu o gênero e o das demais coisas, mas também porque se relaciona consigo mesmo como um ser universal e por isso, livre.

Em outros termos, a reflexão sobre indivíduo – sociedade não é tranquila como sustenta Resende (2007)-possui componentes de tensão, conflito e antagonismo, no entanto, não se pode dizer que impeçam um movimento constante de criação e recriação da vida individual e da vida coletiva. Sua relação é bastante complexa e para ser apreendida, deve ser desdobrada em seus elementos constitutivos essenciais.

Resende assinala que no pensamento contemporâneo, sobrevive uma tendência de se considerar tanto o indivíduo como a sociedade realidades distintas, no qual o conceito de sociedade se refere a uma unidade indissolúvel, funcional e

integrada, que se estabelece sobre estruturas imutáveis e cristalizadas, um universal no qual o particular se resolve, dissolve-se não se expressa. Nessa perspectiva, o conceito de indivíduo guarda uma conotação exclusivamente singular e particular. Resende (2007) observa que a palavra indivíduo, do latim *atomon*, se remetia ao indivisível, e não se referia necessariamente, à pessoa humana. Essa conceituação inicial, não se relacionava ao ser humano concreto, enquanto que numa compreensão ontológica posterior, considerou-se o indivíduo na sua irrestrita singularidade, prevalecendo a sua caracterização individual e não a compreensão da relação desse indivíduo com outros indivíduos em condições históricas e sociais determinadas.

Nesse quadro, essa separação e mesmo contraposição entre indivíduo e sociedade, que expressa uma tendência de muitas variadas reflexões no âmbito das ciências humanas sociais, especialmente na Psicologia, tem fundamento na ideia, muito comum já no século XIII, de uma natureza humana pré-determinada e a-histórica. O homem seria, quando muito, um ideal natural a ser perseguido e restaurado, nunca um ser em construção.

Contraria a essa postura a análise de Mascarenhas (2002) a qual destaca que o ponto de partida para a compreensão da vida econômica para Marx é a produção dos indivíduos em sociedade. A produção não é só particular, pelo contrário, é sempre um organismo social que atua em um conjunto de ramos de produção. Toda produção é apropriação da natureza por parte do indivíduo no seio e por intermédio de uma forma de sociedade determinada.

Nesta perspectiva, Marx não só procura refutar o individualismo que ele detecta nos economistas clássicos, mas constrói o que poderíamos denominar de operação sociológica, a apreensão do ser humano enquanto ser social, lidando, portanto, com uma percepção holística. O indivíduo constitui-se socialmente a partir da sua relação com o outro, consigo mesmo e com a natureza se finaliza. “O homem é um animal que só pode individualizar-se na sociedade”. (Mascarenhas, 2002, p.50). Importa salientar ainda que Marx (1994) acentua que o homem por mais que seja um indivíduo particular, a sua particularidade faz dele um indivíduo social em uma totalidade.

Na análise marxiana, Mascarenhas (2002) afirma que há uma síntese entre o particular e o universal. Só na relação com o outro e na relação com a natureza através do trabalho o ser humano encontra a si mesmo como singularidade. É esta

a síntese da relação indivíduo-sociedade, na qual não encontramos o indivíduo totalmente submerso na coletividade nem em um individualismo exacerbado, como muitas vezes nos aponta o liberalismo burguês. Na visão de Resende (2007), a idéia de indivíduo autônomo surge na sociedade burguesa, pertence ao seu registro e nela mostraria uma ilusão necessária. A crença, a par do desenvolvimento capitalista, desconsidera o processo que vem desde as relações primitivas do homem com a natureza até suas relações situadas num contexto de uma sociedade dividida em classes. Essa noção de indivíduo autônomo, uma das bases mais sólidas sobre as quais se estrutura a sociedade burguesa, foi abalada pela crítica de autores que puderam questionar crenças ideológicas e definições ossificadas e esvaziadas de conteúdo histórico.

Dois autores especialmente férteis na compreensão dessa relação são Marx e Freud. Segundo Marx,

O indivíduo é o ser social. Sua exteriorização vital mesmo que não apareça na forma imediata de uma exteriorização vital comunitária, levada simultaneamente com outros é uma exteriorização e afirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida genérica, ou seja, a vida genérica é uma vida individual mais particular ou universal (Marx, 1994, p.95).

A reflexão de Resende (2007) apoiada na Teoria Freudiana remete que a relação entre a vida individual e a vida coletiva, entre o que é subjetivo e o que é objetivo, parece integrar a compreensão do processo de socialização do homem tanto quanto suas análises do dinamismo mais íntimo do indivíduo. Assim, ao buscar a satisfação de suas pulsões, o indivíduo se defronta com o “outro”, que pode se constituir em objeto da pulsão, auxílio para obtê-lo ou como impedimento em relação a ele. O “outro” pode também se constituir um modelo para o indivíduo. Essa noção de modelo se relaciona com a identificação e auxilia no entendimento de que o indivíduo isolado e abstratamente independente não existe para Freud.

Nesses termos, Mascarenhas (2002) em seu trabalho traz argumentos sobre como se processa a convergência do ser individual e o ser social afirmando que para Marx a convergência entre interesses sociais e individuais só é possível quando a vida social oferece os instrumentos para o desenvolvimento do potencial de humanidade do indivíduo, quando ele encontra as possibilidades de sua emancipação. Em uma sociedade onde predominam relações de exploração e

dominação, muito dificilmente o indivíduo vai emancipar-se por meio do convívio social e tornar-se verdadeiramente humano. Ainda assim, sua emancipação e humanização podem constituir-se apenas através da vida social e através dela que ele pode libertar-se, e se construir como ser humano.

Nessa linha de pensamento, Barroco (2007) sustenta que o indivíduo social é ao mesmo tempo, enquanto portador do ser social, um ser genérico e uma expressão singular. A reprodução da totalidade social se faz de tal modo que o indivíduo reproduza a si mesmo, como singularidade e generalidade.

As reflexões que estão sugeridas por Mascarenhas (2002) encontram fundamentos nos argumentos que Resende (2007) faz a partir do pensamento de Marx, afirmando que o indivíduo é um particular em que a totalidade social se expressa, ao mesmo tempo em que a sociedade ganha significado de um universal em que inúmeras particularidades se expressam. A totalidade da vida social é muito mais do que a soma de particularidades que não se dissolvem e se expressam de maneira distinta. Indivíduos, enquanto particularização do geral, do universal e da sociedade, enquanto universalização da expressão geral desses muitos particulares, constituem uma única dinâmica que os conserva e mantém como realidades qualitativamente diferentes. A partir desse parâmetro Codo, Sampaio e Hitomi (1994) diz que indivíduo e sociedade são a negação um do outro, embora no indivíduo apareça uma essência objetiva social e na sociedade uma essência subjetiva e humana, ou seja, indivíduo e sociedade se equivalem e se distinguem concomitantemente, numa relação de contradição ou dupla negação.

A essa análise cumpre destacar que o indivíduo é o ser social, um ser em relação com outros indivíduos, e somente nessa relação se constitui, faz-se homem e humaniza-se. A humanização não é, portanto, um processo natural, mas um processo histórico. O homem se constitui homem no processo pelo qual se apropria na natureza, da realidade mediada por outros homens, para dominá-la, satisfazendo suas necessidades e produzindo os meios de subsistência para si e para os outros homens.

1.4.1 O Indivíduo no Campo da Objetividade / Subjetividade

Para Rezende (2007, p. 36), o homem se constitui na relação com os outros indivíduos (que lhes são diferentes e semelhantes), identificando-se com eles,

reconhecendo-se neles, transformando-se e constituindo-se com eles, contudo esse não é um processo que ocorre à margem das condições históricas concretas. O modo como os homens produzem suas condições de existência representa o que Marx e Engels denominam de “um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestarem sua vida, um modo de vida determinado, o que os indivíduos são depende, assim, das condições materiais da sua produção”.

Nessa perspectiva, compreende-se que a relação entre o indivíduo e os outros indivíduos está pautada na objetividade. A relação entre o homem e a natureza é mediada pelo trabalho. Mascarenhas (2002) observa que não se pode compreender a concepção do indivíduo em Marx sem se discutir a questão do trabalho como elemento essencial do processo de humanização. Quando nos interrogamos sobre as possíveis mediações entre o ser individual e o ser social, deparamos-nos com o trabalho enquanto instrumento fundamental destas mediações. O trabalho constitui-se assim, no principal condutor da síntese ser individual / ser genérico, individualidade / coletividade.

Lessa (1996) apresenta a premissa de que Marx no *Capital* teria substituído a palavra trabalho pelo paradigma da produção e entende que no âmbito da produção o sujeito individual torna-se um epifenômeno, enquanto que no âmbito do processo de trabalho do sujeito singular serve de modelo estrutural. O ator singular age de acordo com a essência genérica e a essência genérica se exprime em todas as atividades individuais.

Em outros termos, Resende (2007) acentua que Marx estabelece o trabalho como fundamento da constituição do homem. Se o trabalho significa a expressão objetiva da natureza do homem e ao mesmo tempo, conforma a própria natureza, entende-se que é no processo de trabalho que o homem se constrói e constrói-se enquanto ser coletivo e individual. Nesse sentido, tanto o seu físico (corpo, mãos, músculos), quanto os seus aspectos mais subjetivos (afetividade, cognição, sociabilidade, valores, padrões) se constituirão no processo de objetivação humana, no trabalho.

O trabalho pode ser analisado em duas esferas: uma objetiva e outra subjetiva. A esfera objetiva é a da transformação física, onde a árvore é transformada em cabana para proteger o homem das intempéries da natureza. Mas quando o homem atua sobre a natureza, transformando-a para atender às suas

necessidades, ele lhe atribui um significado, que se caracteriza o subjetivo no homem, pois abre a possibilidade para que ele possa investir o produto de seu trabalho de energia afetiva (Codo, Vasques- Menezes,1999, p.52). Conforme os autores, quando o homem se relaciona com o mundo, imprimindo-lhe a sua marca, além da energia física ele despende também uma energia psíquica, enquanto dá significação às coisas. O trabalho humano se dá justamente nessa dupla troca entre a objetividade do mundo real e a subjetividade do homem, que atribui um significado ao mundo real ao modificá-lo através da sua ação.

É nessa perspectiva que se entende que o trabalho é categoria fundante na constituição do homem enquanto ser social é pelo trabalho que o homem se transforma diante da natureza em ser social. Por meio dele, pode-se chegar à compreensão dialética da relação entre individuo e sociedade.

Nessa direção, esclarece Mascarenhas (2002) que por ser social, o individuo, para desenvolver seu potencial de humanidade, precisa contar com determinadas condições sociais e é aqui que nos deparamos muitas vezes com sérios entraves à constituição desse ser humanizado. A realização do homem por meio do trabalho encontra-se ameaçada quando este perde seu caráter de utilidade e até de universalidade e converte-se em um processo de exploração e alienação. Assim, o trabalho perde a sua potencialidade humanizadora.

Essa passagem do texto reitera nossos argumentos sobre trabalho concreto e trabalho abstrato a partir da teoria marxiana na discussão anterior, porém é importante ressaltar que o trabalho concreto é criação de valor de uso, socialmente útil e o trabalho abstrato cria valor de troca, que no contexto da sociedade capitalista significa trabalho fetichizado, alienado.

Para Mascarenhas (2002), o trabalho fetichizado, alienado, converte a natureza em algo estranho ao homem, o faz alheio a si mesmo. Faz também do gênero algo alheio ao homem, faz a vida genérica se converter em meio à vida individual. Converte a primeira em fim da última em sua forma estranhada e abstrata. Nessa direção, Codo (2004) esclarece que os homens, na medida em que se relacionam com o seu próprio meio, criado por eles, também se tornam seres humanos. Se o homem é roubado no seu próprio trabalho, é roubado de si mesmo, perde-se quando deveria se identificar, desconhece a si mesmo quando deveria se reconhecer, destrói-se quando deveria estar se construindo. O trabalho é também uma via de identificação com o outro, nos insere num grupo; pela via do trabalho eu

significo algo para o outro e o outro significa algo para mim. No trabalho alienado essa identidade se transforma em antagonismo, o outro se apresenta a mim como um estranho.

Nessa linha de pensamento, por meio da discussão apresentada, fica evidenciado o peso que o trabalho tem na teoria de Marx e a sua importância para a composição do homem como ser individual e social. Estando esta esfera constituída por um processo de estranhamento, encontra-se o indivíduo com dificuldades de desenvolver o seu potencial de humanidade. Como já discutimos anteriormente, além do conceito de alienação, observamos a importância que fazemos referencia também ao conceito de fetichismo.

Mascarenhas (2002) demonstra importantes aspectos da relação indivíduo / coletividade na sociedade moderna, na qual o indivíduo, enquanto realizador de trabalho, converte-se em mercadoria. Com base nas análises de Marx, a mercadoria é um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas. A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso, que só se realiza com a utilização ou o consumo. Na sociedade capitalista, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca. Como valores de troca, as mercadorias só podem diferir na quantidade, não contendo nenhum valor de uso. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desaparecem as formas de trabalho concreto, reduzindo-se todos ao trabalho humano abstrato. A relação social estabelecida entre os homens assume uma relação entre coisas. A este processo Marx vai denominar de fetichismo da mercadoria.

Retornando a análise da autora sobre a composição do ser individual / social – relação homem / natureza, homem / homem, homem / consigo próprio, perceberemos que no contexto da conversão do produtor em mercadoria são poucas as possibilidades de emancipação do indivíduo, preso nas malhas do fetichismo da mercadoria e da alienação do trabalho. Estes elementos vão engendrar a negação da possibilidade da realização da universalidade do homem, pois a objetivação humana no trabalho não se processa como fundamento no ser homem, humanizado, ao contrário, converte-se em atomização do ser. Fica comprometida a possibilidade de construção do ser humano enquanto ser individual e coletivo.

Retrocedendo na história, assim como sugere Resende (2007), a história do homem é a história do processo de sua apropriação da natureza e a sua conversão

em ser social. Nesse processo, as relações sociais ficam cada vez mais complexas, o que lhe acarreta uma individualização cada vez maior. O processo de emancipação do homem em relação às suas condições originais de produção é um processo de individualização, que atinge sua plenitude no momento em que, com o advento da sociedade burguesa, as relações sociais alcançam o seu maior desenvolvimento.

Apoiando-nos nas análises aqui desenvolvidas, concluímos que o trabalho é elemento fundamental na constituição da sociabilidade. Conforme Mascarenhas (2002), ainda que a experiência humana seja a do trabalho alienado, inserido no mundo da informática, da robótica, da globalização, do desemprego e da crescente fluidez das relações de mercado, não existe uma perda da importância do trabalho como veículo socializador nem a perda da possibilidade de emancipação através do trabalho, certamente a partir da reconstrução, ordenação de uma nova vida social.

Resende (2007) ao refletir acerca do indivíduo, da sua subjetividade, da sua vida psíquica, destaca com isto não implicar apreender conceitos que possam ser transportados para a análise da sociedade. Considera que essa transposição seria absurda, porque suporia algo que é falso: a separação entre a vida subjetiva, psíquica “interna” e a vida objetiva social, “externa”. Observa que a relação entre a vida individual e a vida coletiva, entre o que é subjetivo e o que é objetivo, parece não ter passado despercebido também em Freud, que encontrou nos mecanismos psíquicos mais íntimos do indivíduo particular a expressão das forças sociais mais gerais.

Nessa perspectiva Mascarenhas (2002) afirma que o trabalho representa para o indivíduo a consciência de pertencer a determinado grupo social e a carga objetiva que isso implica. Um indivíduo se identifica como professor, carpinteiro ou operário e isso significa pertencer a determinado grupo, valorizar-se, ser valorizado, situar-se no mundo de alguma forma, estabelecendo relações consigo e com o mundo. Não se pode menosprezar o papel que o trabalho exerce na identidade do trabalhador.

Para Codo (s/d), na construção do indivíduo e a história do trabalho, o indivíduo aparece como um repositório dos vários outros. A dissolução da aparência das reposições se dá através do trabalho. O trabalho é, portanto, a maneira de o indivíduo existir, objetivar-se e, ao objetivar-se, se subjetivar. A dimensão subjetiva construída pela relação objetiva homem-mundo, assim como a identidade, as

relações objetivas com o mundo e com o outro determinam objetivamente em nós a diferença subjetiva, entre cada um de nós e todos os outros. É a partir da possibilidade de expressão objetiva da subjetividade que alguém se diferencia do outro, entretanto qualquer trabalho pode ter o circuito mágico de construção quebrado e o resultado é o sofrimento e, no limite, a doença mental.

Na visão de Codo, Sampaio e Hitomi (1994), para se compreender a constituição da identidade do trabalhador na sociedade capitalista, é necessário entender o conceito de classe social em sua complexidade concreta e considerar a subjetividade, as representações, os conflitos – representações versus condições materiais – e o modo como se expressam no cotidiano. O autor alerta sobre a questão do reducionismo da concepção de trabalho em nossas sociedades. O trabalho é normalmente definido como uma atividade remunerada, associada ao mercado de trabalho. O trabalho, o conceito se abre para um significado das ação recíproca do sujeito e / ou do objeto.

É nessa perspectiva que se entende que Codo, Sampaio e Hitomi apresentaram elementos para a compreensão de que o trabalho é fundamental na construção da identidade. Uma questão importante é o prazer: é sempre preenchido de significado. O circuito sujeito – objeto - significado é profundamente prazeroso. Qualquer trabalho é portador do circuito do prazer, mas qualquer trabalho pode ter o circuito do prazer quebrado. E o resultado é o sofrimento.

Nessa linha de pensamento, Dejours (2001) afirma que executar uma tarefa sem envolvimento material ou afetivo exige esforço de vontade que em outras circunstâncias é suportado pelo da motivação e do desejo. A vivência depressiva em relação ao trabalho e a si mesmo alimenta-se da sensação de adormecimento intelectual, de esclerose mental, de paralisia da fantasia e da imaginação. Na verdade, marca de alguma forma o triunfo do condicionamento em relação ao comportamento produtivo e criativo. No que diz respeito à relação do homem com o conteúdo significativo do trabalho, é possível considerar, esquematicamente, dois componentes: O conteúdo significativo, em relação ao Sujeito e o conteúdo significativo em relação ao objeto. O sofrimento começa quando a evolução dessa relação é bloqueada.

Dejours acentua que trabalhar passa primeiro, pela experiência afetiva do sofrimento. Não existe sofrimento sem um corpo para experimentá-lo. A inteligência no trabalho nunca é redutível a uma subjetividade, só se experimenta na

singularidade irreduzível de uma encarnação, de um corpo particular e de uma corporeidade absolutamente única. O corpo subjetivo que se constitui a partir do corpo biológico, dá-se, em psicanálise, o nome de corpo erógeno. E é exatamente este corpo resultante da experiência mais íntima de si e da relação com o outro que é convocado a trabalhar.

Posto isto, podemos perceber que na sociedade capitalista o circuito do prazer encontra-se totalmente danificado no que diz respeito à realização do trabalho. O não-reconhecimento do produto no seu produto, o fetichismo da mercadoria e a alienação do trabalho comprometem decisivamente o circuito do prazer no trabalho. Trabalhar torna-se um sofrimento, a alienação do trabalho compromete decisivamente o circuito do prazer no trabalho e as identidades individuais ficam afetadas por isso. É muito importante levar em conta a subjetividade do trabalhador, sua relação subjetiva com o trabalho. Assim, conforme Jacques (s/d), a crescente demanda por serviços de assistência à saúde e a constatação da relação entre os processos de saúde e trabalho propõe uma investigação sobre a articulação entre a dimensão subjetiva e objetiva representada pelo trabalho, a análise da relação homem/trabalho e suas implicações sobre o sistema produtivo, a reciprocidade e interdependência entre essas dimensões e a interação entre os aspectos psicológicos e os aspectos estruturais fundantes de um determinado contexto social.

CAPÍTULO 2 - A DESIGUALDADE, A EXCLUSÃO, A VIOLÊNCIA E O POLICIAL NO CONTEXTO DO ESPAÇO URBANO

2.1 A CIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO

Temos discutido até aqui as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho e a sua atual configuração na sociedade contemporânea, no entanto convém lembrar que a questão laboral consiste em apenas um lado do sistema macroestrutural.

A urbanização, segundo Lefebvre (1991), impõe um ponto de partida: o processo de industrialização. No processo de industrialização, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia. A própria cidade é uma obra e contrasta com a orientação na direção do dinheiro, do comércio, dos produtos. Na argumentação do autor, a obra é valor de uso e produto é valor de troca.

Lefebvre afirma que a partir da industrialização, a produção agrícola não é mais predominante, nem a propriedade da terra. As terras passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio. Nesse sentido, ressalta que a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações tendem a se constituir em rede de cidades, com uma certa divisão do trabalho (tecnicamente, socialmente, politicamente). Sendo o que se levanta sobre esta base é o Estado.

Desse modo, a cidade caracterizada com um cunho orgânico de comunidade, de organização corporativa já não é como antes. A industrialização, como bem coloca Lefebvre (1991), pressupõe a ruptura desse sistema urbano pré-existente. A passagem do capitalismo comercial, bancário, de produção artesanal para a produção industrial e para o capitalismo concorrencial faz-se acompanhar por uma crise, no que diz respeito à cidade e o sistema urbano.

O autor observa que na perspectiva de Marx, a cidade desempenhou um papel importante na arrancada da indústria. As concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais. Nos termos de Lefebvre, os processos de industrialização e urbanização (crescimento, desenvolvimento, produção econômica e vida social) são inseparáveis e sobretudo, conflitantes. A complexidade do processo se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, longe de ser elucidada e longe de ser terminada. O tecido urbano pode ser descrito como uma unidade ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes. Na fase

econômica do tecido urbano aparecem fenômenos de uma outra ordem, social e cultural.

Lefebvre (1991) formula então o conceito da cidade (realidade urbana) composta por representações emprestadas da antiga (pré-industrial, pré-capitalista), mas em curso de transformação e de nova elaboração. O núcleo urbano consegue se manter, porém a destruição prática e teórica (ideológica) da cidade não pode ser feita sem deixar de ser mutilada e deteriorada. O autor em sua análise distingue alguns aspectos nesta perspectiva: a indústria e o processo de industrialização saqueiam a realidade urbana pré-existente, até destruí-la pela prática e pela ideologia. Conduzida por uma estratégia de classe, a realidade urbana faz-se reconhecer como realidade socioeconômica, urbanismo sem reflexão ou planejamento.

Segundo Kowarick (1981), o fenômeno da urbanização supõe uma maneira de viver, propiciando um estilo de vida. Este estilo, fruto de aglomerações humanas densas e reunidas em espaços físicos reduzidos, origina novas configurações culturais.

Lefebvre (1991) afirma que a separação entre a cidade e o campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho, que correspondem à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual e que consistem nas funções de direção, atividades políticas e militares, elaboração do conhecimento teórico (filosofia e ciência). Nessa perspectiva, Kowarick (1981) faz também o alerta que a teoria da modernização transplanta a dualidade estrutural campo/cidade para a defasagem cultural existente no próprio mundo urbano.

O fenômeno urbano, tomado em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada, ele surpreende por sua complexidade, tornando indispensável uma cooperação interdisciplinar para se atingir o fenômeno global. “O urbanismo oficialmente, se define como sendo a atividade que traça a ordenação dos estabelecimentos humanos no território com traços de pedra, de cimento ou de metal” (Lefebvre, 2002, p.139).

Deve-se explicitar que para Lefebvre (2002), existem diversos urbanismos: o dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e dos tecnocratas. O pensamento urbanístico, na ausência de um método apropriado (dialético), não pôde dominar o duplo processo, altamente complexo e conflitual entre industrialização e urbanização. O urbanismo é uma superestrutura da sociedade

neocapitalista, entre outras palavras, do “capitalismo de organização”, o que não significa “capitalismo organizado”.

Na sociedade dita moderna, Lefebvre (1991) observa que a divisão do trabalho levada até as últimas consequências, intensifica a segregação dos grupos sociais, separações materiais e espirituais, fazendo aparecer, deste modo, o movimento oculto, o movimento dialético do conteúdo e da forma urbana. Nessa perspectiva, o autor observa que a prática social é integrativa. A integração se realiza em níveis diferentes, através do mercado da ideologia do consumo, da cultura, dos valores, da ação do Estado. O urbanismo poderia se tornar essencial para essa prática integrativa, porém essa racionalidade que pretende ser global, organizadora, planejadora se concretiza ao nível analítico projeta nesta a separação na prática.

No pensamento de Harvey, o pós – modernismo procura descobrir maneiras de exprimir essa estética da diversidade, porém com limitações e vantagens superficiais de muitos esforços pós-modernos. Harvey (1992, p. 77), nos termos de Jencks, observa que a arquitetura pós-moderna tem significativas mudanças tecnológicas. As comunicações contemporâneas derrubaram as “fronteiras do espaço e do tempo”, produzindo tanto um novo internacionalismo com fortes diferenciações internas em cidades e sociedades baseadas no lugar, na função e no interesse social.

Nessa abordagem, Harvey apresenta o que Jacobs alerta sobre os problemas das minorias e dos desprivilegiados ou dos diversos elementos contra-culturais que foram jogados para debaixo do tapete até que se pudesse conceber algum sistema bem democrático e igualitário de planejamento baseado na comunidade, que atenda às necessidades urbanas bem formadas e coesas, como ponto de partida num mundo urbano que está sempre em fluxo e transição. Para Harvey (1992), o populismo do livre mercado encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos dos *Shoppings*, nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem de falta de habitação.

As reflexões de Harvey (1992) demonstram que a resultante multivalência da arquitetura gera, por sua vez, uma tensão que a torna radicalmente esquizofrênica por necessidade. Nessa direção, o autor conclui que ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, todos inspirados de um sentido de efemeridade e de caos, são talvez, os temas que dominam as atuais práticas da arquitetura e do projeto urbano.

Lefebvre (2002), afirma que o fenômeno urbano recompõe profundamente os dispositivos da produção, como as forças produtivas, relações de produção, contradições entre forças produtivas e relações de produção. Isto quer dizer que o urbano não suprime as contradições do industrial. Os conflitos inerentes às relações de produção na sociedade capitalista entram o fenômeno urbano, o seu desenvolvimento, reduzido ao crescimento.

Posto isto, entendemos que o urbano nada tem de harmonioso, ele não exclui os conflitos de classe. O urbano se apresenta como lugar dos enfrentamentos e confrontações das contradições, ele poderia ser definido como lugar da expressão dos conflitos.

2.2 O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA NO PROCESSO URBANO, A QUESTÃO DA DESIGUALDADE, SEGREGAÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA

Entre as várias concepções de Estado Japiassú e Marcondes (2006) denominaram-no como: “conjunto organizado das instituições políticas, jurídicas, policiais, administrativas, econômicas, etc., sob um governo autônomo e ocupando um território próprio e independente” (p.94).

Como já discutimos anteriormente, o Estado no contexto da sociedade capitalista possui características próprias. Quase todas as referências marxistas do Estado, de acordo com Lojkine (1981), intervêm na periferia da relação capital trabalho, fora da empresa como lugar de extorsão da mais-valia, para regulamentar, no nível do conjunto da formação social, a reprodução dessa extorsão.

Segundo o autor, levar em conta a urbanização capitalista permite a determinação social do Estado como aparelho territorial e agente da socialização espacial das relações de produção. A análise científica do Estado capitalista remete, por um lado, à análise do processo de produção e reprodução do capital, centrada na teoria do valor e por outro a análise das classes sociais. Nesta perspectiva, o Estado perde a universalidade e a perenidade abstrata que lhe atribuíram os filósofos políticos idealistas de Platão a Rousseau ou Hegel, para tornar-se uma forma social histórica intimamente ligada ao modo de produção que a gerou.

Na concepção de Pereira (2008), o Estado pode assumir forma política e historicamente definida. Seu aparecimento está associado a certas épocas e

circunstâncias, que são situadas e datadas. O seu desaparecimento ou substituição ocorrerá quando essas circunstâncias históricas desaparecerem. E assim, Behring e Boscchetti (2008) acrescentam que o Estado no capitalismo maduro pode ser entendido na perspectiva de que possui uma autonomia relativa, e é marcado por diretiva política com consciência de classe, ou seja, trata-se de um Estado ampliado com a hegemonia burguesa.

Nos termos de Lojkine (1981), as formas contraditórias do desenvolvimento urbano, do modo como são refletidas pela política estatal, são justamente as revelações da maneira capitalista de medir a rentabilidade social através apenas da acumulação do trabalho morto. O autor argumenta que, longe de ser um fenômeno menor, a urbanização desempenha papel tão importante quanto a multiplicação da potência mecânica do trabalho na unidade da produção.

Lojkine apresenta a premissa a partir da qual Marx é levado a desenvolver um novo conceito para definir a relação entre o processo de produção imediato e o processo global de produção e de circulação do capital: é o que ele chama as condições gerais da produção. Mostra ainda o vínculo direto entre aumento da produtividade do trabalho e planejamento urbano. Apoiado nessa teoria, o autor desenvolve o lugar da urbanização. Através dessa perspectiva, o autor define que na medida em que o desenvolvimento da aglomeração urbana depende estreitamente das firmas industriais, estas vão pesar muito no desenvolvimento das cidades. Percebe-se hoje cada vez mais que os critérios de implantação espacial das grandes firmas capitalistas entram em contradição com as necessidades tecnológicas e sociais de um verdadeiro planejamento territorial. Isto significa, na argumentação do autor, que o capitalismo desempenha fundamental papel no desenvolvimento das cidades, sendo a urbanização modelada de acordo com as necessidades da acumulação capitalista.

Um aspecto importante ressaltado por Lojkine (1981), com base na teoria marxiana sobre o desenvolvimento desigual das cidades, decorre em boa parte das estratégias de outro tipo de agente urbano: os proprietários fundiários. Isto se dá pela apropriação privada do solo, fragmentação desse valor de uso, do qual por definição o consumo só poderia ser coletivo. O autor afirma ainda que a apropriação da renda fundiária urbana é feita cada vez mais pela pequena e média burguesia e que não contém no processo de construção da política urbana

capitalista uma planificação no sentido de um domínio real da urbanização, nem por isso deixa de reforçar a uma lógica: à da desigualdade social.

Abordagens teóricas sobre desigualdade social, processo de segregação social e violência são cada vez mais encontradas nas áreas do conhecimento: sociológico, jurídico, econômico, político, psicológico, no entanto, o mundo assiste a alterações acontecendo na esfera da produção. É preciso inserir no processo de conhecimento a análise do cenário da atual sociedade e seu Estado neoliberal.

As principais características da sociedade contemporânea, pautada no neoliberalismo, de acordo com Dallegrave Neto (2002), estão ligadas à macroeconomia, financeirização, mundialização do capital, à globalização da mídia, do consumo, da mão-de-obra, a perda da soberania nacional em face da hegemonia dos blocos regionais.

Nessa perspectiva, Alves (2007) afirma que o Estado neoliberal é a forma de Estado político que surge com a mundialização do capital. É o elemento político constitutivo de lógica da precarização do trabalho que hoje se impõe à reprodutividade capitalista. O neoliberalismo não é apenas uma forma de governo, mas uma forma de Estado político, que surge com o capitalismo global. O Estado neoliberal não adota o mercado auto-regulado, utopia do liberalismo do século XVIII e XIX. Este Estado adota como princípio político o Estado social sob regulação do mercado não como um ente abstrato, mas sim, como o espaço de interesses organizados dos grandes oligopólios financeiros.

Para Larangeira (1999), o fenômeno da globalização, da formação de blocos econômicos, da liberação dos mercados tem como resultado o acirramento da competição intercapitalista, que impõe transformações no modelo de organização do trabalho e de relações de trabalho, cujas consequências sociais tem caracterizado o que alguns denominam a nova pobreza ou a exclusão social. Com base neste ponto de vista, a autora ressalta que o conceito de exclusão social é utilizado para estabelecer uma distinção em relação ao termo pobreza, na medida em que este possuiria uma conotação restrita, à idéia de privação material, econômica, enquanto o primeiro teria uma conotação mais abrangente, de privação social, não só na área do trabalho, mas também na de saúde, da habitação, da educação, de bens culturais. O argumento de Larangeira que fundamenta o conceito de exclusão social, é que os excluídos são penalizados pela não-participação, que consiste não apenas na exclusão do mercado de trabalho, mas

também nas diferentes formas de relações sociais, ou seja, de participação na esfera política, sindical e até no sistema de treinamento ou de qualificação, resultando incapacidade financeira e/ou de acesso a oportunidades.

O campo teórico da exclusão social é múltiplo, alerta Nascimento (1999), tanto pode ser definido como o campo de estudo das desigualdades sociais, quanto do estigma ou mesmo da sociologia do desvio. Nascimento salienta que alguns autores como Touraine ou Castel sinalizam as formas diversas que a exclusão tem assumido na contemporaneidade. Para o primeiro, a exclusão é o sinal do deslocamento do conflito social capital x trabalho que emerge na sociedade pós-industrial. Para o segundo, a temática da exclusão é colocado no interior de uma trajetória social, na qual os indivíduos fragilizados se encontram em situação de vulnerabilidade.

Larangeira (1999), em concordância com Nascimento, observa que a questão da integração/desintegração social constitui-se em um dos eixos da discussão sociológica, desde Comte, na busca de respostas às contradições geradas por transformações sociais, principalmente, pela emergência da sociedade industrial. Tal preocupação tende a crescer à medida que cresce o temor de desestabilização diante do crescimento de segmentos sociais não-integrados, marginais, percebidos como ameaça social.

Campos (2001) alerta que se exige prudência na compreensão da noção de exclusão e para a utilização múltipla e variado do termo. O uso generalizado da noção de exclusão vem se tornando cada vez mais vago e equivocado, como categoria do pensamento científico. Para o autor, o fato de conceber a noção de exclusão como polissêmica, algumas vezes confundida com outros conceitos, como o de marginalização social, por exemplo, não impede a utilidade da noção no estudo dos fatores simbólicos presentes em determinadas situações sociais.

Voltando ao estudo anterior, referente à política urbana e à segregação social, Lojkine (1981) mostra através da análise dos efeitos da nova política urbana monopolista sobre interesses urbanos da classe trabalhadora e das camadas médias assalariadas, sobretudo dos executivos, baseia-se em aspectos fundamentais de segregação social e espacial, que se caracterizam pelo nível da habitação; a lógica do trabalhador, opondo-se à lógica do emburguesamento do centro urbano, ou das residências para os executivos; o nível dos equipamentos coletivos (creches, escolas, equipamentos sociais e esportivos); os

subequipamentos dos conjuntos operários, opondo-se ao super-equipamento dos conjuntos burgueses e ao nível do transporte domicílio-trabalho e a crise dos transportes coletivos para o operariado, contrastando com os privilégios burgueses, com o uso do automóvel.

Para Kowarick (1981), o primordial é buscar uma classificação do processo de marginalização nas zonas urbanas, tendo como dinâmica as exigências da acumulação do capital, na qual os grupos marginais serão conceituados de acordo com sua forma de inserção na divisão do trabalho. Neste sentido, Nascimento (1999) afirma que a dimensão central nos estudos em torno da exclusão social é ainda a econômica e, mais precisamente, a do mercado de trabalho. A maioria dos estudos relaciona sempre as situações de exclusão com o crescimento do desemprego e por consequência, com o aumento da desigualdade social.

Nesse sentido, Campos (2001) acrescenta que é pertinente definir as situações de exclusão, nos quais se observa uma crise dos vínculos sociais e apoiado nas reflexões de Castra, afirma que situações que põe em evidência uma perda, progressiva ou súbita, total ou parcial da capacidade de participar econômica, social e política, seja da capacidade de participar dos mecanismos de organização da sociedade, seja da capacidade de participar dos benefícios materiais e culturais desta mesma sociedade. Assim, a exclusão social, compreendida como conjunto de mecanismos que provocam a fragilização dos vínculos sociais e a perda da capacidade de participar, permite a aproximação e o estudo dos grandes problemas sociais modernos.

Kowarick (1981) vai denominar que foi na América Latina fundamentalmente após a Segunda Grande Guerra que a marginalidade urbana apareceu como problema teórico e prático. Isto ocorreu na medida em que o ritmo da urbanização se acentuou devido à intensificação das migrações internas, que passaram a se localizar na periferia ou nas áreas decadentes das grandes metrópoles, dando origem ao que se denominou bairros marginais. O autor alerta que a exclusão social só pode ser analisada e compreendida em função de causas que não fazem parte do mundo próximo das pessoas que nele vivem. O fenômeno desenvolvido, relativo a um número pouco significativo de pessoas pode ser procurado no seu mundo próximo, nos fatores pessoais e psicológicos. Quando abrange uma quantidade significativa de pessoas, não é no seu mundo próximo que se devem buscar as causas da marginalidade.

A idéia de exclusão social, denominada por Larangeira (1999), suporia uma esfera psíquica, pautada por sentimentos de desesperança e de frustração, que reforçam o sentimento de não-participação. As consequências da exclusão são consideradas socialmente desestruturadoras e segundo alguns autores, estariam na raiz da violência nos países mais atingidos por recentes mudanças sociais.

Segundo Kowarick (1981), as sociedades se tornam cada vez mais abertas, alterando espontaneamente o quadro das desigualdades sociais pela extensão da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais. Desta forma, Larangeira (1999) ressalta que princípios de cidadania conquistados e consolidados no século XX, ao invés de serem ampliados, passam a ser ameaçados. Com base nesse ponto de vista, Kowarick (1981) explicita que a lógica da distribuição de benefícios tenderia a abrir-se para amplos grupos sociais, posto que a ascensão social se apoiaria cada vez mais no desempenho e menos na atribuição. Isto quer dizer que não só a sociedade seria aberta, mas que a ascensão se fundamentaria no princípio da meritocracia. Deste modo, estaria dentro da própria lógica de funcionamento da sociedade moderna a implantação de um amplo sistema competitivo.

Larangeira (1999) destaca que o trabalho, em diferentes concepções, constitui-se em elemento essencial de integração social. Apoiada nos pressupostos de Castel, a autora explicita que o crescimento dos ociosos – os vagabundos da Idade Média, os miseráveis das sociedades pré-industriais e os excluídos de hoje – está estreitamente ligado ao sistema de organização do trabalho, que impede a integração de seus membros.

Relativo a outro aspecto da realidade atual, Larangeira (1999), diz respeito às consequências danosas que se manifestam também, para os empregados que permanecem no emprego, não só em termos de maior responsabilidade no trabalho, de jornada de trabalho mais extensa (o que lhes retira o tempo de lazer e para a família) e menores salários como, também por meio de sentimentos de terror, de insegurança, de culpa e pela baixa moral, em razão do clima de demissões. Em consequência desta situação descrita, revela-se o aumento perigoso do estresse e de doenças associadas a ele. Um dado interessante é o crescimento da violência no local de trabalho. A esse aspecto, Dejours (2003) destaca que há o sofrimento dos que temem não satisfazer, não estar a altura das imposições da organização do trabalho, o que toma forma de medo de ser incompetente. Mesmo que o trabalhador saiba o que deve fazer, porém não pode

fazê-lo, porque o impedem-no as pressões sociais do trabalho. Os trabalhadores submetidos a essa nova forma de dominação pela manipulação gerencial da ameaça de precarização, característica da forma dita flexibilizada do sistema econômico, vivem constantemente com medo.

Larangeira (1999) observa ainda que uma série de estudos acadêmicos realizados na Europa e nos Estados Unidos convergem no sentido de reconhecer que a reestruturação produtiva atual leva à degradação das condições de vida e de trabalho de importantes segmentos da população. Muitos analistas têm formulado hipóteses que associam tal situação à elevação dos índices de criminalidade naqueles países. É nesse sentido que conceitos sociológicos característicos da discussão social do final do século XIX e início do século XX, como os conceitos de anomia, de coesão e de integração social são retomados no debate atual.

Kowarick (2000) vai denominar o significado da espoliação urbana como a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo. A espoliação urbana está intimamente ligada à acumulação do capital e ao pauperismo dela decorrente. Desse modo, a condição de subcidadão como morador das cidades constitui fonte matriz que serve para construir-se o diagnóstico da periculosidade. Kowarick faz um alerta para distinguir marginais de cidadãos comuns, o que pode ser feito com o uso do bom senso. E acrescenta: “o bandido tupiniquim, tem tipologia definida. É subnutrido, mal vestido, subempregado. A aparência geral dos bandidos é idêntica” (200, p.55).

Como já dissemos, a exclusão social apresenta várias facetas e ao mesmo tempo em que é um fenômeno, também é um processo e possui uma lógica com várias interpretações. Nesse sentido, segundo Sousa e Silva (2005, p. 817), há alguns grupos que são mais afetados por esse processo, não só porque se encontra em situação de carência material, mas também por ter se tornado aquele sujeito estigmatizado, considerado perigoso à sociedade. Essas pessoas são os chamados “sobreviventes”, o que significa a exclusão da possibilidade de sonhar com outro tipo de vida. Os mais afetados por essa problemática são os pobres, os desempregados, os boias-frias, as crianças, as mulheres e os deficientes. As autoras ressaltam que a exclusão social perpassa com mais força os grupos sociais étnicos fragilizados e os mais pobres, que são as maiores vítimas da violência.

Sousa e Silva (2005), ancoradas na análise de Demo, sustentam que se pode inferir que a pobreza caracteriza-se pela destruição, pela marginalização do

usufruto dos benefícios do progresso e do acesso às oportunidades de emprego e consumo. A desproteção por falta do amparo público adequado e a inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar, retratam uma faceta da violência institucionalizada.

E o que é violência? Segundo Japiassú e Marcondes (2006), a palavra vem do latim *violentia*, de *violare*. Violência, em sentido geral, é todo ato exercido com bastante força contra um obstáculo. No campo psicológico, Dejours (2009) não concebe o que poderia ser uma violência puramente subjetiva, sem materialização no mundo objetivo. Em outros termos, a violência supõe um comportamento, ou seja, um conjunto de ações, de gestos ou de decisões, tendo por conseqüências atos ou gestos devidamente observáveis.

Na perspectiva do tema violência e trabalho, Dejours distingue dois tipos principais de configurações subjetivas em função de processos psíquicos radicalmente diferentes que os sustentam: a violência reacional e a violência acional. A violência reacional ocorre quando uma conduta violenta é mobilizada por uma reação subjetiva, no limite da vontade, incontrolada em resposta a uma situação atual que diz respeito a uma resolução compulsiva de uma excitação superior às capacidades de resistências intrapsíquicas. Esta configuração subjetiva é vista hoje em dia, em certas situações de trabalho, nas condutas compulsivas de vandalismo, de sabotagem, de ameaça contra outros assalariados, conduta de caráter médico-legal que são reacionais às injustiças ou aos sofrimentos experimentados no trabalho. A outra configuração é a violência acional, que implica o exercício da liberdade da ação. Não há a compulsão, ao contrário. No âmbito da violência acional, a conduta é deliberada, calculada, e do ponto de vista subjetivo tem a ver diretamente com o sadismo, quer dizer, o prazer em fazer sofrer ou morrer um terceiro.

Guimarães (2006) apresenta a ideia de que a violência urbana busca explorar a relação existente entre o modo de vida da sociedade e Estado contemporâneo e a violência no contexto cotidiano. A autora, nos termos de Costa, considera a prevalência de atos violentos desarticulados de conexão com as lutas de interesses mais amplos (lutas de classe, de interesse social), o aumento no número de homicídios e crimes violentos praticados não por pobres ou excluídos, mas por pessoas de classes mais abastadas e a grande incidência de atos violentos promovidos pelos diversos tipos de gangues e amotinados,

aparentemente desprovidos de motivação. Assim, essa violência percebida como gratuita, praticada pelo simples prazer da violência, encontra respaldo no atual modo de vida das sociedades capitalistas, na ideologia do lucro fácil e da busca da satisfação imediata do desejo de consumir, as quais encontramos resposta no modo de organização da sociedade moderna.

Segundo Pedrazzini (2006, p.15), a violência urbana é o assunto do momento. Os franceses já não dissociam a “insegurança” do espaço público. O autor alerta que a violência das cidades tornou-se um fato consumado, um objeto de civilização, no qual apenas os aspectos técnicos (segurança, repressão) são administrados.

Na análise de Pedrazzini, no Terceiro Mundo, o bairro popular aponta para uma reformulação do meio urbano desfeito pelo pensamento planejador e pela ausência do poder público. A violência urbana não é um fenômeno isolado. A urbanização caótica, a segregação social e racial tornam as atividades informais e ilegais, violentas ou não, como indicadores de uma transformação mundial da civilização urbana. A informalização da urbanização é uma resposta das populações carentes à globalização e às políticas de segurança.

Nessa perspectiva, Kowarick (2000) afirma que a violência está fortemente presente no cotidiano de nossas cidades. Não apenas a da polícia ou dos bandidos, mas também a dos salários, transportes e jornadas de trabalho, além das situações de doenças, acidentes e desemprego ou nas formas espoliativas de moradia. E enquanto assim for, muitos permanecerão na condição de subcidadãos, sem direito à cidade.

Diante do que foi discorrido, a análise que empreendemos até aqui nos leva a apoiar-nos nessa posição de que as discussões acerca da violência, criminalidade, desigualdade e exclusão social, da forma em que aparecem atualmente, remetem a uma ampla e cuidadosa reflexão de como se estabelece o vínculo da noção de segurança pública que alimenta o Estado e a sociedade diante desses fenômenos.

2.3 O POLICIAL NO CENÁRIO DO ESPAÇO URBANO

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, devido à racionalização do sistema capitalista, irão incidir na categoria ocupacional da polícia militar, uma atividade inserida na divisão social e técnica do trabalho, especialmente os serviços de segurança sob a responsabilidade do Estado, não estando livre de sofrer as consequências dos ajustes neoliberais. Deste modo, o trabalho do profissional de segurança, ou seja, o policial, introduzido no espaço urbano, tem vivenciado uma situação que se expressa de forma bastante complexa.

De acordo com Foucault (2008), o processo punitivo penal à época dos suplícios consistia em um ritual político pela qual se manifestava o poder, permitia que o crime fosse reproduzido e voltado contra o corpo visível do criminoso, lembrava a todos o poder do soberano, reforçado pelo cerimonial da violência. Nesse contexto, Amador (2002) esclarece que posteriormente os métodos punitivos deixam de ser meramente repressivos em consequência de regras de Direito e os procedimentos de punição, vigilância, castigo e coação assumem formas bem menos explícitas. A autora afirma que esse foi o contexto de constituição do Estado Moderno e junto com ele, da formação de um aparelho policial fortemente organizado.

Nesse quadro, o Estado constituído como sistema coercitivo de autoridade que detém o monopólio da violência institucionalizada forma um segundo princípio organizador por meio do qual a classe dominante pode tentar impor sua vontade, não somente aos seus oponentes, mas também à mudança e a incerteza anárquicas a que a modernidade capitalista sempre está exposta. Os instrumentos vão da regulação do dinheiro e das garantias legais de contratos de mercado ao fornecimento de infraestrutura social e físicas, controle direto das alocações de capital e de trabalho, bem como dos salários e dos preços, restrições ao poder da classe trabalhadora, vigilância policial, repressão militar, etc (Harvey, 1992).

Em A Questão judaica, Marx (1991) observa que a segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito de polícia concebe que toda sociedade existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade. O conceito de segurança não faz com que a sociedade burguesa se sobreponha a seu egoísmo. A segurança, pelo contrário, é a preservação deste. Deste modo, o pensador ressalta que nenhum dos

chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular e dissociado da comunidade e está longe de conceber o homem como um ser genérico. Como consequência dessa organização, O Estado enquanto a consciência, a vontade e a atividade da unidade do Estado e o poder geral deste, manifesta-se como incumbência especial de um senhor dissociado do povo e de seus servidores.

Segundo Lemgruber, Musumeci e Cano (2003), a tensão entre emprego da força e respeito aos direitos individuais e coletivos é constitutiva das instituições policiais, está presente desde as suas origens e se manifesta, de diferentes maneiras, nas polícias de todas as sociedades democráticas. Isto torna imprescindível a existência de mecanismos de controle capazes de fazer convergir os dois polos em tensão, garantindo o comedimento, a legalidade e a legitimidade do uso da força policial.

As instituições policiais modernas, nas palavras dos autores, surgiram num contexto de ampliação dos direitos civis, disseminadas na Europa no início do século XIX, apresentado-se como alternativa para o uso privado da força, na intervenção esporádica e quase sempre truculenta nos conflitos sociais. Seu desenvolvimento refletiu o processo de construção do estado de direito no Ocidente, no entanto a concretização desse projeto nunca deixou de ser problemática, mesmo em países onde a cultura política liberal e a defesa dos direitos universais de cidadania se enraizaram mais nos últimos duzentos anos.

Para Mariano e Bicudo (2003), a polícia no Brasil foi inspirada para ter função de controle social dos excluídos e defender as oligarquias. Foi estruturada no período imperial, mas já no Brasil colônia, a característica de polícia judiciária e investigativa estava presente. Em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, foi criada, por meio de alvará, a Intendência de polícia da corte. No Brasil-colônia, toda a população masculina era obrigada a se inscrever nos corpos militares, sob a ordem de Portugal. No período imperial, a Guarda nacional foi a principal força policial. Criada em 18 de agosto de 1831, seu efetivo foi formado por cidadãos eleitores. No mesmo ano, o governo decidiu criar o Corpo de Guardas Municipais no Rio de Janeiro, permitindo que outras províncias também criassem seus próprios Corpos de Guarda. Várias outras instituições de estrutura militar foram criadas durante o Império.

O sistema de segurança pública estruturada no Império engendrou três características presentes até hoje, salienta Mariano (2004 p.21):

A primeira é a dualidade na atividade policial. Diferentemente de outros países em que instituições policiais já nasceram exercendo o ciclo completo da atividade policial, ou seja, uma parte da mesma polícia investiga e outra parte majoritária realiza o policiamento ostensivo, o sistema de segurança pública brasileiro institucionalizou duas “meias” polícias. Uma só para investigação (polícia civil) e outra “meia” polícia para o policiamento ostensivo responsável pela manutenção da ordem pública, que no final do século XIX, passou a chamar-se, no Estado de São Paulo, de Força Pública. Nenhuma das duas “meias” polícias realizavam sozinhas a investigação e o policiamento ostensivo, que caracteriza o ciclo completo da atividade policial. Para o autor, essa característica do sistema de segurança pública do Império acarretou conflitos de competência, distanciamento das direções das instituições policiais, duplicidade de equipamentos e de gerenciamento das operações, que somados, constituem uma das principais causas estruturais da ineficiência da atividade policial. Referente a este aspecto Lemgruber, Musumeci e Cano (2003, p. 36) alertam que é um sério problema que reside na divisão da atividade de polícia. Isto impossibilita uma perspectiva global no planejamento das tarefas de segurança pública, capaz de abranger o ciclo completo que vai da prevenção à prisão dos suspeitos, tornando-se uma verdadeira “esquizofrenia” institucional.

A segunda característica do sistema de segurança pública do Império para Mariano (2004), é o caráter de “polícia judiciária” da instituição policial.

A terceira característica é que o policiamento ostensivo era feito por instituições militares, corporações aquarteladas, com disciplina, estrutura e regras das Forças armadas, treinadas para enfrentar inimigos internos e externos. Essa característica, que não foi alterada com o surgimento da República, marcou a lógica repressiva do policiamento ostensivo.

Segundo o autor, com a República, o sistema de segurança pública brasileiro ficou centralizado nos estados federados (antigas províncias) e fortaleceu-se a dualidade na atividade policial, não se exercendo, assim o ciclo completo da atividade policial.

Nessa perspectiva, Amador (2002) vai denominar que entre o final do século XIX e início do século XX, formam-se os pequenos exércitos estaduais, chamados,

inicialmente, de Forças Públicas, até chegar-se à definição de Brigada Militar (Polícia Militar). Assim, Mariano (2004, p.28) explicita que da “fusão” entre a Força Pública e a Guarda Civil originou-se a Polícia Militar, influenciada diretamente pelo Exército¹. Em 1983, no governo do presidente João Figueiredo, é aprovado o regulamento através do Decreto nº 777 (R-200) para Polícias Militares e Corpo de Bombeiros, que estabelece ao Exército o controle e a coordenação das Polícias Militares. Ao Exército cabe o controle e a coordenação das Polícias Militares e às secretarias de Segurança Pública dos estados incumbe apenas a orientação e o planejamento.

Nesse quadro, podemos visualizar, como bem coloca o autor que o referido decreto demonstra que as Polícias Militares vivem uma dicotomia de estrutura, de organização de comando e de responsabilidade, na medida em que seus comandantes-gerais devem obedecer, na prática, a duas autoridades distintas e de esferas administrativas diferentes: uma estadual e outra federal. Ao que concerne à orientação e ao planejamento, diz respeito ao secretário de Segurança Pública, mas no que toca ao controle e à coordenação, reporta-se ao Exército. Não é mero acaso que os regulamentos disciplinares (RDs) das Polícias Militares se preocupam mais com o comportamento do policial dentro do quartel do que na rua. Os RDs refletem a natureza militar da instituição e não sua natureza civil, que é o policiamento ostensivo.

Nesse quadro, dos períodos autoritários da Ditadura Vargas ao Governo Militar, herdou-se uma força policial truculenta, repressiva e militarizada, marcada pela violência policial fatal, por parte da “meia” polícia responsável pelo policiamento ostensivo, e pela tortura, por parte da “meia” polícia investigativa e judiciária. A Doutrina de Segurança Nacional, idealizada no período militar, e a concepção de “inimigo interno” permearam as duas instituições (Mariano, 2004, p.31).

Na perspectiva que se entende que a Polícia Militar trouxe consigo regras, normas e disciplina de instituição fechada, Goffman (2008) alerta que a Organização Policial consiste numa Instituição Total que se caracteriza por uma divisão básica entre um grande grupo de pessoas controladas e uma pequena equipe de supervisão, com atividades diárias rigorosamente estabelecidas e

¹ O autor esclarece que durante um período da ditadura, as polícias militares eram comandadas exclusivamente por oficiais da ativa do Exército.

impostas por um sistema de regras reunidas num plano racional para atender aos objetivos oficiais da instituição, fazendo da infração de um indivíduo punição visível e exemplar para os outros.

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que tem como maior função "adestrar". A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (Foucault, 2008, p.143).

Assim, segundo (Mariano, 2004), a maioria dos regulamentos disciplinares das Polícias Militares consiste em um código de conduta de natureza militar, ou seja, mais voltado para as questões internas. Muitas vezes, não se pune administrativamente tortura ou homicídios, porque os regulamentos disciplinares da PM priorizam questões internas e não externas da instituição. O problema é que o externo é o policiamento ostensivo, principal atividade das Polícias Militares. Os regulamentos disciplinares das Polícias Militares copiam, em grande parte, os de instituições fechadas, aquarteladas, como o Exército Nacional.

Fraga (2005), considerando especificamente a atividade do policial militar, sujeito deste estudo, entende que é um trabalhador o qual desenvolve um processo de trabalho peculiar inserido em uma especialização na divisão sócio-técnica do trabalho. O trabalho do policial na sociedade produz o serviço de segurança pública oferecido à sociedade, em troca de um pagamento pelo seu empregador, o Estado. Através das premissas marxianas em que o processo de trabalho é constituído pelo trabalho, o objeto e os meios pelos quais o trabalhador realiza sua atividade, apresentamos o trabalho do policial conforme os elementos que Fraga destaca como:

1. O trabalho propriamente dito é a atividade do policial desenvolvida com a finalidade de executar a política da segurança pública; são as ações da polícia (vão desde o policiamento ostensivo até controle de tumulto); é, sempre, em tese, planejado.

2. A matéria-prima do trabalho do policial é a sensação de segurança social, a ordem pública, o policiamento ostensivo, a defesa pública, enfim, é a segurança pública na sociedade.

3. O objeto de trabalho é a segurança pública (prestação de serviço) tanto formal, variável do policiamento, como informal, traduzidas por ações que visam à sensação de segurança da comunidade.

4. O meio é tudo aquilo que o PM se utiliza na realização de seu trabalho. Podem ser subdivididos em: instrumental, sendo os equipamentos utilizados e os aprestos. São as ferramentas que dão suporte ao PM na realização de suas atividades, tais como: o uniforme (a farda), capa de chuva, as armas (arma de fogo, cassetete) viaturas, rádios, apito, coletes, algemas, refletores, papel, caneta, telefone; instrumentos de prevenção: colete à prova de balas, capacete de controle de tumulto, capacete, caneleiras, joelheiras, capa, e roupas de proteção contra incêndios usadas pelos bombeiros. Também são meios de locomoção do PM: o policiamento com bicicletas, cavalo (policiamento montado), o avião (policiamento aéreo), o barco e a lancha (em embarcação).

No âmbito do conhecimento técnico-operativo da profissão, Fraga mostra que é aquele adquirido por meio de cursos de formação e habilitação. Por exemplo, o aporte jurídico-legal acionado, quando chamado a intervir nas ocorrências. Este aporte ou os recursos técnicos é que lhe darão o suporte de conhecimento necessário para orientá-lo na sua maneira de agir (por exemplo, quando poderá entrar numa residência, mesmo sem o mandato judicial e sem autorização de quem lá reside). São os recursos técnicos que o PM acionará no desempenho de sua atividade. Em relação aos recursos físicos, é exigido do policial saberes relativos ao manuseio e emprego do armamento, o conhecimento do ciclo completo da abordagem policial e os processos de intervenção preventiva, dissuasiva e repressiva.

De acordo com o Manual Básico do Policiamento Ostensivo, Fraga (2005) esclarece que as técnicas mais utilizadas pelo PM são: a abordagem de pessoas a pé, abordagem de veículo suspeito; busca pessoal (conhecida vulgarmente como “revista” ou “gerica”); desarmamentos, condução de preso; perseguição; descrição e providências em local de crime. O policial se utiliza ainda de outros recursos que podem contribuir para a efetividade de sua ação, tais como os diálogos com a comunidade, palestras e orientações.

Nesse quadro, o papel da polícia é tratar de problemas humanos quando sua solução necessita ou necessitar do emprego da força, na medida em que isso ocorra, no lugar e no momento em que tais problemas surgem. Conforme

Vanagunas (2007, p. 49), uma concepção concreta de quem está servindo é fundamental para o planejamento do serviço policial urbano. A concepção em tese sustenta que o beneficiário do serviço policial é a “comunidade”. Assim, a comunidade em seu todo, presumivelmente, tem um sentimento maior de segurança ao saber que as forças policiais estão disponíveis em caso de emergências. Esta é uma concepção abstrata do consumidor do serviço policial. A maioria dos cidadãos de uma dada cidade raramente entra em contato direto com suas forças policiais.

O Policial Militar (PM) é o profissional responsável pela execução da política de segurança pública, funcionário público estatal (logo, tem o Estado como empregador). Na Constituição de 1988, intitulado “Da Segurança Pública”, no artigo 144, inciso 6º, foi mantida a vinculação das Polícias Militares ao Exército. Segundo Mariano (2004), soma-se a isso o fato de que a perda de função pública de oficial da Polícia Militar, por delitos administrativos ou penais, é de competência da Justiça Militar e não de governadores, sendo que os praças são demitidos por decisões do comando da corporação. Ou seja, os policiais militares são os únicos funcionários públicos estaduais cuja perda de função pública não depende do chefe do Poder Executivo.

No que se refere ao contingente de policiais, de acordo com o autor, hoje temos cerca de 600 mil policiais estaduais (450 mil policiais militares e 150 mil policiais civis) espalhados nos 26 Estados e no Distrito Federal. Das características surgidas no Império, as duas polícias estaduais de ciclo incompleto foram mantidas. O policiamento ostensivo continuou a ser realizado por instituição de estrutura militar, fortalecendo o caráter repressivo do policiamento. Os governos estaduais nunca deram muita importância para o conflito de competência. Os governos estão mais preocupados em dar visibilidade à população das viaturas das duas polícias de ciclo incompleto do que em sanar esse conflito. Lemgruber, Musumeci e Cano (2003), ao discutirem sobre atividades do policial, ressaltam que a prevalência da doutrina de segurança nacional e a mobilização de ambas as polícias para a repressão política, num contexto de suspensão dos direitos civis, teriam deixado marcas profundas, ainda não superadas, na lógica, na organização e nas práticas das instituições brasileiras de segurança. O autoritarismo estaria atrasando décadas o processo de adequação dos serviços policiais às demandas contemporâneas de ordem pública, à crescente complexificação das atividades

criminosas e à revolução tecnológica organizacional ocorrida na área de segurança em outros países.

Por outro lado, Pedrazzini (2006) argumenta que talvez o mais grave seja o sistema jurídico legitimar o uso progressivo de novas tecnologias de segurança. A globalização das políticas de segurança e das ideologias que visam apresentar essas políticas como modernas e realistas incentivam a atuação dos agentes adeptos à ofensiva repressiva. Independente do nível de democratização das suas instituições, os fabricantes de alarmes e os diretores de polícias privadas serão os protagonistas da segurança do século XXI. A segurança, apoiada por um número crescente de atores sociais e de forças repressivas, estará inscrita de tal forma no território que substituirá o planejamento urbano.

Tendo como parâmetro a exposição acima, inferimos que as atividades do Policial Militar são exercidas no âmbito do espaço urbano e que isto se justifica pelo fato de que a gama de serviços prestados pela Polícia Militar se consolida na rua, no serviço de policiamento ostensivo e preventivo. Nessa perspectiva, observamos ser bastante densa a relação do PM como profissional / indivíduo no complexo cenário em que se estabelece e desenvolve-se as relações sócio-políticas-econômicas e culturais na cidade.

Através do Manual Básico de Policiamento Ostensivo do Ministério do Exército, Fraga (2005) mostra que o trabalho dos PMs reveste-se de características muito peculiares: não possuem horários pré-determinados, principalmente para o término do serviço, ou seja, não têm uma jornada fixa, como os outros trabalhadores. Além disso, depois que a escala de serviços acaba, os PMs estão sujeitos, ainda, ao atendimento de ocorrências. Significa dizer que eles têm de estar à disposição do Estado, ou melhor, da segurança da sociedade, por imposição legal, nas 24 horas do seu dia, conforme é estabelecido no artigo 31 do Estatuto dos Servidores Militares, abrangendo todos os níveis hierárquicos, determinando suas condutas a uma dedicação exclusiva para a manutenção da ordem pública e segurança da comunidade, mesmo estando sujeito ao sacrifício da própria vida.

A autora alerta que é justamente no limite do direito à vida que, não raras vezes, o policial perde uma tênue linha que precisa ser equilibrada, no seu poder de reprimir, de coibir, de orientar e de prevenir, que caracteriza a vida cotidiana do policial. Nessa perspectiva, os ingredientes dos quais são constituídas as situações de trabalho do policial exigem, além do aparato jurídico-legal, sensatez, iniciativa e

capacidade de negociação nas situações adversas. É no cotidiano de trabalho com a comunidade que se determina a definição, a organização e a análise de onde e como o policial pode e/ou deve atuar.

Para Carbonari (2003), o Brasil atualmente é um dos países com os maiores índices de desigualdade do mundo e com um grande contingente de pobreza e miséria, o que gera um enorme número de brasileiros excluídos do acesso aos direitos fundamentais. O autor explicita que pesquisas realizadas mostraram um grau de desigualdade social muito alto, revelaram que essa desigualdade não tem atenuado nos últimos tempos, pois o grau de desigualdade hoje é praticamente o mesmo de vinte anos atrás.

Para Larangeira (1999), o desemprego não é uma razão necessária nem suficiente para explicar aumento de criminalidade. O fenômeno do desemprego tão alarmante no primeiro mundo reproduz-se no Brasil, de forma ainda mais dramática, pela ausência de efetivo amparo social. A análise do desemprego no Brasil apresenta fatores adicionais aos referidos em relação ao primeiro mundo, uma vez que o país sofreu intensa urbanização nas duas últimas décadas, o que pressionou de forma significativa o mercado de trabalho industrial e de serviços.

O aumento da violência, especialmente do crime organizado nas grandes cidades, e o da impunidade agravam o quadro de segurança e exigem ação firme e decidida dos órgãos competentes. O avanço do crime organizado é grande, domina até mesmo as instituições públicas ou constrói espécies de “Estados paralelos”. (Carbonari, 2003 p.35). Assim, a impunidade agrava a insegurança e a descrença nas instituições. Outro aspecto que denota claramente o problema da violência é o que aparece nas denúncias de execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais.

Posto isto, Lemgruber, Musumeci e Cano (2003) ressaltam um aspecto presente, em variados graus, nos mais diversos tipos de instituições: a corrupção constitui marca registrada das nossas polícias. Isso se deve em parte aos salários aviltantes que os policiais recebem na maioria dos estados brasileiros, e que eles muitas vezes complementam prestando serviços (ilegais) de segurança privada, ou por meios de práticas irregulares durante o próprio trabalho, muitas vezes toleradas ou até incentivadas pela própria corporação como forma de “compensação” pelos baixos salários. Vale mencionar, segundo os autores, que a esse quadro soma-se o envolvimento direto de setores das polícias em atividades criminais: tráfico de drogas, venda de armas, roubo, seqüestro, etc.

É preciso realçar que o trabalho na segurança pública, de modo geral, caracteriza-se hoje, como uma das áreas mais suscetíveis e vulneráveis de produção de sofrimento aos trabalhadores que a exercem. Isso porque, se por um lado trabalhar na área exige a imprevisibilidade de uma rotina submersa em tensionamentos, perigos e riscos de vida daqueles que a realizam, por outro lado, a convivência com uma hierarquia autoritária e uma disciplina rígida extrapola o controle da organização do trabalho militar, atingindo o seio familiar e as relações afetivas, de forma que muitas vezes, por demandarem posturas rígidas, acabam sendo assim identificados pela sociedade.

Posto isto, de acordo com Mariano e Bicudo (2003), é praticamente impossível estabelecer um planejamento estratégico integrado da ação policial se as Secretarias de Segurança Pública não tiverem poder de comando da Polícia, que representa de 70 a 80% do efetivo em vários Estados.

Mariano e Bicudo (2003) observam ainda que os problemas sociais como desemprego, exclusão, desagregação familiar e falta de políticas públicas para erradicar a pobreza alimentam a violência, entretanto as causas sociais não podem ser usadas para escamotear deficiências estruturais das polícias. É prioridade articular o setor de Segurança com as áreas político-sociais dos governos municipais, estaduais e federal, implementando ações integradas de combate à violência, não somente ações específicas da polícia, mas principalmente, de políticas públicas que atendam às demandas por habitação, saúde, educação, cultura, lazer e justiça, compreendendo segurança como melhoria da qualidade de vida. Mariano (2004) ressalta que além de reformas estruturais das polícias estaduais, é imperativo ampliar a participação da União no setor de segurança pública e estabelecer uma política nacional de segurança pública inspirada nos valores democráticos, respeitando-se os direitos dos cidadãos, implementando-se os direitos humanos em suas práticas, formação e treinamento.

Da exposição relacionada às características do trabalho da polícia militar e sua configuração na sociedade capitalista, compreendemos que o quadro em que se coloca a situação da polícia militar no seu exercício profissional no Brasil hoje é dramático, visto que põe em xeque a eficácia dos organismos policiais e das políticas de segurança pública.

2.3.1 Histórico da Polícia Militar em Goiás

Tendo como base as origens e o desenvolvimento da formação da polícia militar em Goiás temos o propósito de compreender o real significado da profissão na sociedade do capital e sua participação no processo de reprodução das relações sociais e descobrir os nexos de articulação entre a saúde mental e o trabalho do policial.

Há 147 anos atrás, de acordo com Souza (1999), o presidente da Província de Goyaz, Dr. Januário da Gama Cerqueira, aprovou a Resolução nº13, que estabelecia a criação da Força Policial de Goyaz. Esta força tinha ação limitada à Capital da província (Vila Boa), Arraias e Palmas, e tinha como efetivo um tenente, dois Alferes, dois Sargentos, 1 Furriel e 41 praças.

Com a criação da força-tarefa policial vários homens da sociedade civil foram contratados para o policiamento local. Esses homens não tinham nenhuma instrução e com disciplina precária, eles não contaram com qualquer garantia no trabalho e só recebiam do governo uma pequena diária pelos serviços prestados. Utilizavam como arma apenas um pedaço roliço de madeira (uma espécie de cassetete), que significava o símbolo do poder e da justiça e podia ser indicado para efetuar prisão, fazer diligência ou defender alguém. A partir desse critério, passavam a ser escolhidos pelos delegados pelas demonstrações de coragem (Souza, 1999).

Em junho de 1863 foi adquirida pela Fazenda Provincial, segundo a autora, uma área de 724m² para sediar a Força Policial. Esta área foi comprada dos herdeiros do Coronel João Nunes da Silva e foi destinada à construção do primeiro Quartel da Força Policial de Goyaz, que abrigou o Comando da Corporação de 1863 a 1936, e atualmente é a sede do 6º BPM na Cidade de Goiás. Com o passar dos anos, a Força Policial começou a ter uma participação ampliada em todos os fatos que aconteciam na região Centro-Oeste. Em 1865, o Paraguai invadiu o Mato Grosso, provocando uma Guerra com esse Estado. Desse modo, a entrada dos recrutas goianos foi necessária. A participação desses homens foi importante, mesmo não enfrentando diretamente os invasores paraguaios, pois os eles só ficaram encarregados do fornecimento de alimentos às tropas estabelecidas às margens do rio Coxim, além de abastecer os diversos acampamentos distribuídos ao sul e ao norte do Mato Grosso.

Nessa perspectiva, com a Proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889, iniciou-se uma nova fase política no território nacional. Segundo Souza, esse acontecimento deu maior autonomia aos Estados e às Polícias, que tiveram de se estruturar de acordo com as necessidades impostas pelo novo regime e pela nova Constituição. Após o aumento da produção econômica de Goiás, já nas primeiras décadas do século XX, a Polícia Goiana, antes denominada Força Policial de Goyaz, foi totalmente reestruturada, passando a ser chamada em 1946 de Polícia Militar do Estado de Goiás. A Polícia Militar de Goiás completou 150 anos de existência e até chegar a esta última denominação, esta instituição centenária recebeu várias outras denominações anteriores: 1858 – Força Policial de Goyaz; 1879 – Companhia Policial de Goyaz; 1884 – Força Policial de Goyas; 1892 – Companhia Policial de Goyas; 1896 – Força Pública do Estado de Goyas; 1910 – Batalhão de Polícia de Goyas; 1930 – Força Pública Militar de Goyas; 1935 – Polícia Militar de Goyas; 1940 – Força Policial de Goyas; 1946 – Polícia Militar do Estado de Goiás; 1988 – Polícia Militar de Goiás.

2.3.2 A Organização do Trabalho da Polícia Militar em Goiás

As atividades policiais são realizadas no âmbito estadual por duas forças, a militar e a civil, que têm atribuições distintas, definidas nos parágrafos 4º, 5º e 6º do artigo 144 da Constituição de 1988. A Polícia Militar é o corpo policial fardado, responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, além de ser ainda hoje definida como “força auxiliar e reserva do exército”. O Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás, Lei nº 8.033, de 02 dezembro de 1975, define as atividades do PM realizadas no âmbito do Estado como uma instituição permanente e regular, destinadas à manutenção da ordem pública do Estado, sendo considerada força auxiliar reserva do Exército. A sua subordinação ao Secretário da Segurança pública é estritamente operacional. Os integrantes da Polícia Militar do Estado de Goiás, em razão da destinação constitucional da Corporação e em decorrência das leis vigentes, constituem uma categoria especial de servidores públicos estaduais. O serviço policial-militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e relacionados com a manutenção da ordem pública.

Com relação ao ingresso na polícia militar, o Estatuto diz que:

Art. 10 - é facultativo a todos os brasileiros, sem distinção de raça, sexo ou crença religiosa, mediante inclusão, matrícula ou nomeação.

Art. 11 – Para ingresso no quadro de oficiais da Polícia Militar – QOPM exige-se:

I – tenha sido aprovado em concurso público de provas ou de provas de títulos, ao qual somente poderão inscrever-se bacharéis em Direito;

II – seja considerado habilitado em exames de capacidade física e de avaliação psicológica, ambos de caráter eliminatório;

III – tenha comportamento irrepreensível e conduta ilibada, comprovados através de investigação social;

IV – goze de saúde física e mental comprovada por junta médica oficial;

V – tenha idade não superior a 32 (trinta e dois) anos;

VI – logre aprovação e classificação em curso de formação de oficiais, a ser ministrado pela Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública, conveniada ou contratada, com duração mínima de 2 (dois) anos;

VII – não tenha exercido atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

São definidas no artigo 12 do Estatuto que a hierarquia e a disciplina são as bases institucionais, ou seja, os valores fundamentais expressos nos Regulamentos da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico. A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade. A disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos. Os círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os policiais militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

A Polícia Militar estruturam internamente segundo o modelo do Exército brasileiro, como a tabela abaixo:

Círculo de Oficiais	Círculos de Oficiais Superiores	Coronel PM Tenente – Coronel PM Major PM
	Círculos de Oficiais Intermediários	Capitão PM
	Círculo de Oficiais Subalternos	Primeiro Tenente PM Segundo Tenente PM
Círculo de Praças	Círculo de Subtenentes e Sargentos	Subtenente PM Primeiro Sargento PM Segundo Sargento PM Terceiro Sargento PM
	Círculo de Cabos e Soldados	Cabo PM Soldado PM
Praças Especiais	Frequentam o Círculo de Subalternos	Aspirante-a-Oficial PM
	Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao Círculo de Oficiais	Aluno-Oficial PM
Praças	Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao Círculo de Subtenentes e Sargentos	Aluno do Curso de Formação de Sargentos PM
	Frequentam o Círculo de Cabos e Soldados	Aluno do Curso de Formação de Cabos PM e Soldados PM

Lemgruber, Musumeci e Cano (2003) afirmam que um conjunto de símbolos e ritos serve como controle interno da Polícia Militar. O modelo militar sem dúvida fornece uma vertebração a essa força policial que falta, por exemplo, na polícia civil. As orientações dos comandos corporativos faz com que possa variar bastante, para o bem e para o mal, o comportamento das PMs entre diferentes Estados, entre sucessivos governos de um mesmo Estado ou até entre diferentes batalhões numa mesma cidade. O que pode ser mais ou menos tolerante à ilegalidade policial tem boa chance de produzir reflexos, ainda que conjunturais, no comportamento dos agentes de ponta, aumentando ou reduzindo os seus níveis de violência e de corrupção.

Os cargos e funções dos Policiais Militares estão descritos nos artigos 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 do Estatuto (1975). O cargo policial-militar é o que se encontra especificado nos quadros da organização. É aquele que só pode ser exercido por policial-militar em serviço ativo. As obrigações inerentes ao cargo policial militar devem ser compatíveis com o correspondente grau hierárquico e definidas em legislação ou regulamentação específicas

Para os que ingressam na carreira como soldado, é possível chegar ao oficialato sem fazer concurso específico, mas não aos postos mais elevados da hierarquia. Ou seja, a carreira policial militar torna improvável que funções superiores de comando e planejamento (geralmente o cargo dos tenentes-coronéis e coronéis) venham a ser exercidas por pessoas que algum dia já estiveram na

linha de frente, diretamente envolvidas no desempenho das atividades-fim, desvalorizando-se, portanto, essas atividades para efeito de ascensão funcional. Junto com a grande quantidade de degraus hierárquicos e a rigidez do regulamento disciplinar, isso determina um excessivo distanciamento entre o topo e a base, entre a cultura profissional do oficialato e aquela que se forja a partir do trabalho efetivo de policiamento, com diversas consequências negativas para o controle interno supostamente garantido pela estrutura hierárquica das PMs (Lamgruber, Musumeci, Cano, 2003).

As tarefas policiais devem ser desenvolvidas sempre sob o comando hierárquico. Cabe ao superior a inteira responsabilidade pelas ordens e pelas consequências que delas advierem. Cabe a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos, a dedicação integral ao serviço. Quando o executante exorbitar no cumprimento de ordem recebida é responsabilizado pelos excessos e abusos que cometer (RDPM-GO, 1996, p.5).

Nesse contexto, Lemgruber, Musumeci e Cano (2003) salientam que os regulamentos disciplinares quase sempre punem com extremo rigor mínimas faltas relacionadas ao comportamento dentro da corporação, superenfazando a obediência à hierarquia e a conformidade aos rituais, mas são extremamente frouxos no que refere ao controle da atividade propriamente policial.

Visando garantir o cumprimento de tais normas, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Goiás-RDPM-GO (1996) apresenta uma série de transgressões disciplinares² que significam toda violação do dever e das obrigações e objetivam punir comportamentos de não cumprimento das tarefas previstas ou de execução de serviços fora da atividade policial. Assim, são passíveis de punições todas as ações ou omissões, contrárias à disciplina militar, especificadas e não especificadas no regulamento, mas que afetem a honra pessoal, o decoro da classe ou o sentimento do dever e outras prescrições, normas ou disposições, desde que não constituam crime, bem como as ações e omissões praticadas contra regras e ordens de serviços estabelecidas por autoridade competente.

Para a garantia da pronta obediência, são consideradas, conforme intensidade das transgressões: A transgressão disciplinar será “leve” quando ferir os princípios da camaradagem, urbanidade e obrigações elementares do policial; A

² As transposições disciplinares constantes no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar totalizam um número de sessenta e quatro (64). Extraí apenas artigos que consideramos importantes para a pesquisa.

transgressão será “média” quando ferir os princípios da hierarquia e disciplina; A transgressão será “grave” quando ferir a honra pessoal ou o decoro da classe.

No que se refere às relações de trabalho, tanto no Estatuto do Policial Militar (1975). No o Regulamento Disciplinar da polícia Militar (1996) existem disposições como, por exemplo, “no âmbito da camaradagem, da disciplina, da convivência, da urbanidade”. Encontramos aí como princípios e determinações, a existência de boas relações entre os policiais. É proibido qualquer ato que coloque em risco a não preservação desses elementos.

Conforme Amador (2002), no âmbito da prescrição para a camaradagem, ainda são limitadas as possibilidades de manifestação coletiva de caráter reivindicatório, de crítica ou de respeito ao superior, podendo as demonstrações, neste último caso, serem realizadas apenas com o consentimento do homenageado.

A urbanidade expressa sob a forma de justiça e de civilidade caracteriza-se pelo tratamento de respeito e deferência do subordinado ao seu superior e vice-versa. Para atingir esse objetivo, constam, no Regulamento Da Polícia Militar de Goiás (1996), algumas proibições como: chegar atrasado a qualquer ato de serviço em que deva tomar parte ou assistir; comparecer a qualquer solenidade com uniforme ou traje diferenciado do marcado; deixar de corresponder deliberadamente ao cumprimento do subordinado; usar indevidamente distintivo ou condecoração; fumar em local proibido ou em ocasiões em que não seja recomendável ou ainda na presença de tropa e de superior hierárquico, salvo com permissão regulamentar; ter pouco cuidado com o asseio próprio ou coletivo.

No âmbito da disciplina, os policiais devem acatar integralmente as leis e regulamentos da Polícia Militar. As ordens devem ser prontamente obedecidas. Essas premissas constam no RDPM-GO, bem como no Estatuto da Polícia Militar do Estado de Goiás, Lei 8.033.

Desse modo, a categoria comportamento do Policial Militar foi definida para agregar-se uma série de prescrições laborais objetivas em relação às suas atitudes que irão se constituir no principal instrumento da síntese do ser individual, do ser genérico, ou seja, a construção da identidade do policial na sua individualidade e na coletividade. É através da expressão de sentimentos e pensamentos, no âmbito da subjetividade, que o policial se diferenciará do outro.

Encontram-se nos documentos, como manifestação de valor e dever, que o policial deve servir à comunidade estadual traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida. Da mesma forma espera-se que tenha fé na missão da Polícia Militar, civismo, espírito de corpo e orgulho pela organização Militar, espera-se que ame e entusiasme-se com a profissão. No que se refere à dedicação integral, nesse artigo sujeita o policial militar à jornada mínima de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho. (Estatuto do Policial Militar, de GO, 1975)

Como garantia de respeito às prescrições do trabalho do policial, o RDPM-GO (1996, p.18) conta com o recurso das punições e das recompensas. A punição objetiva o fortalecimento da disciplina. No artigo 20, destacam-se as primeiras: são do tipo advertência, repressão, detenção, prisão, transferência, licenciamento e exclusão. As recompensas constantes no artigo 62 podem ser do tipo elogio, dispensa do serviço ou dispensa da revista de recolher e do pernoite. Evidencia-se que o elogio se remete aos aspectos de “caráter e desprendimento, à inteligência, às condutas civis e militares à capacidade como comandante e como administrador e à capacidade física”.

Nessa perspectiva, entende-se a partir das prescrições do trabalho existentes no Estatuto do Policial Militar do Estado de Goiás e no RDPM-GO, que o Policial Militar é um dos profissionais que difere dos demais trabalhadores em razão da própria constituição vigente no País. Este profissional é considerado um servidor público especial dentro do aparelho do Estado.

2.3.3 Sofrimento Mental e o Trabalho do Policial Militar

Retrocedendo na discussão da categoria do trabalho, o que cabe investigar aqui é a dinâmica objetiva / subjetiva da organização do trabalho policial, com destaque nas reflexões das pressões e os desafios nelas presentes, capazes de gerar prazer e sofrimento. Para Codo, Sampaio e Hitomi (1994), embora o nível de alienação de um trabalhador seja indiferenciável, o grau de controle que cada um destes trabalhadores tem sobre o seu trabalho o sentido da perda e/ou recuperação do conteúdo subjetivo impregnado no produto fará evidentemente que se apresente

de formas diferentes, devendo, portanto, resultar em consequências psicológicas distintas.

Para entender quais as determinações históricas da relação homem / trabalho na modernidade, tem-se que penetrar na máquina que tece sua trama nevrálgica, a produção que cria seu produtor e consumidor, com base no momento em que foi construída. Portanto, conforme Codo, Sampaio e Hitomi (1994), qualquer que seja o modo de produção ou a tarefa, existe sempre uma transferência de subjetividade ao produto: trabalhar é impor à natureza a nossa face, o mundo fica mais parecido conosco, nossa subjetividade depositada ali, fora de nós, nos representando. Quando trabalhamos em condições gratificantes, gostamos do produto realizado, alguns até se apaixonam por ele, mas, quando trabalhamos subjugados, imprimimos raiva ao produto.

Um aspecto relevante de pressão diz respeito ao detalhamento rigoroso de prescrições laborais, conjugadas com o sistema de punições e recompensas, regente na Organização Policial. Configura uma organização de trabalho com pouco espaço de oportunidades para os policiais realizarem ajustamentos subjetivos no trabalho, em direção a um movimento criativo necessário à saúde mental. Trabalhar nesse contexto cujo não-cumprimento das prescrições operatórias e de conduta pode colocar o policial ante à punição, ou ao contrário, o cumprimento total das prescrições pode levá-lo à recompensa, parece visar à execução do trabalho no estrito limite das prescrições laborais, realidade que é de difícil administração subjetiva para os policiais. Isso porque eles necessitam de brechas na organização prescrita do trabalho para inscreverem sua subjetividade criativamente, dirigindo-se, assim para a saúde mental, entendendo subversão como a possibilidade de o sujeito transformar o mundo do trabalho mediante a expressão de sua potencialidade subjetiva (Amador, 2002).

A análise que empreendemos nos leva a apoiar-nos em Dejours (2001), onde afirma que executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforço e de vontade, em outras circunstâncias são suportadas pelo jogo da motivação e do desejo. A vivência depressiva alimenta-se da sensação de adormecimento intelectual, de esclerose mental, de paralisia da imaginação e marca o triunfo do condicionamento ao comportamento produtivo.

Na esfera do conteúdo da tarefa policial, Amador (2002) salienta que pode ser ressaltada uma série de elementos de pressão do trabalho: nos contextos

diários de perigo e risco, implicando contato rotineiro do policial com a população mediante vigilância, repressão e contenção das pessoas em seus direitos e liberdades, visando à manutenção da ordem e à inibição de atuações fora da lei. Diante dessa realidade, a atividade policial exige permanente estado de alerta, atenção difusa e desconfiança para que, desse modo, os policiais possam antever o ilícito e atuar preventivamente. Para a autora, esses estados podem deixá-los em permanente zona de tensão, visto que os policiais necessitam estar constantemente em possibilidade de confronto, em situação de violência, na qual eles podem ser vítimas e/ou vitimários, já que nesse caso, considera-se que em muitas situações, venham a se utilizarem da violência legal no trabalho.

Algumas categorias profissionais são expostas a riscos relacionados à integridade física e mental. É o caso, por exemplo, do policial. Podemos descrever diversas características desses riscos. Para Dejours (2001), o risco é exterior, inerente ao trabalho, independente da vontade do trabalhador. Por outro lado, frequentemente, o risco é coletivo, em que vários trabalhadores colocam-se na mesma tarefa. Mesmo se o risco é combatido por medidas e regras de segurança, ele quase sempre conta com uma prevenção incompleta pela organização do trabalho, seja pela limitação dos investimentos necessários, seja porque o risco ou suas manifestações são mal conhecidas.

Dejours (2001) observa que quase sempre se propõem aos trabalhadores apenas medidas preventivas (dispositivos de proteção), que podem ter um caráter material ou um caráter psicológico (regras de segurança). Às vezes o próprio risco continua, sem que nenhuma prevenção seja colocada à disposição dos policiais. Para o autor, o que caracteriza o risco residual, que não é completamente eliminado pela organização do trabalho, é que deve ser assumido individualmente. O problema do medo no trabalho surge desta oposição entre a natureza coletiva e material do risco residual e a natureza individual e psicológica da prevenção a cada instante de trabalho. Ao lado do risco real, precisamos mencionar ainda o risco suposto. O risco confirmado pelos acidentes, cujo caráter imprevisível é ressaltado por pesquisa a respeito, é fonte de ansiedade inteiramente a cargo do trabalhador. Assim, contra esse medo, os trabalhadores elaboram defesas específicas.

É nessa perspectiva que se entende que Dejours apresentou um estudo inovador para a compreensão da saúde física e das condições de trabalho, claramente apontadas pelos trabalhadores, como fonte de perigo para o corpo,

como: os vapores, as pressões, as temperaturas, os gases tóxicos, o ruído, em suma, as condições físicas e químicas do trabalho. Nesse discurso sobre saúde física é comum colocar-se ênfase no que está expresso, ou seja, de que as condições de trabalho são prejudiciais para o corpo. Mesmo sendo incontestável essa realidade, negligenciamos a própria palavra, que é carregada de ansiedade. Assim, se a relação corpo – condições de trabalho muitas vezes não é estudada corretamente, nunca se faz menção das repercussões do perigo real a nível mental, da carga (de trabalho) psíquica inerente ao trabalho perigoso que igualmente ao trabalho físico faz parte do desgaste do organismo. O medo relativo ao risco pode ficar sensivelmente ampliado pelo descobrimento dos limites deste risco ou pela ignorância dos métodos de prevenção eficazes.

Nessa direção, Heloani e Capitão (2003) esclarecem que os conteúdos ergonômicos, provenientes das ações mecânicas, da tarefa, são o corpo e não o aparelho mental. Este último será afetado pela insatisfação propiciada pelo conteúdo significativo da tarefa a ser executada, transformando em sofrimento bem particular, cujo alvo, antes de tudo, é a subjetividade, ou seja, a mente.

Portanto, deve-se levar em consideração a representação da subjetividade e da singularidade, pois fazem parte da vivência do ser humano como indivíduo biopsicossocial. Conforme já nos referimos em discussões anteriores, o trabalho ocupa um espaço central na vida das pessoas. Com a cisão entre o afeto e o trabalho, no capitalismo, o mundo enfrenta pela primeira vez a ruptura entre a produção da existência e a reprodução da vida. O mundo do trabalho e o mundo do afeto passam a se desenvolver em dois universos distintos: locais de trabalho e o lar. Ao subsumir o trabalho ao capital, o capitalismo subsume o afeto ao trabalho, pela eliminação do primeiro. O trabalho e o trabalhador significam a mesma coisa, quantidade de trabalho injetada na mercadoria. Portanto, há que se discernir que o trabalho permanece como portador da identidade, no sentido de articulação da percepção de si perante o mundo. A desafetivação impetrada pela lógica da acumulação não se dá sem luta; pelo contrário, instala-se no território do trabalho um enfrentamento de guerrilha, a busca de reafetivação, também cotidiana (Codo, Sampaio, Hitomi, 1994).

No âmbito da divisão das tarefas no trabalho do policial, observamos através da análise documental dois aspectos de pressão na esfera da divisão sócio- técnica do trabalho. No quadro dos círculos hierárquicos e da escala hierárquica da polícia

militar, existem círculos de convivência diferentes: os oficiais e os praças, a separação entre o pensamento e a execução das tarefas. Assim, Amador (2002) acentua que a organização do trabalho é expresso, entre outros aspectos, na prescrição para pronta obediência às ordens, implicando uma ruptura entre corpo e pensamento dos policiais, de modo que o pensamento não venha a perturbar a execução da tarefa e a disposição hierárquica de poder presentes no universo de prescrições. Portanto, a cisão entre pensamento e execução parece assegurar a distinção social entre os homens no trabalho policial, já que se trata de uma atividade organizada com base na hierarquia. A possibilidade de pensar e conceber parece diminuir quanto mais baixa for a posição do policial nessa escala.

As reflexões sugeridas pela autora indicam que a prescrição para a pronta obediência, em determinadas situações do trabalho policial, parece necessária, como em confrontos de alto risco. A cisão entre pensamento e execução, como foi apresentada, refere-se à manutenção desse modo de divisão das tarefas dos policiais nas atividades rotineiras, podendo impedir, assim, a criação dos sujeitos em um ambiente de maior liberdade à expressão de sua subjetividade.

Nessa perspectiva, Codo, Sampaio e Hitomi (1994) observam ainda que, quanto mais o trabalho se afasta do seu espaço genérico, do metabolismo entre homem e natureza, quanto menos o trabalhador tem acesso psicológico ao produto do seu trabalho, mais se desenvolvem vias deslocadas, canais imediatos para a expressão afetiva da tensão cotidiana, a tensão permanece, afetando as relações interpessoais. A afetividade usurpada do trabalho regurgita com a mesma força nas relações sociais de produção.

A partir desse parâmetro, teremos compreendido que o trabalho não é, efetivamente, limitado ao tempo físico efetivamente passado no local de trabalho. O trabalho ultrapassa qualquer limite dispensado ao tempo de trabalho. Ele mobiliza a personalidade do trabalhador por completo.

O que pode ser possível constatar sobre as relações de trabalho na polícia militar é que a camaradagem, a civilidade e a disciplina parecem implicar em impedimento à expressão do conflito entre os policiais, sobretudo por parte dos subordinados em relação aos seus superiores. Assim, Amador (2002) alerta que esses conflitos, os quais podem ser gerados no convívio diário de trabalho, já que são intrínsecos às relações humanas, ao não serem expressados, parecem construir mais um elemento de pressão da organização prescrita do trabalho

policial. Nessa perspectiva destaca-se que o impedimento à manifestação coletiva de crítica e de expressão, contrária à disciplina, ou o impedimento às manifestações coletivas parece contribuir para a intimidação da plena expressão da subjetividade ao obstruir tanto as manifestações de crítica quanto as de apreço por colegas.

Ainda na visão da autora, das prescrições que atingem diretamente a subjetividade dos policiais, agrupadas na categoria Comportamento Policial Militar, que se caracterizam como pressão do trabalho, referem-se às transgressões disciplinares de faltar à verdade, simular doença, trabalhar mal, entre outras, uma vez que essas condutas podem vir a ser utilizadas em decorrência da penosidade do trabalho. Assim, sua proibição pela organização prescrita do trabalho parece representar a proibição da expressão do sofrimento dos policiais, resultante do exercício de sua atividade laboral.

Para Dejours (2001), entende-se por relação de trabalho todos os laços humanos criados pela organização deste trabalho, não só a divisão do trabalho, ou seja, das tarefas, entre os trabalhadores, mas também a divisão dos homens para garantir esta divisão de tarefas como: relações de hierarquia com chefes, com a supervisão, com os outros trabalhadores. Fatores como esses, de acordo com Dejours, geram ansiedade e podem ser agrupados da seguinte forma:

1- Ansiedade relativa à degradação do funcionamento mental e do equilíbrio psicoafetivo, em decorrência da desestruturação das relações psicoafetivas com os colegas de trabalho ou relações forçadas nas relações de violência e de agressividade com a hierarquia. A desorganização dos investimentos afetivos provocada pela organização do trabalho pode colocar em perigo o equilíbrio dos trabalhadores. A necessidade de descarregar a agressividade provoca a contaminação das relações fora do trabalho, e em particular, das relações familiares. Às vezes, o recurso às bebidas alcoólicas é uma maneira de atenuar a tensão interna. Outro tipo de ansiedade diz respeito à desorganização do funcionamento mental. As exigências das tarefas terminam numa autorepressão do funcionamento mental individual e um esforço para manter os comportamentos condicionais. Resulta daí na paralisia da criatividade, na regressão intelectual, e despersonalização.

2- Ansiedade relativa à degradação do organismo, que paira sobre a saúde física. As más condições de trabalho colocam o corpo em perigo, como: risco de

acidentes, doenças profissionais, aumento do índice de mortalidade, diminuição do período de vida, doenças psicossomáticas. É importante ressaltar que nas condições de trabalho é o corpo que recebe o impacto, enquanto que na organização do trabalho o alvo é o funcionamento mental.

3- Ansiedade gerada pela disciplina da fome. Apesar do sofrimento mental, os trabalhadores continuam nos seus postos de trabalho expondo seu equilíbrio e seu funcionamento mental à ameaça contida no trabalho para enfrentar uma exigência ainda maior: a da sobrevivência.

Os níveis de atenção e concentração exigidos para a realização das tarefas, combinadas com o nível de pressão exercida pela organização do trabalho do policial, podem gerar tensão e outros sinais de ansiedade, culminando em quadros caracterizados como esgotamento da capacidade do trabalho. A partir da relação de produção social e das estruturas construídas no mundo globalizado, o policial militar tem vivenciando suas próprias experiências de processo de trabalho que lhe são peculiares, como: baixo salário, trabalho sob pressão, num cenário urbano de muita violência, já que está na linha de frente do combate ao crime, especialmente os soldados, cabos e sargentos, os mais submissos na linha hierárquica da Instituição. Nessa perspectiva, surge o estado de sofrimento que muitas vezes afeta a saúde e o bem estar-físico e mental do trabalhador.

Retomando a análise de Codo, Sampaio e Hitomi (1994), as relações de produção se arquetizam de maneira a operar uma ruptura entre o afeto e o trabalho. Assim o trabalho ficaria desafetivado, portanto, insuportável. A isto o trabalhador reage com a tática da reafetivação no ambiente laborativo, inventando laços, resistindo à impessoalidade do trabalho.

Heloani e Capitão (2003), apoiando-se nas reflexões de Dejours, distinguem dois tipos de sofrimento: o sofrimento criador e o sofrimento patogênico. Este último surge quando todas as possibilidades de transformação, aperfeiçoamento e gestão da forma de organizar o trabalho já foram tentadas, ou melhor, configurando essa sensação generalizada de incapacidade, no entanto os autores ressaltam que quando as ações no trabalho são criativas, possibilitam a modificação do sofrimento, contribuindo para uma estruturação positiva da identidade, aumentando a resistência da pessoa às várias formas de desequilíbrios psíquicos e corporais. Dessa forma, o trabalho pode ser mediador entre a saúde e a doença e o sofrimento criador ou patogênico. Assim, prazer e sofrimento originam-se de uma

dinâmica interna das situações e da organização do trabalho e são decorrências das atitudes e dos comportamentos franqueados pelo desenho organizacional, cuja tela de fundo constitui-se de relações subjetivas e de poder.

Diante do exposto, é importante ressaltar a necessidade de dar visibilidade aos aspectos referentes ao sofrimento relacionado ao trabalho do policial militar, que se configura como uma das profissões de alto risco, não só pela sua natureza, mas também pelas formas de exercê-la. Reiteramos a afirmar que o trabalho da segurança pública atualmente é uma das áreas mais suscetíveis e vulneráveis de produção de sofrimento dos trabalhadores que o executam. No desenvolvimento do conteúdo das tarefas, o sofrimento começa quando a evolução dessa relação com o seu trabalho é bloqueada com a imposição dos rigorosos limites à expressão e à criatividade no trabalho. Trabalhar a dimensão socioeconômica, política e cultural imbuída nas premissas de uma ética, Direitos Humanos e um controle social de toda a sociedade, poderá ser um dos aspectos que transformarão as condições e organização do trabalho do policial enraizado numa cultura construída há anos.

CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL E SEU IMPACTO NO ÂMBITO DA GESTÃO PÚBLICA

3.1 MEDICINA, SAÚDE E TRABALHO

Para Nunes (1989), a análise das origens da medicina social já havia sido objeto de estudos anteriores, como os de Rosen e Foucault, porém a síntese desse tema foi elaborada por Garcia. O autor observa que a medicina comunitária é caracterizada nos documentos oficiais analisados da década de 1970, como a participação da comunidade nas ações de medicina integrada, constituindo uma nova estratégia do Estado no campo da saúde. Não aparece nesse contexto, como um novo movimento teórico-ideológico no campo da saúde como no passado foi a medicina preventiva e social. Nesse âmbito Nunes ressalta que na visão de Garcia, surge a emergência do conceito de doença da preguiça na América Latina no primeiro terço do século XX. Analisa o aparecimento das entidades patológicas: a doença da preguiça e a fadiga patológica, tanto na América Latina como na Europa, e as condições que engendram sua inclusão na terminologia médica. É marcante nesse trabalho a reconstrução histórica dos conceitos e das relações medicina - estrutura econômica, de como esta última fornece as categorias necessárias para se obter um aumento na produtividade, designando preguiça como uma redução na capacidade de trabalho, identificando algumas doenças como debilitantes.

Dentro de um enfoque histórico estrutural esse autor analisa as determinações econômicas que conduziram à estruturação da pesquisa e criação de instituições de pesquisa nos países latino-americanos e afirma que as mudanças nas instituições de saúde refletem as mudanças na estrutura social e o mesmo parece ocorrer com a pesquisa científica em saúde. As instituições de pesquisa foram criadas na América Latina durante o período de 1880-1930 e o seu desenvolvimento é diferente em cada país.

Nunes (1989) observa que a análise de Garcia considera ser possível relacionar os conceitos de trabalho-saúde somente na medida em que a categoria trabalho é tratada no interior do modo de produção capitalista, do qual se expressam as entidades patológicas relacionadas com o trabalho. Partindo da categoria trabalho como é visto pelo marxismo, analisa o duplo caráter do trabalho

(concreto e abstrato) e suas relações com o processo saúde-doença. Traça o histórico das concepções sobre a relação entre desemprego e saúde e do conceito de fadiga. Dedicar uma parte do trabalho para analisar o impacto da economia do capital constante sobre a saúde dos trabalhadores e da população em geral e também faz uma crítica a respeito das variáveis que comumente são usadas para estabelecer-se a relação entre o trabalho e saúde.

Garcia (1989) expõe conceitos em que as idéias ou crenças sobre a doença podem ser categorizadas em dois amplos setores: conhecimentos científicos e conhecimentos não científicos. O doente é quem dá a primeira definição do seu estado, mediante a interpretação de seus sintomas, orientado por sua própria noção de doença. Se sua concepção coincide com uma explicação científica e ele julga seu estado insatisfatório, buscará a ajuda de quem está oficialmente autorizado pela sociedade para determinar seu estado de maneira definitiva. Em nossa sociedade, essa pessoa é o médico e em consequência a relação médico-paciente concretiza-se. Alguns segmentos da sociedade têm uma noção diferente das causas da doença, dependendo dela há um autodiagnóstico e a terapia que julgam adequados. Dessa noção dependerá quem será julgado capaz para aplicar tal terapia, iniciando-se a busca do indivíduo não-médico, que seja visto como preparado, treinado ou com poderes especiais.

Registra-se também outra alternativa, caracterizada pela coexistência, no mesmo indivíduo, de noções científicas e não científicas, que ele usa paralelamente para distintos tipos de doença, de tal modo que alguns caem no âmbito da terapia médica e outros no âmbito da terapia não médica. Os conceitos de saúde-doença encontram-se em íntima relação com outros valores. Na análise de Garcia, os pressupostos são controversos, tendo-se em conta que os sistemas de crenças estão ligados a fatores psicológicos e sociológicos. A transmissão de informação, sob qualquer forma que seja, não é o determinante. Mesmo que se obtenha a assimilação da informação, esta pode isolar-se no indivíduo, mantendo-se sem confrontação com a realidade e sem cumprir a função cognitiva esperada. Assim, para analisar a relação entre os fatores sócio-culturais e a doença, esta será melhor compreendida se utilizarmos um conceito desenvolvido por sociólogos e psicólogos: a autoimagem ou identidade.

O conceito que o indivíduo tem de si mesmo, ou identidade, reflete as apreciações que os outros fazem dele. Essa imagem inclui não somente o seu

corpo, mas a de todos os conceitos quando o indivíduo elabora ao relacionar-se com o ambiente. A autoimagem define sua exigência de mudança, embora ele não deixe de ser o mesmo. A dissolução da identidade produz ansiedade, um componente das doenças mentais e de grande número de orgânicas.

Codo, Sampaio e Hitomi (1994), afirmam que epidemiologia é a ciência que estuda a distribuição e modos de expressão do processo saúde / doença, serializando e hierarquizando valores que permitem diferentes possibilidades de saúde e sobrevivência. Portanto, é preciso saber o que entenderemos como processo saúde / doença mental, normal x não normal, sintoma / doença / personalidade. O que entendemos como população. Qual a natureza do fenômeno que se pretende estudar. Nessa perspectiva para os autores, não podemos falar de doença mental sem falar de saúde mental, sem falar da sociedade que as constitui e constitui o saber que as define, sem falar do Estado que implementa as políticas de assistência e prevenção.

Na análise de Dejours (2001), é preciso ressaltar que as descompensações psicóticas e neuróticas dependem, em última instância, da estrutura das personalidades, adquiridas muito antes do engajamento na produção. A estrutura da personalidade pode explicar a forma sob a qual aparece a descompensação e seu conteúdo.

Um aspecto relevante que Garcia (1989) aponta é a questão da ordem institucional do processo de produção de serviços médicos. Todo processo no qual há uma divisão mínima de trabalho requer certas normas e aparelhos institucionais, a fim de organizar-se e administrar-se a atividade global. O aparelho institucional e as normas surgidas de uma necessidade técnica podem ser utilizados para cumprir uma função de dominação, quando existe, além de tudo, uma divisão da sociedade em grupos opostos. As concepções sobre a prática médica também pertencem a esse nível, sendo hegemônicas aquelas sustentadas pelos grupos dominantes.

Nessa linha de pensamento, Goffman (2008) vai denominar que muitas instituições totais se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas. Esta contradição, entre o que a instituição realmente faz e o que ela se propõe oficialmente, constitui o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente.

Garcia (1989) observa que a divisão técnica do trabalho, baseada nos critérios de trabalho manual e intelectual, leva a uma divisão social na qual os que possuem o conhecimento teórico exercem domínio sobre as outras categorias profissionais. Esse domínio também é exercido pelo paciente, que é definido como incapaz de solucionar seu problema por falta de conhecimento específico. Nesse quadro o modo burocrático de atenção médica faz com que os agentes de saúde percam o controle do processo global. O indivíduo sadio ou doente é visto de forma fragmentada, e surge a necessidade de uma organização total.

Desse modo, como bem analisa o autor, a forma de prestar serviços, o instrumental de diagnóstico torna-se complexo e custoso, o que dificulta que o trabalhador de saúde, sozinho, possa ser proprietário de seus instrumentos de trabalho. Deste fato surgem várias formas de propriedade: criação de “clínicas privadas” por grupos médicos, clínicas do Estado e das empresas privadas. Ainda que os agentes percam a propriedade de seus meios de trabalho, algumas categorias, os médicos, seguem mantendo o direito de dispor e usar destes meios, porém à medida que o processo se desenvolve, a profissão médica vai perdendo esse direito, dando lugar à formação de grupos de trabalhadores indiretos, aos quais os proprietários dos meios de trabalho delegam essa função.

Garcia aprofunda seu argumento observando que um dos meios de atenção médica que merece destaque é o medicamento. O boticário, que no modo de produção artesanal controlava o processo de sua fabricação e era o proprietário dos meios para produzi-lo, perdeu estas características à medida que esse processo se industrializou. A profissão farmacêutica foi a que sofreu maiores mudanças no setor de saúde. O medicamento adquiriu um alto grau de estruturação, o qual necessita de simples indicações para seu uso, convertendo assim, em objeto de fácil consumo. Essa medicina, sintetiza o autor, dominada por uma tecnologia cada vez mais complexa, e de um custo crescente, e culminando no monopólio da indústria farmacêutica.

Do exposto, conclui-se que as relações da medicina e a estrutura social são inegáveis e têm sido obscurecidas pelo tipo de análise prevalente neste campo. A prática médica, a formação de pessoal de saúde e a produção de conhecimento médico estão ligadas à transformação histórica do processo de produção econômica. A autonomia relativa do campo médico possibilita o emprego do

método estrutural para a sua análise, o que abre um terreno amplo para a reflexão e o estudo.

3.1.1. A inserção do trabalho na medicina

No discurso médico oficial anterior ao século XVIII, não se estabelecia uma relação clara entre saúde e trabalho e somente na modernidade a medicina veio relacionar estes dois conceitos. A medicina contemporânea considera as consequências do trabalho sobre a saúde como um fenômeno biológico individual que ocorre no âmbito do consumo. São inúmeros os estudos que relacionam o nível de renda com determinadas doenças e discute-se o problema como se o processo saúde-doença, em sua relação com o trabalho, só se efetivasse no cenário do mercado, não se levando em conta os efeitos do próprio trabalho sobre a saúde, mas somente o pagamento da força de trabalho. Ocultam-se, portanto as consequências específicas do modo de produção capitalista sobre o processo saúde-doença (Garcia, 1989).

Na medicina ocupacional, afirma o autor, ocorre algo semelhante, uma vez que se considera a categoria trabalho somente quanto às condições materiais do trabalho. Esta relação entre as condições de trabalho e a doença apresenta-se, na superfície da sociedade, como consequência da competição entre capitais. O melhoramento das condições de trabalho, que pode vir a ser em decorrência da luta do movimento dos trabalhadores organizados, embora diminua a patologia relacionada com estas condições, não faz desaparecer as que resultam do próprio processo de trabalho no capitalismo.

A força humana de trabalho em ação cria valor, dispêndio de força de trabalho humano no sentido fisiológico, ao desaparecer o caráter útil dos produtos de trabalho neles corporificado desvanecem-se as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se a um trabalho humano abstrato. (Marx, 2008, p.60).

Para Garcia, a medicina contemporânea, nas raras ocasiões em que tenta examinar a essência da relação trabalho-saúde, não leva em consideração este caráter duplo do trabalho e considera-o somente em seu aspecto abstrato ou quantitativo. Isto se explica como um reflexo do que acontece na sociedade

capitalista avançada, onde, se referindo a Marx ressalta que os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho para outro no qual o gênero de trabalho é para eles fortuito e portanto, indiferente. Assim, os efeitos do trabalho sobre o indivíduo são vistos pela medicina principalmente como esgotamento ou desgaste de energia que se produz quando o trabalho se prolonga e intensifica, ou como fadiga patológica. Ignora-se, desta forma, o aspecto concreto ou qualitativo do trabalho e seu papel transformador do homem. Esta postura, para o autor, requer uma análise do impacto do caráter duplo do trabalho.

Conforme já nos referimos em capítulos anteriores, o trabalho, na concepção marxiana, é um processo entre o homem e a natureza, em que o homem, por sua própria ação, mede, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ao colocar em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza.

Essa afirmação reitera nosso argumento sobre o trabalho concreto. Assim considerado, o trabalho útil, criador de valores de uso, constitui estímulo que desenvolve as capacidades físicas e mentais do ser humano, isto é, em um produtor de saúde (Garcia, 1989). A saúde é, por conseguinte, definida como o máximo desenvolvimento das potencialidades do homem, de acordo com o grau de avanço obtido pela sociedade em um período histórico determinado. No capitalismo, o trabalhador não pode dispender todas as suas potencialidades no grau que seria factível, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, e é assim que seu crescimento físico e mental é coagido em relação a possibilidade de desenvolver todas as suas habilidades. Consequentemente, quando não existem as condições objetivas e subjetivas para que o trabalho seja estímulo das potencialidades, este converte-se em um produtor de doenças, tal como sucede nas sociedades capitalistas.

Na análise do autor, referindo-se a Marx, o período manufatureiro levou mais longe a divisão social e foi o primeiro a fornecer o material e dar o impulso para a patologia industrial. A passagem da manufatura para a grande indústria conduziu também para uma mudança na patologia que passou a se caracterizar como doença industrial. A máquina-ferramenta, o coração do corpo produtivo e o corpo biológico dos operários um simples órgão acessório desta, que é realizado pela força humana, produzindo toda a patologia resultante do esforço muscular. Na

grande indústria, substituiu-se o motor muscular por outras formas de impulso e possibilitou-se a incorporação da mulher e da criança ao trabalho industrial. O trabalhador, ao contrário do que ocorria na manufatura, tinha que seguir o movimento da máquina. A falta de conteúdo do trabalho, origem do sentimento de aborrecimento e inutilidade experimentados pelo operário na grande indústria, foi assinalado por Marx no sentido de que mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas sim o conteúdo do seu trabalho, ressalta o autor.

Desse modo, Garcia (1989) observa que a divisão científica do trabalho fez com que se nivelem ou equiparem os trabalhos e estabelece como divisão essencial a do operário principal e uns poucos ajudantes, pondo fim à divisão dos ofícios. O trabalho fragmentado e a falta de significado deste originaram uma patologia generalizada, que passou a se manifestar através de variedades de sintomas psicossomáticos. Desapareceram do quadro epistemológico a preocupação com as deformações corporais, características da especialização manufatureira, e apareceram como dominantes as desordens mentais, com alterações funcionais de difícil definição.

A quantidade de energia gasta no trabalho, trabalho abstrato, afeta a saúde do trabalhador e para o seu estudo é necessário considerar a duração da jornada de trabalho quanto aos seus limites mínimos e máximos. Nesse âmbito, Garcia (1989) assinala que a jornada de trabalho tem um limite mínimo de duração, que é o que permite reproduzir a força de trabalho em condições de normalidade e que o capitalista toma como ponto de partida. A energia diminuída do operário, supondo que se paga o valor da força de trabalho, permitiria escassamente ultrapassar este limite mínimo e sua causa é interpretada no capitalismo como resultado da doença da preguiça ou das doenças debilitantes. A jornada de trabalho tem um limite máximo de duração, que é dado pelas limitações físicas do ser humano. A implantação da grande indústria leva a uma ampliação da jornada de trabalho, nunca experimentada anteriormente, e que ultrapassa não só os limites físicos, mas também morais. A este estudo cumpre destacar que a reação do movimento de trabalhadores em prol da redução da jornada de trabalho leva a um período de luta para uma fixação da duração "normal" desta.

Nesta perspectiva, Dejours (2001) mostra que se a psicopatologia³ do trabalho não foi estudada, porque as condições para seu crescimento ainda não estavam reunidas, ao contrário do que acontece agora. A evolução das condições de vida e de trabalho e portanto, de saúde dos trabalhadores não pode ser dissociada do desenvolvimento das lutas e das reivindicações dos trabalhadores em geral, pela segurança, pela higiene e pela prevenção de doenças. Essa luta ganhou maturidade em 1968.

É nesse período, de acordo com Garcia (1989), que surgiu no saber médico uma entidade patológica denominada fadiga patológica. A fadiga não somente como um produto da falta de certas substâncias que se consomem durante o exercício, mas também, pela presença de novas substâncias devido à decomposição dentro do organismo. Esse estudo sobre a fadiga entretanto, foi orientado pelo positivismo e buscou conhecer as consequências orgânica de um fenômeno biológico. Codo Sampaio e Hitomi (1994), observa que no século XIX, a fadiga foi compreendida como esgotamento muscular, perda ou ganho de substâncias, corrigível por repouso, mas em seguida fadiga foi aproximada de intensidade de trabalho, de ritmo, independentemente da extensão das jornadas.

Garcia (1989), apoiado no pensamento de Marx, afirma que a redução forçada da jornada de trabalho, com o impulso que ela dá ao desenvolvimento da força produtiva e à economia das condições de produção, impõe maior dispêndio de trabalho no mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta. É nessa perspectiva que aparecem estudos sobre a fadiga relacionados com os processos produtivos no início do século XX. Assim, Codo, Sampaio e Hitomi (1994) salientam que no século XX, fadiga passa a ser entendida como resposta genérica ao estresse, totalizante, envolvendo ritmo, extensão, controle e saber, não aliviada por repouso ou sono. Cansaço e sensação de vazio invadem a vida inteira do trabalhador. Portanto, o

³ Disciplina inicialmente denominada psicopatologia do trabalho tem por objetivo o estudo clínico e teórico da patologia mental decorrente do trabalho. Há uns 15 anos ganhou um novo impulso que recentemente adotou a denominação de "análise psicodinâmica das situações de trabalho", ou simplesmente "psicodinâmica do trabalho". Nessa evolução a questão do sofrimento passou a ocupar uma posição central. O trabalho tem efeitos poderosos sobre o sofrimento psíquico, levando progressivamente à loucura, ou contribui para transformá-lo, ou subvertê-lo em prazer. Em certas situações, o indivíduo que trabalha, ora o trabalho é patogênico, ora estruturante, o que depende de uma dinâmica complexa que são identificadas e analisadas pela psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2003,p.21)

trabalho deve ser visto em sua dimensão concreto e abstrato. Não é somente a percepção investigadora que descobre novos desdobramentos, é o modo de organização do trabalho que simultaneamente vai inventando novas formas de viver e sofrer.

Para Garcia (1989), a época da manufatura, ao criar o operário coletivo e basear a produção na mais valia absoluta, concorreu para o crescimento das formas mais externas de doenças profissionais que estavam presentes na produção artesanal. Cumpre destacar que a grande indústria criou, pela separação da atividade física da mental, uma patologia generalizada que se expressa como alterações fisiológicas comuns a toda uma série de manifestações que se podem classificar como doenças psicossomáticas: doença coronariana, desordens mentais, úlcera, etc. E o trabalho nas fases mais avançadas do capitalismo, o produto do trabalho, aparece claramente aos olhos do trabalhador como alienado e a atividade produtiva como inútil. Os últimos vestígios do trabalho concreto diluem-se no trabalho abstrato. Na atualidade, a inutilidade, o tédio e a falta de sentido do trabalho constituem, na grande indústria capitalista, os determinantes fundamentais da fadiga e da queda da produtividade.

Nesse âmbito, temos a contribuição de alguns autores que sugerem uma saída para a promoção e prevenção da saúde mental dos trabalhadores. Encontramos em Antunes (2000) o resgate que ele dá à categoria trabalho a constituição originária, primária, de realização social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico de omnilateralidade humana, ou seja, criador de valores de uso, contrariamente ao trabalho assalariado, fetichizado e estranhado. Desse modo, o autor defende lutar pela redução da jornada de trabalho, lutar pelo controle e redução do tempo opressivo de trabalho, o que pode corresponder a um aumento real do tempo de trabalho despendido durante esse período. Nessa direção, ele observa que uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Uma vida cheia de sentido somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital e sob bases inteiramente novas.

Em outros termos, Garcia (1989) afirma que é possível ocultar a inutilidade do trabalho capitalista mediante uma reorganização do trabalho na qual deixa-se ao trabalhador alguma margem de criatividade. As consequências da economia das

condições de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores tornam-se obviamente visíveis, suas manifestações se apresentam na superfície da sociedade como resultado da concorrência dos diversos capitais. A consideração do caráter duplo do trabalho e dos conceitos de trabalho livre e trabalho alienado serão instrumentos importantes para o estudo dos novos problemas das doenças ocupacionais.

3.2 A EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA INSTITUCIONAL EM SAÚDE MENTAL

As instituições de confinamento de doentes mentais como controle social têm sua gênese com as transformações ocorridas nos séculos XV e XVI, na Europa. Com o advento da manufatura, a rudimentar divisão social e técnica do trabalho e a deteriorização das condições de trabalho e de vida no setor rural geraram uma massa de força de trabalho desocupada, que acabou em grande parte, na miséria e na mendicância. Segundo Pereira (1982, p.49), o período da “grande internação”, que abrangeu os séculos XIII e XVII se prolongou nas práticas de hospitalização contemporâneas nos séculos XIX e XX. No decorrer do século XVII, a loucura vai se fixou-se no hospital. Criaram-se casas de internamento, onde a loucura era retida. A partir do racionalismo moderno, sabedoria e loucura se separam. Os perigos que a loucura poderia oferecer para influenciar a relação entre o sujeito e a verdade foram afastados. Houve a criação de todo um conjunto de instituições, através das quais a dominação da loucura, a sua condenação ao silêncio, acabaram por se efetivar.

Gonçalves e Sousa (2005) ressaltam que, a prática do enclausuramento não continha o tratamento das patologias nem a medicação, ou seja, a preocupação com critérios médicos científicos, a expressão do saber médico inexistia. Em outros termos, Pereira (1982) observa que para o homem ocupado com suas obrigações sociais, a miséria é um obstáculo à ordem. É uma falta contra o Estado. E por isso deve ser perseguida e reprimida. Essa percepção da pobreza originou-se sobretudo no mundo protestante e acabou sendo acolhida pelos católicos. Entre os miseráveis, a Igreja distinguiu-se os bons e os maus. Os bons pobres recebem o internamento como uma medida assistencial. Os maus pobres recebem-no como uma medida de repressão. Todo interno se coloca no campo dessa valoração ética. Assim a prática de internamento figura como uma medida de condenação dos

pobres. O autor acentua que para o pensamento moderno do século XVII, é a preguiça que ocupa o primeiro posto na hierarquia dos vícios. A prática de internamento não tem sentido médico nem preocupações de cura, mas é entendida como um problema de polícia. A exclusão social dos condenados dá-se por uma medida de reclusão e também possui um sentido econômico.

Essas instituições, para Gonçalves e Sousa (2005, p.892), apoiadas na análise de Pino e Amarante, constituíram uma resposta da nova sociedade em formação, a burguesia, aos problemas socioeconômicos, políticos e culturais, gerados pelo processo de industrialização. E elas tinham dupla função na questão do mercado de trabalho e na regulamentação de preços: primeiro, em épocas de pleno emprego, a de fornecer força de trabalho barata, e em época de retração econômica e de desemprego, a de retirar do circuito do mercado de trabalho a força de trabalho "ociosa". No início do século XIX, o Governo da França decidiu desativar os hospitais gerais e confiou a Pinel a direção do hospital de Bicêtre. O médico acreditava na idéia de animalidade do louco. O ato primeiro foi separar os loucos dos pobres, mendigos, desocupados e passar a considerá-los doentes.

Essa ordem fundada por Pinel, para Costa (2002), representou o marco inaugural do surgimento da Medicina Mental ou Psiquiatria, que transformou o diferencial humano em patologia. A preocupação da ciência fez do louco um doente e loucura a ser tratada, no caso, com ocultamento e exclusão. A compreensão de que a loucura era proveniente de uma lesão no cérebro e sob a influência do Iluminismo, que pregava o zelo pela reforma social e elevação da moral, considerou que as manifestações da loucura eram provenientes de um caráter malformado e desenvolvido. Pinel criou um tratamento moral, primeiro método terapêutico para a loucura na modernidade, baseado em confinamento, sangrias e purgativos e finalmente consagrou o hospital psiquiátrico, hospício ou manicômio como o lugar social dos loucos. Nessa direção o autor referindo-se a Durkheim, salienta que ao definir a loucura como anomia social, fornece substância e consistência teórica e ideológica, fortalecendo a perspectiva que passou a ser utilizada pela sociologia positivista quanto às doenças mentais e pela psiquiatria, especialmente a norte-americana.

Nesse âmbito, Costa observa que uma nova proposição, na qual dizia existir uma outra dimensão (inconsciente) na condição humana, começou a se manifestar. Freud, médico austríaco, iniciou a formulação da Psicanálise, estabelecendo em

relação às ciências biológicas uma polaridade que se mantém e se intensificou a partir de alguns de seus seguidores até os dias de hoje. Freud construiu um sistema de compreensão entendido como um aparelho mental composto por id, ego e superego, porém não conseguiu romper com a referência mecanicista de seu tempo. Neste sentido, exclusão e submissão às regras ainda presentes no hospício pineliano eram, na prática, o único método terapêutico.

Contribuições provenientes de outros referenciais teóricos que não a biologia passaram a ser consideradas, especialmente o marxismo e a psicanálise, a partir dos quais a subjetividade e a relação capital-trabalho foram tidos como relevantes no surgimento e manutenção de quadros de alteração do comportamento, ao longo do século XX. Segundo Costa (2002), buscou-se alterar e promover um maior grau de interação e democracia nas relações existentes entre os profissionais e internados no interior da instituição psiquiátrica. As experiências mais significativas foram: a comunidade terapêutica – T.H. Main – Bion – Reichman – Birmingham (1946) Maxwell Jones – Inglaterra (1959); a análise institucional – François Tosquilles – França (1940) Daumazon – Koechlin (1952); a psiquiatria de setor – Bonnafé – França (1960); a psiquiatria comunitária – J. F. Kennedy – Geral Caplan – EUA (1963); a antipsiquiatria – Ronald Laing – David Cooper – Thomas Szasz – Alan Watts – Inglaterra / EUA (1966); a psiquiatria democrática (Reforma psiquiátrica) Franco Basaglia – Itália (1969).

Posto isto, o autor explicita que de todos esses métodos implementados ao longo do século XX, apenas no último é que de fato se efetivou a ruptura com o hospital psiquiátrico. A este estudo cumpre destacar que Basaglia, de acordo com Gonçalves e Souza, (2005) foi também um estudioso e um crítico das instituições nas quais a sociedade se organiza, como família, escolas, fábricas, universidades, hospitais(em especial, o hospital psiquiátrico) e que as diversas instituições, desde a familiar e escolar até a carcerária e a manicomial: as duas primeiras, com finalidade educativa, as outras como consequência da culpa e da doença.

Basaglia (1991, p. 29), afirma que:

A realidade do manicômio é opressiva, trágica. O doente mental é "doente" sobretudo por ser um excluído, porque é uma pessoa sem direitos. Por isso negamos dialeticamente nosso mandato social como psiquiatra, que exigia que o doente fosse considerado como um não-homem, ou seja, negamos a desumanização do doente como resultado último da doença, atribuindo o grau de destruição à violência do asilo, da instituição, de suas mortificações, desmandos e imposições, que derivam da violência, dos

abusos e das mortificações que são o esteio de nosso sistema social. Assim, porque a ciência sempre a serviço da classe dominante decidira que o doente mental era um indivíduo incompreensível, perigoso e imprevisível, impondo-lhe, como única alternativa, a morte civil.

Nessa perspectiva, Goffman (2008) denomina que o estudioso de hospitais psiquiátricos pode descobrir que a loucura ou o “comportamento doentio” atribuídos ao doente mental são, em grande parte, resultantes da distância social entre quem lhes atribuiu isso e a situação em que o paciente está colocado, e não são fundamentalmente, um produto de doença mental. Importa salientar que a este aspecto o autor observa o seguinte:

A categoria “doente mental” sendo entendida em um sentido sociológico rigoroso. A interpretação psiquiátrica de uma pessoa só se torna significativa na medida em que essa interpretação altera o seu destino em nossa sociedade e quando a pessoa passa pelo processo de hospitalização (Goffman, 2008, p. 112).

Portanto, ao expormos algumas considerações sobre loucura e o seu processo de institucionalização, podemos observar que o Estado Burguês, confinando essas pessoas em instituições fechadas, garante a sua função de controlador e de guardião da classe que detém o poder. Assim, cada um dos atos do doente mental passa a ser limitado, definido e reafirmado pela doença.

3.2.1 Políticas de saúde mental no Brasil

De acordo com Costa (2002), data da segunda metade do século XIX, ainda durante o período imperial, o início da assistência psiquiátrica pública em nosso País. Antes disso, a assistência era exercida de forma leiga mediante instituições de caráter asilar pertencentes à Igreja Católica, onde freiras tentavam prestar assistência aos internados desvalidos. Neste quadro, nos deparamos mais uma vez com a reprodução de natureza econômico e social: os loucos oriundos da classe economicamente dominante eram retidos e vigiados por seus próprios familiares em suas residências. As pessoas que enlouqueciam e eram provenientes das camadas sociais desfavorecidas eram recolhidas aos asilos, onde padeciam toda sorte de dissabores e maus-tratos.

O autor afirma que, não muito diferente dos tempos atuais, a sociedade via no louco uma ameaça à segurança pública e a maneira de lidar com os próprios era

o recolhimento aos asilos. Essa atitude dirigida aos loucos era autorizada e legitimada pelo Estado por meio de textos legais editados pelo Imperador. Cabe salientar: tinha o objetivo de mediante a reclusão, oferecer proteção à sociedade contra aqueles e não de acolhê-los e muito menos tratá-los. A crescente pressão da população para o recolhimento dos alienados a um lugar de isolamento e o questionamento de alguns médicos e intelectuais frente às condições sub-humanas das instituições asilares fez com que o Estado Imperial determinasse a construção de um lugar específico com o objetivo de tratá-los.

Posto isso, Gonçalves e Souza (2005) ressaltam que as intenções entre a concepção de doença mental, como determinação de exclusão social, e a instituição hospitalar, com sua face asilar, possibilitaram a separação do homem da sociedade, ocultando, muitas vezes, os motivos econômicos, políticos, culturais e sociais dessa exclusão.

Com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 1889, houve um desatrelamento entre Igreja e Estado. A administração dos hospícios, segundo Costa (2002), começou a ser da responsabilidade dos médicos, passando estes à categoria de representantes oficiais do poder estatal. Além de se alinharem com o Estado, esses médicos buscavam apropriar-se de espaços onde pudessem assistir aos internados e desenvolver pesquisas. Dessa forma, em nosso País, legitimada pelo Estado, pela Universidade e pelo hospital de alienados, a Psiquiatria consolidou-se como único saber frente à loucura, agora já considerada doença mental. Nessa direção, Gonçalves e Souza (2005), com base nas reflexões de Amarante, afirmam que em 1879, foram inauguradas as duas primeiras colônias de alienados, ambas situadas no Rio de Janeiro, que tinham em comum o trabalho como tratamento para doentes mentais. Esse conjunto de medidas caracterizou a primeira Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Costa (2002) explicita que a Liga brasileira de Higiene Mental criada em 1923, na perspectiva da melhoria da saúde, propôs ao interior dos hospitais psiquiátricos, baseada na biologia da psiquiatria organicista alemã, medidas de purificação da raça brasileira. Apoiada no racismo e abstraindo o paradoxo entre capital e o trabalho, fez com que a Psiquiatria se omitisse ante as diferenças sociais, culturais e étnicas, responsabilizando o campo biológico pela exclusão dos inadaptados à produção. Até a primeira metade do século XX, o crescimento da Psiquiatria aconteceu no âmbito das instituições públicas, orientada para as

peessoas pobres. A primeira instituição psiquiátrica de caráter privado foi a Casa de Saúde Dr. Eiras, fundada em 1860, no Rio de Janeiro.

Conforme o autor, a criação do Ministério da Educação e Saúde pelo Presidente Getúlio Vargas em 1930, passou a gerir assistência a psicopatas do Distrito Federal, à época sediado no Rio de Janeiro, em substituição à antiga Assistência a Alienados do Distrito Federal. A principal medida adotada por Vargas aos doentes mentais foi o decreto 24.559 de 1934, que dispunha e promovia os seguintes desdobramentos: a doença mental é caso de polícia e ordem pública; a psiquiatria passa a atuar como sociedade pública (repressiva) e como sociedade civil (criadora de ideologia), legando aos psiquiatras poderes amplos sobre o doente mental e mesmo direitos de questionar uma ordem judicial; o louco perde a cidadania; as instituições psiquiátricas privadas aumentaram a sua participação frente ao judiciário e um número maior de loucos oriundos de famílias abastadas passou a ser detectado.

Costa observa que desde a criação do Instituto de Psiquiatria ligado à Universidade do Rio de Janeiro, a psiquiatria brasileira passou a mudar sua orientação. Ao invés da formação dos profissionais médicos continuar no ambiente dos manicômios, esta passou a acontecer na academia, passando os hospitais psiquiátricos a ocupar o espaço destinado aos experimentos científicos, incentivados pelos novos métodos terapêuticos desenvolvidos por pesquisas realizadas no exterior como: Psicocirurgia; Eletroconvulsoterapia; Malarioterapia e Insulinoterapia. O serviço nacional de Doenças Mentais (SNDM), criado em 1941 e seu primeiro diretor, Dr. Aduino Botelho, adepto do modelo asilar da loucura, chegou a criar de forma tímida, ambulatórios de Higiene Mental e serviços de Assistência a Psicopatas, contudo, coube-lhe o papel de fomentar, até o final da década de 1950, a instalação e ampliação de hospitais-colônia no Brasil.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), Órgão das Nações Unidas (ONU), criada após a II Guerra Mundial, com o objetivo de cuidar da saúde dos povos do mundo, passou a definir saúde como “bem-estar físico, mental e social”. Baseada em estudos que revelaram o custo excessivo da doença mental, recomendou o investimento em ações de saúde mental e o uso do termo “saúde mental” ao invés de “doença mental” (Costa, 2002). Nesta perspectiva, a assistência psiquiátrica foi incorporada à saúde pública. A partir daí, acentua o autor que apesar da conotação policialesca, a psiquiatria rende-se à existência do psiquismo na gênese da doença

mental, busca conhecimento em outros campos fora do biomédico e reconhece uma grave questão teórica em seu interior.

Costa (2002) afirma ainda que com as mudanças efetivadas na sociedade brasileira a partir do golpe de 1964, a assistência à saúde foi caracterizada por uma política de privatização maciça. No campo da assistência psiquiátrica, fomentou-se o surgimento das “Clínicas de Repouso”, eufemismo dado aos hospitais psiquiátricos de então. Abasteceram e fizeram prosperar a então recém-criada e rendosa indústria da loucura, que fez o louco o seu artigo de comércio. Assim, além das representações de irresponsabilidade, incapacidade e periculosidade, o louco adquiriu mais uma: lucratividade. Na década de 1970, houve um aumento significativo dos hospitais privados, com a permanência do modelo hospitalocêntrico, começando a mudar o panorama somente a partir da redemocratização do País, com o início da Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica.

3.2.2. Movimento sanitário e reforma psiquiátrica

A proposta política e de atuação no campo da saúde, denominada reforma sanitária, surgiu no contexto de ditadura militar e de luta pela redemocratização, na qual a sociedade brasileira, mediante a intervenção dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, viveu o embate entre projetos sócio-políticos. Na história sanitária brasileira, esse movimento representou uma verdadeira revolução nas relações pela democratização do acesso à saúde. Esse processo, conhecido como Movimento de Reforma Sanitária, juntamente com todo o movimento em prol da redemocratização do Brasil, resultou, entre outros, na formulação e construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Com a criação do SUS, uma outra concepção de saúde se confrontava com a concepção de saúde/doença: com proposta de enfrentamento das desigualdades na assistência à saúde da população, dentro dos princípios de universalização do acesso, descentralização, integralidade, equidade e participação popular. O SUS foi incluído no capítulo da Seguridade Social, abrangendo o conjunto das políticas de Previdência e Assistência Social. A Reforma Sanitária ou Municipalização da Saúde teve como perspectiva todo o percurso na organização da sociedade e nos serviços, no sentido da

descentralização, com o Município passando a se responsabilizar por poderes e ações outrora referenciados aos Estados e à União (Costa, 2002).

É importante salientar que o SUS deve ser financiado com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. É garantido à sociedade interagir com o poder público, participar do estabelecimento das políticas de saúde, discutir suas prioridades e fiscalizar a execução dessas políticas e a utilização dos recursos (Costa, 2002).

De acordo com documento apresentado à Conferência Regional dos Serviços de Saúde Mental pelo Ministério da Saúde em 2005, o início do processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil é contemporâneo da eclosão do movimento sanitário, nos anos de 1970, em favor da mudança dos modelos de atenção e gestão nas práticas de saúde, de defesa da saúde coletiva, equidade na oferta dos serviços e protagonismo dos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde aos processos de gestão e produção de tecnologias de cuidado.

Embora contemporâneo da Reforma Sanitária, o processo de Reforma Psiquiátrica brasileira tem uma história própria. A Reforma Psiquiátrica é processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, e que invade territórios diversos, nos Governos federal, Estadual e Municipal, nas universidades, no mercado dos serviços de saúde, nos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus familiares, nos movimentos sociais e nos territórios do imaginário social e da opinião pública. Compreendida como um conflito de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o processo da Reforma Psiquiátrica avançou, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios.

O ano de 1978 costuma ser identificado como o de início do movimento social pelos direitos dos pacientes psiquiátricos em nosso País. O movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), formado por trabalhadores integrados ao movimento sanitário, associações de familiares, sindicalistas, membros da associação de profissionais e pessoas com longo histórico de internações psiquiátricas, que pudessem protagonizar e a construir a partir desse período de denúncia de violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada de assistência e a construir coletivamente uma

crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico na assistência às pessoas com transtornos mentais. A experiência italiana de desinstitucionalização em psiquiatria, e sua crítica radical ao manicômio foi inspiradora e revelou a possibilidade de ruptura com os antigos paradigmas (Ministério da Saúde, 2005).

Nessa linha de pensamento, Costa (2002) explicita que o processo de Reforma Psiquiátrica vai além de uma mera reforma de assistência psiquiátrica, o Governo e a sociedade assumem um esgotamento do modelo assistencial vigente e alerta que a criação de um modelo assistencial para objetivar a substituição do modelo atual por uma rede de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, aberta, inserida na comunidade e voltada para a reinserção psicossocial, que além de superar o paradigma da assistência manicomial, recupere a dignidade do usuário, constitui-se em um desafio eterno.

Cumprir destacar que Gonçalves e Sousa (2005) observam que os anos de 1973 e 1974 resumiram-se nas tentativas de implantação do Manual de Serviços para Assistência Psiquiátrica, que orientava a assistência psiquiátrica no Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), que dava maior ênfase à assistência extra hospitalar. Na prática, a sua concretização não se efetivou, na medida em que os recursos da Previdência Social foram destinados de modo exclusivo à compra de serviços privados e prioritariamente, para a área hospitalar. Com isso, gerava-se uma contradição na forma de aplicação dos recursos na área da saúde pública e da saúde mental, que eram onerosos para os cofres públicos. Essa contradição era explicada pelo domínio que a iniciativa privada exercia na Previdência Social, impedindo o avanço de programas considerados não – hospitalizastes.

Em relação ao programa de atendimento à enfermidade mental sob a responsabilidade do Inamps, durante os primeiros anos da década de 1980, na análise de Bernardo (1992), os serviços existentes não conseguiram atender de forma adequada às manifestações de desordem emocional à população e não possuíam pessoal em número suficiente. O hospital psiquiátrico continuava sendo o instrumento mais utilizado no tratamento dos distúrbios mentais. Nesta perspectiva, os reforços no sentido de promover o atendimento ambulatorial e colocar em prática distintos tipos de atendimento médico – psicológico eram subjugados por interesses econômicos tanto dos proprietários ou entidades mantenedoras quanto

do próprio pessoal especializado que exerce seu trabalho nesse tipo de instituição. Esta última, por constituir-se em esmagadora maioria de assalariados, depende totalmente dos empresários da saúde. Posto isto, Bernardo acentua que a instância administrativa – financeira dos hospitais estabelece diferentes estratégias para a internação e institucionalização do paciente, que se transforma em “matéria – prima” capaz de proporcionar altas taxas de lucro para os “hospitais – empresas”.

Com base na análise de Amarante Gonçalves e Sousa (2005), ressaltam que o domínio da Federação Brasileira de Hospitais (FBH) só começou a ser ameaçado no final da década de 1970 e início de 1980, com o processo de redemocratização da sociedade brasileira e o crescimento dos movimentos sociais-populares e sindicais – O Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), o Movimento de Renovação Médica - REME e o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental - MTSM, assumiram um caráter nacional de grande importância, fazendo críticas e denúncias ao processo de privatização médica de outros setores da saúde.

Em 1987, Costa (2002) destaca que foi realizada a primeira conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM), representando o ponto de inflexão na reorientação do modelo da atenção à saúde e por conseguinte, da própria construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Nela explicitou-se qual a natureza da dificuldade existente no modelo assistencial psiquiátrico vigente em nosso País, que seria ultrapassado se houvesse o enfrentamento nos campos cultural, técnico, político, ideológico e a necessária transformação do modelo existente.

De acordo com o Ministério da Saúde (2005), com a Constituição de 1988, foi criado o SUS, formado pela articulação entre gestão federal, estadual e municipal, sob o poder de controle social, exercido através dos “Conselhos Comunitários de Saúde”. Foi na década de 1990, marcada pelo compromisso firmado pelo Brasil na assinatura da Declaração de Caracas, que se constituiu a tendência mundial na reorientação do modelo assistencial em saúde mental. A II Conferência Nacional de Saúde Mental realizada em 1992 definiu pela aprovação da reforma psiquiátrica, que consistia na criação de uma rede de atenção diversificada e resolutiva de serviços de saúde mental, passando a entrar em vigor no país as primeiras normas federais regulamentando a implantação de serviços de atenção diária, fundadas nas experiências dos primeiros CAPS (centro de atenção psicossocial), NAPS (Núcleo de atenção psicossocial) e hospitais-dia, bem como as primeiras normas para fiscalização e classificação dos hospitais psiquiátricos.

Nessa perspectiva, percebemos que a apresentação do projeto de Lei nº. 3657/89, do Deputado Paulo Delgado, foi de importância fundamental na regulamentação legislativa em direção à transformação do modelo de assistência psiquiátrica, no controle e expansão dos serviços hospitalares privados, que prestavam serviços ao Estado. Também propunha a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no País. Foi o início das lutas do movimento da Reforma Psiquiátrica nos campos legislativo e normativo

Nesse âmbito, é esclarecido pelo Ministério da Saúde (2005) que o processo de expansão dos CAPS e NAPS é descontinuo. Embora fossem regulamentados novos serviços de atenção diária, não instituíam uma linha específica de financiamento. Da mesma forma, as normas para fiscalização e classificação dos hospitais psiquiátricos não previam mecanismos sistemáticos para a redução de leitos. Ao final desse período (Regulamentação da Lei Paulo Delgado), o País tinha em funcionamento 208 CAPS, mas cerca de 93% dos recursos do Ministério da Saúde para a saúde mental ainda eram destinados aos hospitais psiquiátricos.

Somente em 2001 que a Lei Paulo Delgado foi sancionada no País. Assim, a Lei Federal 10.216 redimensionou a assistência em saúde mental, privilegiando o oferecimento de tratamento em serviços de base comunitária, dispondo sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, mas não incluiu mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios. A promulgação da Lei 10.216 impôs novo ritmo para o processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Foi nesse contexto e da realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental que a política de saúde mental do Governo Federal, alinhada com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, passou a consolidar-se, ganhando maior sustentação e visibilidade (Ministério da Saúde, 2005).

O Ministério da Saúde ressalta ainda que foram criadas linhas específicas de financiamento por esta instituição para os serviços abertos e substitutivos ao hospital psiquiátrico e novos mecanismos foram criados para fiscalização, gestão e redução programada de leitos psiquiátricos no País.

Nesse contexto o processo de redução de leitos em hospitais psiquiátricos e de desinstitucionalização de pessoas com longo histórico de internação passou a tornar-se política pública no Brasil. É preciso considerar o processo histórico de implantação dos hospitais psiquiátricos nos estados, assim como a penetração das

diretrizes da Reforma Psiquiátrica em cada região brasileira, uma vez que o processo de desinstitucionalização pressupõe transformações culturais e subjetivas na sociedade e depende sempre da participação das três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal). Assim, o Ministério da Saúde (2005) ressalta que o grande número de leitos psiquiátricos no Brasil expressa o processo histórico de implantação nos estados de um modelo hospitalocêntrico de assistência em saúde mental e entre os estados de grande tradição hospitalar e grande concentração de leitos de psiquiatria, figuram o Estado da Bahia, Pernambuco, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

3.2.3 Assistência em Saúde Mental no Instituto de Previdência e Assistência do Estado de Goiás – IPASGO

Conforme apresentação feita ao longo deste estudo, a assistência em saúde mental no decorrer da história traz alguns marcos que norteiam o atendimento ao doente mental. No Brasil, o processo de Reforma Psiquiátrica, as políticas de saúde mental tiveram momentos de avanços e retrocessos em sua implementação. Em 1994, criou-se o Fórum Goiano de Saúde Mental, um movimento composto por trabalhadores de saúde mental, usuários, familiares, demais segmentos da sociedade e simpatizantes da luta antimanicomial com o objetivo de discutir e articular estratégias de intervenção para a superação do modelo manicomial.

Os integrantes do Fórum (2006) salientam que na década de 1990, trabalhadores em saúde mental discutiam as condições de trabalho e o modelo hospitalocêntrico, nesse período, o Fórum promoveu reuniões, seminários, passeatas e ganhou força na luta democrática, conseguindo impulsionar algumas iniciativas e a organização de serviços ambulatoriais que quebram a hegemonia do hospital psiquiátrico. Já no início de 2001, os militantes desse movimento foram convidados a participar da administração e assumiram a coordenação de saúde mental do município de Goiânia, com o objetivo de implantar serviços substitutivos ao manicômio. No cenário nacional, era promulgada a Lei nº 10.216, da reforma psiquiátrica, com a aprovação do Ministério da Saúde à sua implantação.

Em 2005, com a mudança do Governo Municipal de Goiânia surgiram outros interesses na área, quando foi demolido o único hospital psiquiátrico público e desmontada a unidade de atendimento aberto a toxicomanias. Já no início da

administração, todos os gestores dos Centros de Atenção Psicossociais - CAPS foram substituídos por pessoas indicadas pelo Prefeito, sendo que a maioria delas nunca havia trabalhado na área da saúde. A implantação do novo modelo assistencial estava na contramão dos interesses da coordenação do município, que foi ocupada por representantes da associação de hospitais. Com a força das equipes foram modificadas favoravelmente 50% destes cargos, o que significa que houve 50% de perda na organização e no avanço da construção e articulação da rede de atendimento com os recursos sociais, confinando-se cada CAPS em si mesmo, por falta de compreensão da proposta assistencial. Assim, o Fórum Goiano de Saúde Mental denunciou os riscos de desmantelamento da reforma psiquiátrica na cidade de Goiânia, em detrimento dos interesses econômicos dos donos de hospitais, direcionando o fato à imprensa.

Em um dos âmbitos das políticas públicas estaduais em saúde mental, existe a forma de gestão do Instituto de Previdência e Assistência do Estado de Goiás (IPASGO), que constitui o campo de investigação deste estudo, onde foram pesquisados os policiais militares da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, usuários dos hospitais conveniados com este Instituto.

De acordo com documentos disponíveis no site dessa instituição (2009), o Ipasgo foi criado em 22 de outubro de 1962, através da Lei nº 4.190, entidade autárquica estadual dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Em 2001, o Instituto foi recomendado para a certificação internacional de qualidade NBR ISO 9001:2000. A década marca a preocupação em atingir a sua máxima de qualidade em consonância com os princípios da gestão da qualidade. Resultados que culminaram na certificação NBR 9001:2000 em 2002. E garantindo este salto em 2009, com quase 700 mil usuários, mais de 5,4 mil prestadores de serviços e 11 regionais de atendimento em todo o Estado. O programa de qualidade aderido pelo Instituto tem o objetivo de instalar o verdadeiro valor do servidor no processo de mudança e a busca contínua pela qualidade no serviço público.

Nessa perspectiva, podemos perceber que o Ipasgo tem a preocupação de desenvolver seus serviços através da nova forma de gestão organizacional, na qual, segundo Dejours (2003, p. 41), a empresa em que o ponto de partida era o sofrimento e a injustiça, acena agora para a promessa de felicidade, de identidade e de realização para os que souberem adaptar-se a ela e contribuir

substancialmente para seu sucesso e sua “excelência”. Portanto, hoje, exceto seu objetivo principal, o lucro, o que caracteriza uma empresa não é mais sua produção, não é mais o trabalho. O que a caracteriza é sua organização, sua gestão, seu gerenciamento. Propõe-se assim um deslocamento qualitativamente essencial. O tema da organização da (empresa) substitui-se pelo tema do trabalho nas práticas discursivas do neoliberalismo. Antunes (2000, p.50), apoiado em Mészáros, ressalta que a temática da qualidade nos processos produtivos diz respeito à intensificação decrescente do valor de uso das mercadorias. Assim, a “qualidade total” deve adequar-se ao sistema de metabolismo socioeconômico do capital, afetando desse modo tanto a produção de bens e serviços como as instalações e maquinarias e a própria força humana de trabalho.

A Lei nº 14.081, de 26 de fevereiro de 2002, reestrutura o Ipasgo e institui o plano de assistência à saúde – Ipasgo Saúde e dá outras providências⁴. No Art. 1º - Fica criado o sistema de Assistência à saúde dos Servidores do Estado de Goiás – IPASGO SAÚDE – a ser administrado e gerido pelo Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás. No Art. 2º - É objetivo primordial do Ipasgo Saúde a realização, mediante contraprestação pecuniária, das operações de assistência à saúde dos servidores do Estado, de suas fundações, autarquias, inclusive agências, e empresas públicas, na forma prevista ou autorizada nesta lei.

A gestão do Ipasgo é feita pelo instituto, através de um conselho deliberativo (CDI), Lei nº 15.214, de 21 de junho de 2005, e fiscalizada pelo Ministério Público, ou seja, os servidores assistidos têm voz ativa na administração. O CDI é composto por 10 (dez) conselheiros titulares e suplentes em número igual.

Em Goiânia e particularmente no Ipasgo, onde a realidade não difere e favorece os “empresários” da loucura, modelo de atendimento caro e crônico, o Movimento da Reforma Psiquiátrica, com sua proposta de serviços abertos para superar a segregação, fez surgir em 1986, o Centro de Saúde Mental (CSM), composto por uma equipe multidisciplinar. Antes havia um serviço de Atendimento Psiquiátrico (SAP), que era centrado exclusivamente, ao modelo hospitalocêntrico privado. O Ipasgo explicita Gonçalves e Sousa (2005), usando de suas atribuições resolve, através da portaria n. 433/99, regulamentar o serviço de Pensão Protegida, que se propõe a garantir a assistência aos usuários dos serviços de saúde mental com grave dependência institucional, impossibilitados de desfrutar de autonomia,

⁴ Das deliberações contidas na Lei nº 14.081, extraímos apenas dois artigos por considerarmos relevante para o estudo. No total são 38 artigos.

com cortes nos vínculos da família e de moradia, bem como atuar como unidade de retaguarda, destinada, prioritariamente, àqueles submetidos a tratamentos em regime hospitalar prolongado e por último, a buscar reinserção desses usuários na sociedade.

Gonçalves e Sousa afirmam que tanto nos documentos analisados como nos depoimentos através de pesquisas de campo realizadas no Instituto, ficou evidente que a única preocupação demonstrada pela diretoria do IPASGO em relação à manutenção do CSM e da Pensão Protegida foi a intenção de reduzir os gastos nessa área que, segundo um dos coordenadores, era a responsável por uma das grandes percentagens do rombo do orçamento da instituição. Havia nessa prática uma contradição: a intenção de reduzir os gastos sem abrir mão do modelo hospitalocêntrico. Por essa razão, provavelmente, o IPASGO ainda não conseguiu avançar na superação desse modelo. O que se evidencia em vários depoimentos é a disputa de dois projetos, um público e outro privatista, permeando a atuação dos profissionais que trabalham no setor de saúde.

Percebe-se ainda, com base na análise de Gonçalves e Sousa (2005), que não existe questionamento dos usuários e seus familiares a respeito dos serviços de saúde mental que o IPASGO vem oferecendo. Os depoimentos de familiares mostram que eles têm uma concepção ingênua de doença mental, própria do senso comum. Tanto que depois de um ano da implementação do programa de Pensão Protegida, a equipe do CSM que acompanhava o desenvolvimento das atividades com os usuários e familiares percebeu que os objetivos de não segregar e restabelecer os vínculos social e familiar não eram alcançados. Ao contrário, sua prática caminhou justamente na direção do modelo hospitalocêntrico.

Como já sustentaram as autoras, graças a fatores políticos, sociais, econômicos, culturais e especialmente ao desconhecimento da legislação que protege as pessoas acometidas de transtornos mentais e à desinformação sobre outras formas de trabalho existentes que buscam superar a segregação e a cronificação da doença, como os Núcleos de Atuação Psicossocial (NAPS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os hospitais gerais, os familiares persistem no “modelo hospitalocêntrico” ou asilar como a única forma de tratamento, em vez de reivindicar recursos e serviços mais próximos de sua moradia, em suas regiões, como ambulatórios e centros abertos.

No início do ano de 2001, o presidente do IPASGO implementou a Portaria nº 019/2201, com o intuito de estabelecer critérios de auditoria médica, regulamentando as internações psiquiátricas nas clínicas privadas conveniadas, visando a redução de dias de internação e o complemento desse atendimento, ampliando-o para os programas especiais, como: proteção domiciliar, pensão protegida, terapia familiar, grupo de apoio a familiares, que resultassem na redução das internações e em suporte às famílias. De todos esses programas, o de Pensão Protegida e o Programa Grupo de Saúde Familiar foram implementados em 2001. O primeiro, por meio de um convênio com uma instituição privada, a Estância Dom Bosco, que não conseguiu atender à proposta inicial. O programa de Suporte Familiar era direcionado para os familiares, usuários e coordenados por uma equipe interprofissional formada por, psiquiatra, psicólogo e assistente social. Nele, desenvolveu-se um trabalho de esclarecimento a familiares sobre as questões da política de saúde e saúde mental oferecida aos usuários do IPASGO. Esse programa foi extinto em meados de 2002, entre outros fatores em razão da saída dos profissionais comprometidos com esse trabalho, conforme Gonçalves e Sousa (2005).

Em relação à Portaria 019/2001, que dispõe sobre critérios de auditoria médica em psiquiatria em clínicas psiquiátricas conveniadas, depois de um ano de implementação, por se contrapor à lógica do setor privado e colocar em risco os lucros dos empresários da loucura, acentua Gonçalves e Souza (2005), foi repudiada e criticada pela Associação dos Hospitais e pela Associação de Psiquiatria. Em decorrência dessas questões, entrou em vigor, em meados de 2002, a Portaria nº 258/2002, em substituição à Portaria nº 019/2001, provando uma correlação de forças próprias aos interesses do setor privado. As autoras ressaltam que enquanto perdurar essa relação público – privado persistirá, impedindo ou dificultando, qualquer avanço significativo na direção da “desospitalização” e conseqüentemente, da desinstitucionalização. Além de ineficaz, o modelo hospitalocêntrico é muito caro e sustenta-se pelas internações e reinternações.

Em sua análise, as autoras acentuam que o projeto de superação do modelo hospitalocêntrico distancia-se cada vez mais do Centro de Saúde Mental - C.S.M do IPASGO, nos moldes de plano de saúde privada. Entre as suas principais mudanças, em vigor desde de 28 de maio de 2002, estão a contribuição facultativa

para a assistência do segurado e a inclusão de qualquer parente como seu dependente. Com esta estruturação, o IPASGO acelerou o processo já instalado de privatização dos serviços de saúde mental, em resposta à lógica do setor privado. No final de 2002 e início de 2003, deu-se a extinção do C.S.M do IPASGO e sua equipe foi desfacelada. Conforme informações disponíveis no site (2009) do instituto, a equipe multidisciplinar de saúde mental junto com demais profissionais de saúde do Ipasgo concentra suas atividades laborais na Gerência de Auditoria Médica Odontológica e Medicina Social (GEAUD) que é ligada à Diretoria de Assistência, não constando a existência de programas relacionados à política de saúde mental preconizada pelo Ministério da Saúde.

Gonçalves e Sousa (2005) destacam que o IPASGO no campo das políticas públicas, vem se tornando cada vez mais focalizado e sobretudo, mais privatizado. As verbas do setor público são canalizadas para o setor privado, em especial para as clínicas psiquiátricas. É nesse terreno tenso movido por interesses econômicos, políticos, sociais e culturais que os profissionais do IPASGO, comprometidos com o projeto de mudança, vão criar e recriar formas de mediação e resistência ao modelo hospitalocêntrico hegemônico que predomina na instituição. Porém, Bisneto (2007, p.63) alerta que uma contradição atual é como fazer a reabilitação psicossocial numa sociedade excludente, alienante, inabilitadora, e sobretudo atuando-se em nível institucional ou organizacional (não macrosocial). E ainda como dar assistência social aos portadores de transtornos mentais para diminuir os custos da assistência psiquiátrica, se esta contenção de gastos não tem como objetivo alargar o atendimento às faixas maiores da população, mas sim abaixar os custos para aumentar a acumulação capitalista, pois a “mercantilização da loucura”, apesar dos esforços contrários de parcela profissional, permanece intacta.

Nessa perspectiva, Boron (1999) conclui que a saúde, a educação seguridade social, por exemplo, deixaram de ser componentes inalienáveis dos direitos do cidadão e se transformaram em simples mercadorias intercambiadas entre “fornecedores” e compradores à margem de toda proposta política.

Posto isto, observamos que enquanto perdurar a lógica de sobreposição dos interesses individuais aos coletivos, a política de assistência em saúde justificará o comércio, que transforma a vida em mercadoria, possibilitando o lucro aos empresários da saúde.

CAPITULO 4 - DA ATIVIDADE POLICIAL DOTADA DE SENTIDO À DOENÇA MENTAL

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS NA PESQUISA

Este capítulo recai sobre a doença mental relacionada à atividade laboral do policial militar enquanto trabalhador que se processa na convergência do indivíduo em sua singularidade, subjetividade e que constrói enquanto ser coletivo sua história num contexto sócio- econômico- político e cultural determinado.

Conforme Lima (s/d), a pesquisa em saúde mental e trabalho deve ser capaz de integrar o trabalho como categoria central na compreensão do homem. Sem isso se corre o risco de tornar inútil ou, o oposto do se pretende, porque ao invés de fazer avançar as discussões, provoca retrocessos ao cometer lamentáveis equívocos. Além disso, as investigações em saúde mental e trabalho devem considerar não apenas o discurso dos sujeitos, mas também a sua atividade concreta de trabalho (nas suas condições sociais, técnicas e organizacionais) e sua comparação com o discurso dos trabalhadores é que nos permitirá uma maior aproximação da realidade. A base da pesquisa em saúde mental e trabalho está na apreensão da categoria trabalho e na explicitação dos seus impactos sobre os indivíduos e a relação do indivíduo com a atividade do trabalho e suas múltiplas determinações (econômicas, sociais, políticas, culturais) assim estaremos evitando a via idealista ou especulativa.

Nesse sentido, esta foi uma pesquisa que abordou os fenômenos investigados dentro da perspectiva de dois estudos: quantitativo e documental; qualitativo, com entrevistas. O que se pretendeu foi compreender a inter-relação entre percepção da atividade de trabalho e as vivências de prazer-sofrimento do policial militar em um contexto organizacional específico de segurança pública, buscando identificar seu impacto no bem-estar psíquico dos sujeitos.

A pesquisa qualitativa tem uma tarefa central nas ciências sociais a compreensão da realidade vivida socialmente. A subjetividade é apreendida como sentido da vida social e inerente à construção da objetividade, não se preocupam em quantificar, mas sim, compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, que são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalhando com a

vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada.

O processo de investigação teve início em outubro de 2008, dirigi-me a Diretoria de Assistência do Ipasgo com o propósito de esclarecer os objetivos da pesquisa e obter a autorização para ter acesso aos dados sobre perfil sócio-econômico, a avaliação diagnóstica e o histórico de internação dos policiais em hospitais psiquiátricos conveniados com o Instituto, através da Gerência de Tecnologia e Informação (GTI) e Gerência de Auditoria Médica, Odontológica e Medicina Social (GEAUD).

O próximo passo foi comparecer a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás em dezembro de 2008, para esclarecer os objetivos da pesquisa e solicitar ao Comandante Geral da Polícia Militar autorização para o livre acesso ao local de trabalho, conhecer as estruturas físicas, administrativas, realizar entrevistas e colher informações dos trabalhadores desta instituição. No presente mês foi expedido pelo Subcomandante – Geral da Polícia Militar um despacho à Gerência de Saúde – GS, para escalar um oficial do quadro de multiprofissionais para acompanhar a mestranda.

Em novembro de 2008, recebemos autorização do Centro de Estudos, Pesquisa e Prática Psicológica (CEPSI) da Universidade Católica de Goiás (UCG) para dentro das possibilidades da clínica-escola atender os participantes da pesquisa na garantia do sigilo e anonimato e por se tratar de pessoas portadoras de sofrimento mental.

Do total de 310 usuários de hospitais psiquiátricos conveniados com o Ipasgo no período de 2005 a 2007, o critério para a escolha dos sujeitos foram:

Estudo 1: Estudo do perfil do adoecimento psíquico da polícia Militar em Goiânia.

PM com no mínimo dois anos de profissão, ambos os sexos, tendo caracterizado o máximo de dez internações (a partir disto, o usuário é considerado crônico o que implicaria na impossibilidade da realização da pesquisa), faixa de rendimento, forma de admissão, tempo de serviço, atividades anteriores, cargo/função, setor de trabalho.

A tabela 1 apresenta a distribuição da amostra por variáveis demográficas e relacionadas as condições de vida e à estrutura ocupacional. A maior parte dos entrevistados era do sexo masculino (95,2%), tinha entre 41 a 45 anos (28,6%) ,

uma proporção igual entre 36 a 40 anos e 50 anos acima (23,8%) e era casada (81,0%). A maioria estava na patente de soldado (63,0%). Aproximadamente 88,1% tinha mais de 10 (dez) anos de serviço.

Tabela 1 - Distribuição de amostra por variáveis demográficas e relativas as condições de vidas e estrutura ocupacional

VARIÁVEIS	N = 84	PERCENTUAL %
SEXO		
Masculino	80	95,2
Feminino	4	4,8
TOTAL DAS VARIÁVEIS	84	100,0
IDADE		
31 - 35 anos	9	10,7
36 - 40 anos	20	23,8
41 - 45 anos	24	28,6
46 - 50 anos	11	13,1
50 - + anos	20	23,8
TOTAL DAS VARIÁVEIS	84	100,0
ESTADO CIVIL		
Solteiro	12	14,3
Casado	68	81,0
Divorciado	2	2,4
Viúvo	2	2,4
TOTAL DAS VARIÁVEIS	84	100,0
CARGO		
Soldado	53	63,1
Cabo	12	14,3
Sargento	13	15,5
Oficial	5	6,0
TOTAL DAS VARIÁVEIS	83	98,8
TEMPO DE SERVIÇO		
0 -13	1	1,2
3 - 5 anos	2	2,4
5 - 10 anos	6	7,1
10 - + anos	74	88,1
TOTAL DAS VARIÁVEIS	83	98,8

A tabela 2 mostra que dentre o total de 84 (oitenta e quatro) sujeitos o total de diagnósticos em internações hospitalares, considerando que os sujeitos possuem de uma até cinco internações, as três patologias mais prevalentes foram: o CID F10 – Transtornos mentais comportamentais devido ao uso de álcool (61,90%), seguida do CID F32 – Episódio depressivo (25,00%), mais o CID F33 – Transtorno depressivo recorrente (8, 33%) totalizando (33,38%) e o CID F20 – Esquizofrenia com (11,7%).

Tabela 2 - Prevalência das patologias segundo variáveis relativas ao perfil de internações

ITENS	DIAGNÓSTICO DE INTERNAÇÃO	PRIMEIRA INTERNAÇÃO	QUANTIDADE DE PACIENTES / DIAGNÓSTICO						QUANTIDADE DE PACIENTES / DIAGNÓSTICO EM %					
			D1	D2	D3	D4	D5	TOTAL	D1	D2	D3	D4	D5	TOTAL
1	F02.4 – Demência na Doença do HIV	0	1	0	0	0	0	1	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,19
2	F06 – Outros transtornos mentais lesão, disfunção cerebral e doença física	5	10	4	0	0	0	14	11,9	4,8	0,0	0,0	0,0	16,67
3	F10 – Transtornos mentais comport dev uso álcool	23	34	14	3	1	0	52	40,5	16,7	3,6	1,2	0,0	61,90
4	F11.9 – Transtorno mental ou comportamento não especificado – opinóides	0	1	0	0	0	0	1	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,19
5	F12 – Transtornos mentais comport dev uso canabinóides	0	0	1	0	0	0	1	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	1,19
6	F19 – Transtorno mental comportamental mult. Drog. Out. Subst. Psicoat	0	1	1	0	0	0	2	1,2	1,2	0,0	0,0	0,0	2,38
7	F20 – Esquizofrenia	3	11	3	4	1	0	19	13,1	3,6	4,8	1,2	0,0	22,62
8	F21 – Transtorno esquisotípico	0	0	1	0	0	0	1	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	1,19
9	F23 – Transtorno psicótico agudos e transitórios	1	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
10	F25 – Transtornos esquizoafetivos	1	1	1	0	0	0	2	1,2	1,2	0,0	0,0	0,0	2,38
11	F30 – Episódio maníaco	1	0	1	0	0	0	1	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	1,19
12	F31 – Transtorno afetivo bipolar	4	6	1	1	2	1	11	7,1	1,2	1,2	2,4	1,2	13,10
13	F32 – Episódio depressivo	12	13	4	4	0	0	21	15,5	4,8	4,8	0,0	0,0	25,00
14	F33 – Transtorno depressivo recorrente	3	4	2	0	1	0	7	4,8	2,4	0,0	1,2	0,0	8,33
15	F38.1 – Outros transtornos do humor recorrente	1	0	1	0	0	0	1	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	1,19
16	F40.9 – Transtornos fóbico-ansioso não especificado	0	0	1	0	0	0	1	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	1,19
17	F43 – Reações ao stress grave e transtorno. Adaptação	1	0	0	1	0	0	1	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	1,19
18	F60 – Transtorno específico da personalidade	1	1	1	0	0	0	2	1,2	1,2	0,0	0,0	0,0	2,38
	SEM DIAGNÓSTICOS	28	1	48	71	79	83	282	1,2	57,1	84,5	94,0	98,8	335,71
	TOTAL DE DIAGNÓSTICO DE INTERNAÇÃO	84	84	84	84	84	84		000	000	000	000	100,0	

O objetivo desse estudo foi identificar as patologias mais freqüentes, levantar o perfil do atendimento (internações) e relacionar as patologias com o tipo de atividade exercida quando das internações.

Os critérios de exclusão dos sujeitos foram os que tinham mais de dez internações, crises, os transtornos que possam ser enquadrados como lesão cerebral, doença orgânica, tumores, fichas com dados incompletos ou com problemas de preenchimento. O material do perfil foi colhido com base nos dados existentes nos arquivos do Ipasgo com garantia do anonimato o sigilo das informações.

Tabela 3 – Prevalência das patologias segundo variáveis relativas aos diagnósticos da primeira internação e os diagnósticos apresentados no período de 2005 a 2007.

PACIENTES	1ª INTERNAÇÃO	DIAGNÓSTICO DE INTERNAÇÃO NO PERÍODO 2005 À 2007				
		D1	D2	D3	D4	D5
S 62	2	2	2	3		
S 47	2	2	3			
S 36	2	2				
S 39	2	2				
S 79	2	2				
S 45	3	3	3	13		
S 7	3	3	3			
S 9	3	3	3			
S 23	3	3	3			
S 42	3	3	3			
S 65	3	3	6			
S 6	3	3	13			
S 16	3	3	18			
S 10	3	3				
S 13	3	3				
S 17	3	3				
S 19	3	3				
S 31	3	3				
S 44	3	3				
S 48	3	3				
S 51	3	3				

PACIENTES	1ª INTERNAÇÃO	DIAGNÓSTICO DE INTERNAÇÃO NO PERÍODO 2005 À 2007				
		D1	D2	D3	D4	D5
S 53	3	3				
S 59	3	3				
S 60	3	3				
S 68	3	3				
S 55	3	7	2	7	12	12
S 27	3	7	16			
S 84	3	14				
S 64	7	3	7	7	7	
S 66	7	7				
S 41	7	12	3	7	12	
S 82	9	9				
S 40	10	7	10			
S 58	11	2	11			
S 11	12	3	12			
S 20	12	12				
S 26	12	12				
S 73	12	12				
S 35	13	13	13	13		
S 71	13	13	13	13		
S 57	13	13	14	13		
S 2	13	13	-			
S 4	13	13				
S 22	13	13				
S 34	13	13				
S 37	13	13				
S 49	13	13				
S 69	13	13				
S 74	13	13				
S 72	13	14				
S 8	14	12	14			

PACIENTES	1ª INTERNAÇÃO	DIAGNÓSTICO DE INTERNAÇÃO NO PERÍODO 2005 À 2007				
		D1	D2	D3	D4	D5
S 52	14	14				
S 81	14	14				
S 54	15	13	15			
S 83	17	13	13	17		
S 32	18	18				
S 30	-	1	-	-		
S 76	-	2	2	7		
S 67	-	2	7			
S 15	-	2				
S 33	-	2				
S 28	-	3	3	3		
S 63	-	3	3	3	3	
S 24	-	3	3			
S 25	-	3	3			
S 38	-	3	3			
S 75	-	3	3			
S 77	-	3	3			
S 18	-	3				
S 21	-	3				
S 43	-	3				
S 56	-	3				
S 70	-	3				
S 14	-	4	5	12	14	
S 80	-	7	2			
S 78	-	7	7			
S 1	-	7	8			
S 5	-	7				
S 12	-	7				
S 29	-	7				

PACIENTES	1ª INTERNAÇÃO	DIAGNÓSTICO DE INTERNAÇÃO NO PERÍODO 2005 À 2007				
		D1	D2	D3	D4	D5
S 46	-	7				
S 61	-	10				
S 50	-	12				
S 3	-	-	-			

Verificou-se que dentre as 3 (três) patologias mais prevalentes, 23 (vinte e três) sujeitos diagnosticados com o CID F10 – Transtornos mentais comportamentais devido ao uso de álcool na primeira internação, 16 (dezesseis) sujeitos, continuaram com o mesmo diagnóstico no período estabelecido pela amostra. 3 (três) sujeitos tiveram o seu último diagnóstico o CID F32 – Episódio depressivo e o CID F33 – Transtorno depressivo recorrente. Nesta amostra verificou-se que 1(hum) sujeito alterou seu último diagnóstico para o CID F60 – Transtorno específico da personalidade. Houve mudança de diagnósticos em 2 (dois) sujeitos. Do diagnóstico da primeira internação, passou ao período posterior para o CID F20 – Esquizofrenia; CID F06 – Outros transtornos mentais, doença física; voltou ao CID F20 – Esquizofrenia e evoluiu para os CIDs F31 – Transtorno afetivo bipolar. O segundo sujeito evoluiu para o CID F20 – Esquizofrenia e o CID F40.9 – Transtorno fóbico - ansioso.

Especificamente foram 15 (quinze) os sujeitos diagnosticados com o CID F32 – Episódio depressivo e o CID F33 – Transtorno depressivo recorrente na primeira internação, 14 (quatorze) permaneceram com o diagnóstico. Apenas 1 (hum) evoluiu para o CID F31- Transtorno afetivo bipolar. O último diagnóstico aparece o CID F33 – Transtorno depressivo recorrente.

Os sujeitos diagnosticados na primeira internação com o CID F20 – Esquizofrenia somam 3 (três). Apenas 1 (hum) permanece com o mesmo diagnóstico. I (hum) sujeito evoluiu para o CID F 10- Transtornos mentais devido ao uso de álcool e o último diagnóstico volta a ser o CID F20 – Esquizofrenia. O outro sujeito evolui para o CID F31 – Transtorno afetivo bipolar, em seguida passa para o CID F10 – transtornos mentais devido ao uso de álcool, volta para o CID F20 – Esquizofrenia e a última internação com o CID F31 – transtorno afetivo bipolar.

Verificamos que os sujeitos que apareceram com o diagnóstico CID F20 – Esquizofrenia a partir do período de 2005, totalizam 7 (sete), 6 (seis) permanecem com o diagnóstico, 1 (hum), evoluiu para o CID F6 – Outros transtornos mentais, doença física. Num total de 10 (dez) sujeitos, 7 (sete) permaneceram com o mesmo diagnóstico.

Registrou-se da amostra estudada que a maioria dos sujeitos mantiveram o diagnóstico hospitalar constante da primeira internação ao último diagnóstico estabelecido pelo período estudado.

Estudo 2: dentre as fichas analisadas no estudo anterior num total de 84 sujeitos foi feita uma amostra, cômoda de 10 (dez) sujeitos que foram entrevistados através de entrevista semidiretivas onde foi apreendido como o policial percebe sua atividade real. A descrição do local de trabalho, sua relação no âmbito da autonomia x hierarquia. Investigar o nível de prazer e sofrimento em relação as atividades desenvolvidas na Corporação. Após a escolha da amostragem foi feito contato com os entrevistados por telefone para comparecer ao centro de Estudos, Pesquisa e Prática Psicológica-CEPSI da Universidade Católica de Goiás-UCG. A participação se deu mediante o consentimento livre e esclarecido e assinatura dos respectivos termos. As entrevistas foram individuais e gravadas com uma duração média de noventa minutos, tiveram em seu roteiro central as seguintes perguntas: Qual a história da atividade na PM? Porque e como entrou na polícia? Quais os sonhos, expectativas? O que acha das condições e organização do trabalho da PM? O que sentiu quando internou? Qual a história do adoecer? Existe alguma relação entre o seu trabalho e sua doença?

As informações obtidas foram mantidas em sigilo e não poderão ser consultadas por pessoas leigas. As fichas de policiais que internam pelo Ipasgo são conhecidas no RH da polícia militar. Essas fichas foram manipuladas em salas isoladas dentro da respectiva Instituição. A identificação do sujeito foi feita através de nome fictício. Buscamos local seguro com garantias de privacidade. O sujeito pode interromper a pesquisa em qualquer momento, caso desejasse. Caso houvesse alguma intercorrência, o sujeito seria encaminhado ao seu médico assistente que estaria informado sobre a pesquisa.

Os questionários, fitas e qualquer outro material de coleta de dados foram utilizados somente pelo pesquisador e ficarão trancados em armários de uso privativo por cinco anos, após esse período, os materiais serão incinerados.

O conteúdo das entrevistas foi constituída em torno dos seguintes eixos temáticos:

- a) História da atividade;
- b) Como a família vê o policial;
- c) Rotina de trabalho, condições de trabalho, organização do trabalho;
- d) Doença mental.

Os quais se desenvolvem nas seguintes categorias emergentes:

- a) Polícia, Poder e Respeito;
- b) Condições de Trabalho/ Equipamentos;
- c) Hierarquia/ Submissão;
- d) Organização do Trabalho/ Campo de Trabalho;
- e) Remuneração;
- f) Adoecimento;
- g) Descrição de doenças.

4.2 A REPRODUÇÃO DO TRABALHO E A SAÚDE MENTAL FRENTE À ATIVIDADE OCUPACIONAL

A análise das entrevistas apresentada neste capítulo expressa a percepção dos policiais quanto à realidade do seu trabalho. Os eixos temáticos e categorias emergentes apontam para aspectos constitutivos da relação da atividade do trabalho policial e o desencadeamento do sofrimento psíquico.

Categoria 1: Polícia, Poder e Respeito

Essa categoria expressa as manifestações dos entrevistados a respeito da concepção do trabalho. A questão dos sonhos, as expectativas, satisfação no trabalho policial. O que se pode evidenciar através das categorias desse eixo é o significado social de ser policial.

(...) Intuição, vocação, vontade própria mesmo (...) seguir carreira. É bom ser policial (S1).

(...) Emprego que oferece um serviço, ser um funcionário, ter o dinheiro no final do mês, cumprir as missões a mim atribuídas. Acho bonito, um trabalho diferenciado, você está de frente com a comunidade, o cidadão espera segurança (S2).

Ilusão, pressão psicológica, muita cobrança sem dá condição. Entrei na polícia por opção. O que eu tinha na cabeça é que era bem remunerada, os policiais fardados era bonito, farda respeitada. A PM foi ilusão para mim, eu pensava que seria solução, foi um problema de tudo (S3).

(...) Por ser alternativa no momento, não por vontade (S4).

Um modo de trabalho, de vivência, ganhar a vida (...) Ter emprego, garantia de sobrevivência, mais por isso (S5).

Eu gosto do meu serviço, combina comigo, com meu jeito não tenho muito medo (...) Sempre gostei de filme policial (S6)
Vocação, sonho de ser policial, prestar serviço para a comunidade. Gosto da Polícia Militar (...) a melhor coisa é quando eu visto a farda (..) o respeito pela farda (S8).

(...) Vocação (...) Tem tradição na família, respeito, serviço bom (...) É necessário para a sociedade. É segurança pública (S7).
Sempre gostei do serviço policial, o serviço é gratificante, apesar de ta difícil hoje trabalhar na rua, no serviço como todo, está muito estressante (S9).

A categoria *Polícia, Poder e Respeito* integra as manifestações dos entrevistados a respeito da profissão e são mencionadas a importância e o valor da existência do trabalho do policial para a sociedade, mesmo que em alguns depoimentos a forma de ingresso na polícia militar tenha sido como um emprego qualquer, uma forma de sobrevivência, a identidade do policial perpassa por uma valorização diferenciada de poder e respeito. Porém, na maioria dos casos aparece a pressão psicológica da atividade prescrita contida no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar. O descontentamento aparece em função da desvalorização e reconhecimento por parte da Corporação e da sociedade em muitos momentos.

Categoria 2: Condições de Trabalho / Equipamentos

Nessa categoria os depoimentos dos policiais demonstram em que condições materiais, técnicas, aspecto físico, posto de trabalho e segurança são desenvolvidas as atividades do dia-a-dia no policiamento ostensivo.

Péssimas, nunca teve condições de trabalho. Polícia faz milagre (...) A polícia nunca forneceu condições para o policial trabalhar (S2).

Em determinado tempo fui trabalhar com arma minha (...) A Polícia Militar fornecia era um revólver velho e com cinco munições. Hoje, deu uma melhorada porque eles trocaram o equipamento de armamento, mas pode ir no interior do Estado, quase todo revólver é velho (...) Está muito longe de ser melhorada (...) Tem lugar que se a polícia quiser fazer um serviço tem que ir no carro dele. Se ele tiver um carro (S3).

Hoje, o meu serviço (...) A situação nossa no Presídio é precária, não tem condições de nada, né? Isso aqui é complicado. É na base da conversa. Equipamento técnico, nada, nada, não temos nada para a segurança nossa, nem dos reeducandos. Aqui é na base do grito (S5).

Olha, a polícia oferece o colete e usa quem quer, mas é muito pesado ninguém consegue usar esse colete nesse sol quente, da problema renal, da problema na coluna. Mas armamento bom a gente tem, eu tenho uma pistola um ponto 40, mas tem colega que não tem. Eu acho que falta armamento não letal tipo o que o choque tem. Falta verba para muita coisa apesar de ter melhorado. Falta investimento nos batalhões (S6).

Hoje a polícia é mais preparada. Antigamente a situação era mais complicada (...) Ainda falta coisa para melhorar, muita coisa (S7).

Hoje, ainda falta empregar mais qualidade, mais instrução. Olha, de dois anos pra cá, nós conseguimos adquirir a pistola um ponto 40, já melhorou porque antes a gente trabalhava com 38. Mas só pistola em si e dois homens dentro de uma viaturinha pequena para atender todo e qualquer tipo de ocorrência é insuficiente, não adianta você pensar que vai poder chegar lá e resolver, dependendo da situação você não resolve, tem que esperar o pessoal especializado chegar e pedir ajuda a Deus (S8).

Olha, hoje ta até melhor, mas quando entrei era muito difícil, armamento ruim, não tínhamos colete, a viatura era ruim. Hoje tem viatura melhor, tem colete, tem um armamento melhor um pouquinho. Os armamentos melhores ficam nas unidades especializadas. Nós no trabalho na rua, fazendo ocorrência corriqueira, não temos um tipo de armamento mais pesado para pegar um confronto (...) Hoje nós temos uma pistola, melhorou um pouquinho. As viaturas deveriam ser toda equipada como essas unidades que eu te falei (...) Nós também temos os mesmos tipos de ocorrência e em condições menos favoráveis (S9).

A segunda categoria, *Condições de Trabalho / Equipamentos* mostra a dificuldade do policial em exercer a atividade cotidiana de polícia ostensiva. As condições materiais, apesar de terem melhorado de uns tempos pra cá em face de precarização dos equipamentos de outrora, de acordo com a maioria dos relatos, sempre foram deficitários e não garantem a segurança necessária para os próprios policiais e também para o trabalho de preservação da ordem pública, além da falta de aperfeiçoamento profissional para atender adequadamente a demanda da comunidade. Falta ainda incremento tecnológico e investimentos nos batalhões. O policial nessas condições é forçado a enfrentar as ocorrências com as condições que tem, tornando-se um profissional que está sempre em condições de vulnerabilidade oriunda das próprias características da profissão e também das condições de trabalho.

Categoria 3: *Hierarquia/Submissão*

Essa categoria integra relatos que manifestam a tensão vivenciada entre as categorias de policiais que constitui os círculos de patentes que integram o quadro de profissionais da polícia militar. A divisão do trabalho, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade.

A hierarquia nunca acaba, porque é militarismo. Você ingressa já sabendo que vai ser um militar. A hierarquia é o respeito de uma patente para outra (S1).

(...) Frágil, porque o cidadão passa a ser seu superior hierárquico por algum motivo ou outro foi promovido sem saber o que tem que fazer e quer que o subordinado faça (...) na maioria das vezes é despreparado para comandar, se tivesse critério para se chefe seria bom. Isso resulta em desentendimento, num trabalho incorreto. O relacionamento militar é obrigatório, um relacionamento obrigatório não é espontâneo. (...) Eu sou o tenente, você é o sargento, você faz o que eu mandar e mesmo que eu esteja errado, você cumpre o que eu estou mandando. Falta humanidade na PM (S2).

(...) Uma boa parte ainda são humanos (...) Falta respeito (...) Perseguições (...) É, se mexer com o superior você pega uma hora e aí depois? Ele vai continuar te perseguindo. Eles não se respeitam. Um vive derrubando outro. O que você acha? Um soldado mexer com um oficial, ou um graduado? Você vai perseguido o resto da vida (S3).

A hierarquia tem que seguir a risca. A disciplina, quem tá de serviço é trinta anos dentro dela. Há punição (...) a punição maior é a pressão em cima do policial, mas hoje em dia isso está acabando (S5).

Ah, eu acho que acontece muitos abusos, sabe! Eu acho que a hierarquia é necessária não só para a polícia militar, mas em qualquer empresa (...) Só que na polícia não acontece de ter um superior mais inteligente que você. É melhor de serviço que você e as vezes é obrigado a receber ordens de uma pessoa que sabe muito menos que você (S6).

Muito rígida. A hierarquia antigamente era mais rígida ainda. Hoje está melhor a convivência. Antigamente tinha uma truculência maior com o superior, esse tipo de coisa... Comandante é comandante, se não cumprisse ordem... Mas agora o comandante não têm aquela rigidez de antigamente (S7).

(...) A hierarquia, ela até que é boa, tem que ter, mas é exagerada, eu acho muito exagerada...Rígida, muito rígida. Eu acho que faz é atrapalhar o serviço. (...) O relacionamento com os colegas de modo geral é ruim, por causa justamente dessa hierarquia aí. A gente que trabalha na rua é muito cobrado. É muito chefe para pouca pessoa. É cobrado, toda hora, isso vai estressando a gente, né? (S9).

A categoria Hierarquia, Submissão a partir dos depoimentos aponta as dificuldades de relacionamento em decorrência da estrutura hierárquica, junto com uma grande distância entre uma patente e outra. Os regulamentos disciplinares punem com rigor o comportamento dentro da corporação. As atividades dos

policiais são desenvolvidas sempre sob comando hierárquico onde a cobrança é muito grande e exige-se pronta obediência no cumprimento das tarefas, culminando assim em uma pressão muito grande para o policial. Nesse sentido, apesar de aparecer em vários relatos dos entrevistados a importância da hierarquia, a forma como é desenvolvida na polícia militar é excessiva, a qual compromete o bom andamento do trabalho.

Categoria 4: *Organização do Trabalho/Campo de Trabalho*

Esta categoria agrupa manifestações dos policiais que revela os aspectos da rotina de trabalho em relação ao ambiente físico, com excesso de ruídos, calor, carga horária, entre outros que determinam o desgaste físico do trabalhador e podem ocasionar fadiga e desencadear estresse.

Apesar de estressante, sempre fiz coisa que me senti bem (S2).

A atividade, oh! Era bem cansativa... O horário era de expediente, só que a gente pegava as escalas extras... Uma vez chegamos a trabalhar 18h em pé (...) eu tive sorte, porque tive um comandante muito compreensivo, achava diferente de muitos oficiais, né? (S6).

O policial em geral de serviço de rua trabalha muito, descansa pouco. O policial tem que estar sempre preparado para ser chamado a qualquer hora, né? (S7).

A rotina da rua é muito estressante. A carga horária, a minha escala no trabalho é de 12 e 36. Se trabalhar 12h, *stress* total o dia todo. As 36h você não fica livre (...) você tem problemas particular pra resolver. Você não descansa totalmente (...) existe uma sobrecarga de trabalho. Agora foi criado pelo comando da polícia um serviço extra remunerado (...) acaba não folgando essa 36h (...) Mesmo estando de folga, mesmo não querendo, não completou o número de policial que precisa ser escalado (...)e isso é corriqueiro. Eles criam essa "tática" de serviço extra remunerado pra poder ta sanando esse problema, mas o problema do trabalho, não do policial, né? (S9).

A quarta categoria referente à *Organização do Trabalho/Campo de Trabalho*, os policiais afirmam viver numa rotina muito cansativa. O serviço de policiamento ostensivo depara-se com situações bastante diversificadas e momentos em que colocam em risco a sua própria vida ou de outras pessoas. A maioria não possui horários predeterminados, não tem uma jornada fixa, principalmente para o término do serviço, só sai do trabalho quando a tarefa termina. O policial deve estar à disposição da Corporação vinte e quatro horas, conforme estabelecido no Estatuto do policial militar do Estado de Goiás (1975). Isso, por si só já traz uma tensão física e psicológica enorme. Além disso, grande parte dos policiais trabalha por

escalas que podem atingir as noites e os finais de semana e por falta de contingentes suficientes para atender a demanda para a segurança pública, tem que voltar às atividades mesmo estando no período de folga, ou seja cumpre escalas extras. A sobrecarga de trabalho e a falta de descanso na atividade laboral do policial traz grandes prejuízos à sua saúde física e mental.

Categoria 5: *Remuneração*

A categoria *Remuneração* é um outro aspecto que se articula com as condições de trabalho, que expressa um outro lado das motivações, reconhecimento, garantia de bem estar necessária ao desempenho, produção do trabalho policial.

O salário sempre foi ruim, o policial que queria uma coisinha a mais, sempre teve que ter atividades por fora. Hoje, já tem dentro da polícia, o governo da condição pra você ter outra remuneração, você trabalha na sua escala e na folga pode tirar outro trabalho na própria polícia (...) de uns oito anos pra cá que o policial teve um reconhecimento salarial (...) você toca a vida, mantém a despesa (S2).

(...) O policial tem bico fora, as vezes o bico é maior que o salário da polícia, como o governo não dá condição, o salário é insuficiente (...) o policial pra não se vender (...) E fazer bandidagem, ele vai trabalhar de segurança num hotel, vai trabalhar de segurança no comércio, você entendeu? (S3).

(...) O salário não é dos piores, também não é dos melhores, se melhorar um pouco, bom demais. Antes o salário era baixo. Você chegava numa loja para comprar alguma coisa, até o vendedor corria de você, sabia que não tinha um salário bom (...) Já mudo muito (S8).

O nosso salário não atrasa, isto eu acho fundamental, não que a gente recebe bem, mas... O salário era muito baixo, aumentou muito foi os dos oficiais (...) para os soldados nem tanto, porque eu acho que nós merecemos ter um aumento bem maior, porque quem trabalha na rua somos nós, né? Agora tem o tal Batalhão virtual que eu acho um absurdo aquilo... Oito reais a hora. É um serviço extra que a gente dá o nome pra trabalhar e recebe depois, vem no nosso contra cheque, com se fosse um serviço extra. Eu acho assim, o policial querendo ou não vai trabalhar muito mais, né? Se ganhasse melhor não precisava (...) a hora extra compromete particularmente num cansaço, fadiga. Eu acho que o governo está aproveitando, porque precisa, não tem policial efetivo e como o governo não contrata, aí ele oferece o serviço extra (...) um serviço barato (S6).

Essa categoria conforme os relatos dos policiais, além de estar em consonância com a categoria *Condições de Trabalho/Equipamentos* articula-se também com a categoria *Organização do Trabalho/Campo de Trabalho* no que se refere às escalas extras. Aqui aparece como forma de complementarização do

salário que em vários depoimentos apontam para uma história de baixos rendimentos da categoria, apesar de ter tido uma melhora de uns tempos para cá. O que chama a atenção é o fornecimento da própria Corporação desses “abonos” salariais com o intuito também de resolver um problema estrutural político e econômico do Estado devido a uma carência de profissionais efetivos. A conseqüência é o impacto deste aspecto na vida dos policiais, tanto no âmbito do trabalho quanto na esfera da vida privada, especialmente os que trabalham na rua e aproveitam seus horários de folga para trabalhar em outros locais. O que temos é um sistema salarial que se opõe à garantia de sobrevivência e que traduz um empobrecimento da classe trabalhadora.

Categoria 6: *Adoecimento*

Adoecimento é uma categoria que demonstra a história do adoecer do policial. Aspectos que poderiam estar desencadeando um processo de sofrimento psíquico relacionado as atividades no trabalho. Como o policial percebe as pressões no trabalho, exigindo estar em atitude permanentemente em alerta, sobretudo, às situações inesperadas que enfrentam.

Fui internado muitas vezes, arreventado lá no fundo do poço (...) quando o cidadão vai procurar uma válvula de escape, vai procurar uma droga liberada e beber até você ficar fora de si (...) de uma forma ou de outra teve relação com o meu trabalho. Eu considero mais o trabalho. A polícia tem um diferencial, convive com diversas formas de gente. Alguém que vem te mandar, que não tem competência (...) traz uma revolta grande demais, sabe? um militarismo arcaico. Quem tem o poder de por a arma na cintura? É o policial, isso é todo dia, ninguém sabe o que essa sensação causa no policial, por isso nestas clínicas só tem polícia internada (S2).

Por acúmulo de serviço sofri um AVC, tive que ser desligado de imediato das funções, aí começou a causar depressão pó ter ficado fora das atividades normais da vida, não só da polícia, da vida totalmente (...) O que culminou na internação foi um conjunto de problemas e o mais decisivo foi pressão psicológica, porque eu nunca tive pressão alterada. Eu estava tendo perseguições, tentaram me matar muitas vezes, no trabalho e fora também, mas relacionados as atividades de policial. (...) A polícia, eu pensei que poderia ser solução, virou traumatismo (...) Não tem como resgatar foi muitos anos de percas, só mais perdas do que ganhei (S3).

(...) vai indo chega um ponto que a gente estoura, mais ou menos por aí (...) o *stress* do serviço, né? É o trabalho, a rotina. Ah! Eu não estava mais querendo vestir a farda, estava querendo só sumir (...) estava angustiado com tudo, a situação no trabalho, a rotina nossa é muito... Só cobrança, melhoria nada. O policial militar entra na polícia com uma cabeça e sai com outra pior. A hierarquia é pesada, a disciplina, o regime, nós temos que obedecer e pronto. Às vezes não dá condições para que a gente possa desenvolver essa ordem deles (S5).

Eu fiquei internado já pela quarta vez. É um problema de *stress*, do dia a dia do serviço (...) eu tive depressão. A primeira vez eu tava com problema de depressão e não tinha crise, ela passava, teve um dia que um dos meus superiores me torrou a paciência demais aí eu acabei, não dei conta de trabalhar. Eu tinha episódios de depressão (...) agora tem vez que da crise em mim, eu fico até vinte, trinta dias. Eu creio que é por causa do serviço mesmo, a rotina (...) até hoje to tratando. Com certeza tem relação totalmente com o trabalho. A cobrança dos superiores, a rotina da rua, que é muito estressante, a carga horária... (S9).

(...) na maior parte da sua vida vivi em prol da polícia, né? Acho que a minha mania de querer ser correto demais, terminar o serviço. Era anos demais por aquilo que você fazia (...) todo os problemas que eu tenho hoje, veio de eu ter esquecido de mim e ter trabalhado muito. Eu acho que deveria o comando verificar mais dentro das unidades, mandar fazer avaliação dentre aqueles policiais que se destacam, né? Destaquei no serviço várias vezes, eu nunca recebi uma condecoração. Eles dão elogio, vai pra ficha, mas fica guardado, né? Acho que a gratificação... ele ser reconhecido, ser promovido. Eu acho que eu deveria ser reconhecido na minha honestidade, pelos meus bons serviços. O médico da polícia nunca me perguntou porque dessa depressão, só o médico externo. A psicóloga me reprovou, disse que tinha que continuar no serviço administrativo, mas eu não tive um diálogo com ela. A depressão voltou e me internei novamente (S8).

Para os policiais entrevistados a categoria *Adoecimento* expressa a relação de satisfação diante da organização do trabalho da polícia militar. Os aspectos levantados pelos policiais que passaram ou está passando por um processo de sofrimento mental que resultou em internação psiquiátrica apontam para uma dificuldade em vivenciar situações onde não foi possível fazer uso do controle interno do sujeito. As múltiplas determinações do contexto de trabalho (físicas, organizacionais, materiais, sociais, etc.) que podem ter diferentes interlocutores e ser mediada por distintas necessidades facilitando ou dificultando essas condições parecem ter tido uma forte influência no desencadeamento da sua doença mental. O confronto com essa carga de trabalho e as vivências de prazer-sofrimento teve como resultado um impacto no seu bem-estar psíquico.

Categoria 7: Descrição de Doenças

Essa categoria expressa os tipos de doenças mentais que aparecem no decorrer da fala dos entrevistados. O grau de percepção e de conhecimento que o policial tem de sua própria doença.

De 09 sujeitos entrevistados, 03 (três) disseram fazer uso de álcool, 03 (três) dizem sofrer de depressão, 01 (um) diz ter começado com *stress*, passou a beber e veio a depressão, 01 (um) sofreu um acidente vascular cerebral-AVC e passou a ter depressão e 01 (um) afirma ter sido internado *por insônia*.

A categoria *Descrição de Doenças* apresenta dados a partir dos depoimentos dos policiais, verificou-se em várias situações uma certa diferença entre o conhecimento dos entrevistados sobre sua doença e o diagnóstico apresentado nos documentos fornecidos pelo Ipasgo. E também uma evolução de diferentes patologias no desencadeamento da doença mental no mesmo sujeito.

O S1 diz ter sido internado por uso de bebida, correspondendo ao CID F10 fornecido pelo Ipasgo. O S2 relatou ter sido internado por alcoolismo, em documentos do Ipasgo sua primeira e sucessivas internações correspondem ao CID F32, episódios depressivos. O S3 sofreu um AVC, CID F06, a depressão não consta como internação. O S04 diz fazer tratamento para alcoolismo, em seus CIDs aparecem a doença de esquizofrenia, transtornos afetivos bipolar, uso de bebida alcoólica. O S5 relatou ter depressão, o CID da primeira e segunda internação aparece como uso de bebida alcoólica. O S6 diz ter sido internado com depressão, nos dois CIDs apresentados consta o diagnóstico de transtorno específico da personalidade. No depoimento do S7 consta ter problema de insônia, em seus dois diagnósticos de internação aparece como transtorno afetivo bipolar. O S8 declarou sofrer de *stress*, fazer uso de bebida alcoólica e depressão, em seus CDs constam reação ao *stress* grave e transtorno de adaptação, episódios depressivos e transtorno afetivo bipolar. O diagnóstico de depressão do S9 corresponde com o seu depoimento e seus CIDs

4.3 ATIVIDADE POLICIAL: ROMPENDO COM O SENTIDO DO TRABALHO

As entrevistas são o ponto alto desse estudo. Para reinterpretar seu conteúdo foi articulado o material com a descrição do trabalho prescrito e as reflexões acerca da organização do trabalho policial, com os meus comentários e os dos policiais, com o referencial teórico de sustentação do estudo, de forma a discutir a relação entre as condições e a organização do trabalho e a doença mental.

O eixo do sofrimento psíquico do policial militar reside, na minha visão, no processo permanente da tensão entre o engajamento da personalidade para responder a uma tarefa estabelecida por pressões materiais e estruturais. Tal eixo e os demais aspectos se articulam numa rede complexa que envolve a vivência cotidiana do profissional de segurança pública.

Ao analisar a categoria *Polícia, Poder e Respeito* retratam-se vários elementos utilizados pelos entrevistados na composição de uma significativa relação da identidade do trabalho policial relacionada com a valorização social e a frustração das suas expectativas em relação à valorização do profissional e do trabalhador.

Essa tensão remete à definição de identidade e trabalho que segundo Jacques (s/d), propõe uma noção de estabilidade que se contrapõe a processualidade e o caráter de construção permanente. A articulação entre identidade e trabalho vem de uma tradição que confere ao papel social expressividade na constituição da identidade. A importância e exaltação máximas conferidas ao trabalho na sociedade concedem ao papel de trabalhador lugar de destaque entre os papéis sociais representados do eu. Em seu estudo Jacques observou que na prática em tratamento ambulatoriais psiquiátricos, há a presença de transtornos psíquicos, intimamente associados com a trajetória da vida laboral e com ameaças à identidade de trabalhador.

Nesse âmbito, Codo, Sampaio e Hitomi (1994) entendem que para compreender a constituição da identidade do trabalhador na sociedade capitalista é necessário apreender o conceito de classe social em sua complexidade concreta e considerar a subjetividade, as representações, os conflitos; representações em confronto com condições materiais e o modo como se expressam no cotidiano. A partir da investigação do processo de trabalho pode-se reconstruir seu fazer e sua consciência. A condição de sujeito determinado perante o capital acaba por delimitar o seu saber e o fazer. Nessa dimensão se explicita e reunidos expressarão sua condição de existência enquanto trabalhadores assalariados em geral, enquanto trabalhadores singulares de perfil produtivo diferenciado. O que pode interessar à psicopatologia é exatamente como esse saber produtivo se realiza ao nível do cotidiano de cada indivíduo trabalhador assalariado e no que o seu dia-a-dia transforma esse saber e seu potencial transformador. Então, uma pergunta importante à qual este trabalho visa contribuir é: o que, na atividade do policial, não lhe parece fazer sentido?

Dejours (2004) afirma que o fato de trabalhar gestos, saber – fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações é o poder de sentir, de pensar e de inventar, ou seja, o trabalho não é em primeira instância a relação salarial ou emprego.

Trabalhar é um certo modo de engajamento da personalidade para responder a uma tarefa. Existe sempre uma discrepância entre o prescrito e a realidade concreta da situação. Trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o real. O caminho a ser percorrido entre o prescrito e o real deve ser, a cada momento, inventado ou descoberto pelo sujeito e o que o sujeito deve acrescentar às prescrições para atingir os objetivos que lhes são designados. É sempre afetivamente que o real do mundo se apresenta para o sujeito.

Desse modo, a análise do sujeito dessa pesquisa foi tomada pela sua individualidade histórica. Cada policial, em sua singularidade como referência de seu próprio fazer e a forma de apropriação desse desenvolver produtivo pelo modo de produção capitalista. Essas considerações apontam a pertinência da articulação entre identidade e trabalho. E também pela constatação de Jacques (s/d) de que em escala mundial, são as doenças psiquiátricas e as doenças somáticas, os motivos principais de afastamento ou não, do trabalho, aliadas à presença de morte por excesso de trabalho, quer se considere a identidade psicológica, quer se considere a identidade social. Nessa tentativa de articular a identidade (ser individual) e as pressões (de caráter social ou coletivo), o policial configurado em uma série de mecanismo reativos e defensivos expressos muitas vezes na forma de comportamento são capazes de lançá-los fora de uma zona intermediária entre o bem estar psíquico chegando a doença mental.

A categoria *Condições de Trabalho/Equipamentos* possibilitou levantar os principais fatores que caracterizam as condições de trabalho dos policiais militares. Eles expressam a dimensão material e instrumental do trabalho e funcionam como elementos estruturadores das estratégias operatórias dos sujeitos para responder às exigências do trabalho prescrito. Constatou-se grande deficiência por parte de equipamentos que deixam os policiais em situação de vulnerabilidade e de promover com maior eficácia e segurança seu ofício de guardião da sociedade. Os limites constatados em geral foram os armamentos utilizados, eram antigos, tendo sido renovados há pouco tempo, mesmo assim não acompanham a evolução tecnológica desenvolvida atualmente no setor de segurança. A improvisação e a criatividade constituem a principal característica do fazer profissional. Tais limites das condições de trabalho reduzem a qualidade dos serviços prestados pela instituição e repercutem negativamente nas situações de atendimento à sociedade, contribuindo para distanciar a integração do trabalho da polícia e a comunidade.

Nessa perspectiva, o trabalho do policial que tem como seu empregador o Estado, também é atingido pelas novas condições marcadas por formas flexíveis de trabalho. Segundo Antunes (2000), o trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos comércio, serviços públicos, etc., não criam diretamente valor. Constituem em geral um seguimento assalariado, agente não produtivo, geradores de antivalor no processo de trabalho capitalista, mas que vivenciam as mesmas premissas e se encontram sobre os mesmos fundamentos materiais, entretanto, são vitais para a sobrevivência do sistema, bem como a crescente subordinação do setor de serviços as mutações organizacionais e tecnológicas, as novas forma de gestão, aproxima-se cada vez mais da lógica e da racionalidade do mundo produtivo.

O processo de precarização do trabalho como produto da disseminação da lógica industrial e do trabalho abstrato, não significa necessariamente desqualificação da força de trabalho vivo, porém, este processo atinge, de forma ampliada, a subjetividade do trabalho, tendo em vista que o capitalismo do século XXI ampliou as possibilidades concretas de individualização social, um dos nexos mais amplos do estranhamento. O reverso subjetivo da implicação estranhada é a proliferação da “doença da alma” e do estresse. A maior incidência das doenças psicológicas do trabalho dizem respeito à mente e não a do corpo (Alves, 2007).

A polícia é uma organização de trabalho que tem a função de prestar um serviço – segurança pública. O policial está constantemente expondo seu trabalho a críticas diretas da comunidade, assim, coloca-se entre outras questões a qualidade dos serviços prestados o que vem sendo muito discutida atualmente, em função dos altos índices de violência e criminalidade. Na prestação dos serviços, a qualidade depende diretamente e unicamente do policial. As condições de trabalho podem facilitar ou dificultar. Desse modo, o nível de exigência e de tensão para o trabalhador é muito grande em função dessa demanda, precisa estar bem do ponto de vista emocional para estar em condições de desempenhar sua função adequadamente para responder às necessidades da sociedade. O policial diante de uma demanda que não pode ser atingida por causa das condições organizacionais pode ignorar, se conseguir ou tentar por si mesmo fazer aquilo que estiver ao seu alcance. De qualquer modo, é dele a angústia de lidar com a dificuldade de atender às necessidades trazidas para seu o espaço de trabalho.

As condições de trabalho são claramente apontadas pelos trabalhadores como fonte de perigo para o corpo. Se a relação corpo muitas vezes é estudada corretamente, ao contrário, nunca se faz menção das repercussões do perigo real a nível mental, da carga psíquica inerente ao trabalho perigoso que, entretanto, faz parte do desgaste do organismo. O medo relativo ao risco pode ficar sensivelmente amplificado pelo desconhecimento dos limites deste risco ou ignorância dos métodos de prevenção eficazes. Além de ser um índice de multiplicação do medo, a ignorância aumenta também o custo mental ou psíquico do trabalho (Dejours, 2001). Soratto e Olivier- Heckler (1999) ressaltam que tão importantes como salário e carreira são as condições de trabalho. O desgaste a que trabalho e trabalhador se submetem perante a falta de condições de trabalho para a realização da atividade pesa na balança e, nos dias de hoje, tendem a pesar cada vez mais.

A análise da categoria *Hierarquia, Submissão* possibilita compreender como se constitui a zona de tensão entre as relações de trabalho que se estabelecem na estrutura organizacional referente a divisão do trabalho e a composição dos círculos de hierarquia existentes na polícia militar, visto as manifestações aí agrupadas revelam a dificuldade dos policiais em agüentar as pressões do treinamento da organização, assim como as pressões exercidas no cotidiano para a execução das suas tarefas. Esse efeito evidencia-se na afirmação dos entrevistados de que, quanto maior a pressão do comando mais os policiais se sentem subjugados. Se num primeiro momento, essa interpretação dos policiais sugere um processo de identificação com as prescrições para o trabalho, seus depoimentos apontam que quanto mais rígido é o treinamento destinado ao cumprimento à risca das prescrições, maiores são as chances do policial sofrer *desvio de comportamento*⁵ no trabalho.

Agravando o nível já bastante elevado de controle exercido pela Organização policial, nas entrevistas pode-se constatar ainda que causa indignação para o policial ser comandado muitas vezes por superiores considerados por eles despreparados para a função, ocupando aquele cargo por variados motivos. No Regulamento Disciplinar da Polícia militar deve-se prontidão na obediência, executar a risca a prescrição das tarefas estabelecidas pelo superior hierárquico. Neste sentido, a falta de participação dos policiais no planejamento das tarefas,

⁵ Conforme pude verificar nos depoimentos dos entrevistados, a expressão “desvio de comportamento” é costumeiramente usado pelos policiais para designar problemas de saúde mental e “desvio de conduta” para designar transgressões disciplinares.

aproveitando a sua experiência prática, muitas vezes de anos, culmina em algumas situações em um trabalho “incorreto”, tem sido motivo de muito sofrimento para o policial.

O eixo central dessa categoria baseia-se no estado permanente de poder e controle. Segundo Dejours (2001), o fato de poder ser controlado a qualquer momento, de certo modo é a construção artificial de um autocontrole. Pois ter medo de ser vigiado é vigiar-se a si mesmo. O medo e a ansiedade são os meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos. Num primeiro momento, aparece a ansiedade: agir conforme as ordens recebidas, obedecer e proteger-se da ansiedade originada pelo risco de ser pego em erro. O sofrimento resultante do conteúdo vazio de sentido da tarefa, a propósito do trabalho como protótipo de um sistema disciplinar, e a propósito dos comportamentos condicionados, há um compromisso entre um “bem estar” em relação ao esforço requerido pela auto-repressão consciente, e um “bem estar menor” em relação a vida psíquica. O condicionamento constitui, de certa forma, a sintomatologia da neurose marcada pela organização do trabalho. Para esse autor, quanto mais a organização do trabalho for rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo. Correlativamente o sofrimento aumenta.

O sofrimento proveniente do pouco conteúdo significativo do trabalho taylorizado não é mais mistério e resulta na inadequação da relação homem-conteúdo ergonômico do trabalho, no entanto, a intervenção ergonômica não atinge a situação de trabalho em profundidade. De uma relação desarmoniosa entre o conteúdo do trabalho e a estrutura da personalidade pode emergir uma insatisfação e, conseqüentemente, um sofrimento que são de natureza mental e não física. Assim, as exigências da tarefa são do ponto de vista ergonômico, é preciso também considerar, a partir da estrutura da personalidade de cada indivíduo. A carga de trabalho psíquica representada pelo sofrimento proveniente de um desconforto coloca o trabalhador e sua personalidade a prova de uma realidade material, primeiramente. O conflito não é outro senão o que opõe o homem à organização do trabalho, na medida em que a o conteúdo ergonômico do trabalho resulta da divisão do trabalho. No centro da relação saúde-trabalho, a vivência do trabalhador ocupa um lugar particular que lhe é conferido pela posição privilegiada do aparelho psíquico na economia psicossomática (Dejours, 2001).

Nos depoimentos dos entrevistados evidenciam-se as contradições vivenciadas pelos policiais quando ingressam no serviço militar. A maioria busca o reconhecimento, a respeitabilidade social, representada pelo poder simbólico da farda e da arma. Porém, suas expectativas chocam-se com a realidade do trabalho, quando são desconsiderados os elementos de sua identidade como policial. No desenvolvimento das relações nos círculos hierárquicos o policial é tratado muitas vezes com humilhação, submissão, sem direito a questionamentos, rompe-se os elementos de sua identidade como policial, considerado importante no seu imaginário como profissional de segurança. Os policiais atestam que o mesmo sistema de controle, que visa garantir a realização das prescrições do trabalho produz uma menor eficácia na qualidade do serviço. Além disso, a tática utilizada para conter as transgressões, traduzidas em punições, é expressa em problemas psicossomáticos em resposta individual à violência.

Nessa perspectiva, Dejours (2009) afirma que certos sujeitos, colocados em impasse em uma situação que transborda suas capacidades de resistência psíquica são permeados por moções violentas inconscientes que se traduzem por outras formas clínicas de compulsão: delírio psicótico, alucinações, depressão aguda, bulimia, etc. o autor ressalta que tem defendido a tese do papel da violência nos processos de somatização e que a mesma ocupa um lugar muito importante na psicopatologia não neurótica. A violência são “escolhas” conscientemente ou inconscientemente para não ceder a passagem ao ato violento precisamente. Estas descompensações são formas individuais de alternativa à violência que fica contida no sujeito.

Associada a categoria *Condições de Trabalho/ Equipamentos* a percepção da falta de infra-estrutura no desenvolvimento da atividade policial surge como um elemento a compor a tensão no trabalho policial a categoria *Organização do Trabalho/ Campo de Trabalho*, expressa aspectos do conteúdo da tarefa policial, considerando a especificidade violenta e arriscada. Constatam-se nos relatos dos policiais que sua rotina de trabalho é muito cansativa, com carga horária pesada, o policial cumpre sua escala de serviço e corriqueiramente volta a trabalhar nas folgas para complementação do baixo salário e cobrir lacunas na deficiência de contingente suficiente para atender as demandas sociais, pois, consta no Estatuto da Polícia militar do Estado de Goiás que o policial deve estar disponível 24 horas ao dia para qualquer eventualidade. Dessa forma, fica comprometido o descanso

necessário para enfrentar a rotina de trabalho de policiamento ostensivo, já muito desgastante. A sobrecarga de trabalho advinda dessas condições geradas do processo de trabalho intensivo propicia o desenvolvimento de doenças físicas e podem levar a perturbações psíquicas.

Marx (2008) afirma que durante o dia natural de 24 horas, só pode um homem despendar determinada quantidade de força de trabalho. Durante uma parte do dia, o trabalhador deve descansar, dormir; durante outra, tem de satisfazer necessidades físicas alimentar-se, lavar-se, vestir-se etc. Além de encontrar esse limite puramente físico. O prolongamento da jornada de trabalho esbarra em fronteiras morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais cuja extensão são determinados pelo nível geral de civilização.

Garcia (1989) apoiando-se nas reflexões de Sigerist observa que a história demonstra como a alienação do homem tem brutalizado tanto o trabalho que, em lugar de recompensar-nos com saúde, muitas vezes nos castiga com doenças. O trabalho excessivo, que não se compensa em forma devida com descanso e lazer, afeta o organismo e a mente e abate a resistência natural do homem. Nessa perspectiva, o autor salienta que a fadiga adquire um significado psicossocial. Apresenta-se como totalizante e crônica, não aliviada pelo sono, que resulta alterando, e invadindo a vida do indivíduo mesmo fora do trabalho. A inutilidade e falta de sentido no trabalho encontra-se no centro desta concepção, da qual se origina a proposição de realizar mudanças na organização do trabalho, que permitem despertar o interesse do trabalhador.

A tensão proveniente da sobrecarga de trabalho parece localizar-se, na percepção do policial que se encontra permanentemente em risco no serviço e até fora dele, necessitando mobilizar-se para a realização da tarefa controlando seus sentimentos, principalmente o medo. Articula-se a isso a necessidade de defesas para o enfrentamento das tarefas o que aponta para uma dimensão de obstrução da capacidade criativa e imaginativa proveniente do conteúdo da tarefa. A zona de tensão do policial parece situar-se, exatamente, na necessidade de gerenciar a manifestação de seus sentimentos.

Ao invés de fazer referência à noção de carga psíquica do trabalho, é melhor interrogar-se sobre o custo humano da insatisfação. A organização do trabalho, concebida por um serviço especializado da empresa, estranho aos trabalhadores, choca-se frontalmente com a vida mental e, mais precisamente, com a esfera das

aspirações, das motivações e dos desejos. Num trabalho rigidamente organizado, mesmo se ele não for muito dividido, nenhuma adaptação do trabalho à personalidade é possível. Mesmo as más condições de trabalho são, no conjunto, menos temíveis do que uma organização de trabalho rígida e imutável. O sofrimento começa quando a relação homem- organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador usou de tudo de que dispunha de saber e de poder na organização do trabalho e quando ele não pode mais mudar de tarefa, ou seja, quando foram esgotados os meios de defesa contra a exigência física. Não são as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento, mas a certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento (Dejours, 2001).

Assim, no caso específico da intensificação do trabalho, por causa do aumento da carga horária e da fadiga, a tensão associada à necessidade de suportar as exigências das tarefas associadas às dificuldades das relações de trabalho (cobranças, desconfiança, arbitrariedade das prescrições das tarefas, etc.) parecem apontar para a dificuldade que o policial encontra para reagir a capacidade de enfrentar o trabalho arriscado.

A análise da categoria *Remuneração* permite ressaltar que é tão importante quanto as condições de trabalho e a carreira. Nos relatos das entrevistas, observou-se que os policiais atualmente não se sentem tão prejudicados em relação ao salário, como eles dizem: “dá para as despesas”, mas isto se evidencia porque há alguns anos atrás a remuneração era tão baixa que segundo depoimentos havia policiais que passavam fome. Expressa-se também o sentimento de injustiça quanto a diferença salarial em relação aos oficiais, principalmente levando-se em consideração a atividade de policiamento ostensivo, a qual acham merecer aumento bem maior, porque quem trabalha na rua e respondem pelos atos são eles .

Os policiais são trabalhadores inseridos em uma sociedade capitalista, vendem sua força de trabalho e o preço que custa o seu trabalho (salário e remuneração) deve ser igual ao preço que custa para a manutenção e reprodução desta mesma força de trabalho. No caso dos policiais, isto implica em sua sobrevivência e a da sua família. Na visão de Odélius e Codo (1999), o Estado é o patrão que paga estes trabalhadores. Não visa lucro, não tem em sua agenda cobrar pelos serviços que presta à população mais do que paga aos seus

funcionários. Tem outras obrigações além da segurança (no caso deste estudo) e, portanto deve minimizar as despesas com cada um de seus compromissos para que possa administrar seus recursos sem que falte dinheiro para qualquer uma de suas missões. Paga-se o padrão mínimo aceitável para um determinado serviço. O salário será adequado quando faltar algo à mesa; será alto quando permitir o poder de consumo definido pela cultura e desenvolvimento histórico da categoria.

A situação econômica do país também influencia as condições em que a organização irá atuar, facilitando ou dificultando o alcance de seus resultados. Ter condições de pagar salários competitivos não significa que a organização irá fazê-lo. Muitas vezes por aspectos relacionados à política da organização, ela resolve pagar salários mais baixos, mesmo tendo condições de pagar mais (Odelius; Codo, 1999).

Marx (2008) observa que a força de trabalho só pode aparecer no mercado enquanto for oferecida ou vendida como mercadoria pelo próprio possuidor. O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por conseqüência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de social médio nela corporificado. Não é mais que a aptidão do indivíduo vivo. Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência, ou seja, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. O vendedor da força de trabalho, como qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Qualquer que seja o trabalho o qual apenas cobre o valor da força de trabalho não se distingue qualitativamente da parte adicional com que produz *mais valia*. A *mais valia* se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho.

Alves (2007) afirma que é importante apreender os elementos mediativos da “captura” da subjetividade do trabalho no processo de produção do capital sob o toyotismo, como tendo um vínculo orgânico com os valores-fetice e disposições sócio-metabólicos que sedimentam os novos consentimentos espúrios. São eles: as formas de pagamento, o trabalho em equipe e a constituição do precário mundo do trabalho que contribuem para a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. O autor observa que as novas formas de pagamento de salário reproduzem, em sua essência a lógica do salário por peça, considerada por Marx a forma mais

adequada ao modo de produção capitalista que é a exploração dos trabalhadores pelo capital medida pelos próprios trabalhadores como força de trabalho como mercadoria. Na medida em que são individualidades de classe e não individualidades pessoais, os trabalhadores possuem dentro de si, disposições fetichizadas, ligadas à força de trabalho como mercadoria, que tendem a oprimi-los e a oprimir os demais trabalhadores. Nesse âmbito, o autor explicita que na visão de Marx, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário, ou a exploração do trabalhador pelo trabalhador, o qual Marx considera como sendo alienação e auto-alienação.

Posto isto, Odélius e Codo (1999) apontam para o que poderia ser considerado um bom salário. Talvez seria aquele pago de acordo com o trabalho realizado, os requisitos necessários para a realização do trabalho, o valor do trabalho na organização e na sociedade e que fosse viável de ser pago pela organização. Seria importante também que o trabalhador considerasse este salário compatível com o trabalho realizado por ele e com o investimento que ele faz para tornar viável a realização do mesmo. O que poderia ser chamado de justiça salarial.

O que percebemos expressos nas entrevistas dos policiais é que a insatisfação pelos seus salários é visível, além dos critérios para se obter uma melhoria salarial. A mudança de patente não acontece tão facilmente e quando se concretiza demora muito tempo. A possibilidade da maioria dos soldados chegarem a uma patente inserida no círculo hierárquico mais elevado da polícia militar é praticamente nulo. Em decorrência disso, depara-se com a questão da igualdade, requisito de fundamental importância tanto para o policial quanto para a Corporação, e no entendimento de Odélius e Codo (1999), a iniquidade causa sofrimento. Quanto maior a iniquidade existente, mais sofrimento o indivíduo sente e mais duramente ele irá tentar restabelecer a equidade. O indivíduo pode restabelecer a equidade pela alteração de sua própria contribuição ou resultados, ou ainda pode restaurar psicologicamente a equidade pela mudança da percepção de suas próprias contribuições. Outra resposta pode deixar terminar o relacionamento com o trabalho. Como resultado da falta de equidade os autores ressaltam que para o indivíduo o resultado é sempre negativo, exerce influência sobre a motivação, sentimento de injustiça, falta de envolvimento no trabalho. E para a organização, a redução da produtividade, absenteísmo, etc. A iniquidade não é boa para ninguém, seja para o trabalhador ou para a organização.

A categoria *Adoecimento* é o eixo central da vivência policial que possibilita compreender como se constitui esta zona de tensão ou de sofrimento. Visto as manifestações aí expressadas revelaram a tentativa dos policiais para se manterem em equilíbrio sobre uma linha frágil (sofrimento) que separa o controle do descontrole (a saúde da doença mental).

Embora os entrevistados percebam que essa linha separa a saúde da doença mental, ela não parece resumir-se na capacidade de controlar seus sentimentos, manter sob controle toda sua subjetividade, incluindo seus pensamentos, potencialidades criativas, etc., posição que é revelada pelo comentário do policial “o que culminou na internação foi um conjunto de problemas e o mais decisivo foi a pressão psicológica (...) no trabalho e fora também, mas relacionado as atividades de policial”. Assim, essa linha frágil, enquanto separação entre a saúde e a doença aponta para a vinculação entre o prazer e o sofrimento, que ocupa papel de destaque nessa dinâmica psíquica, análise do nosso estudo.

São vários os elementos que o policial revela como capazes de colocá-los nessa zona de tensão. A categoria *Hierarquia/Submissão* é a primeira delas, expressando aspectos de pressão do trabalho, ligados ao regulamento Disciplinar da Polícia Militar e as situações de controle, gerador de desconforto entre os policiais e os superiores hierárquicos, parece constituir o sofrimento psíquico dos policiais em razão da vigilância de tais comandos conforme relato do policial “a gente é muito cobrado na rua. Agora é muito chefe para pouca gente, isso vai estressando a gente”, representando o impedimento à necessidade humana de participação no planejamento permanente da prescrição do trabalho, de maneira a torná-lo condizente com o seu desejo. Assim o rigoroso controle entre os policiais no trabalho, visando impedir a prática da transgressão, parece estar, ao mesmo tempo, obstruindo as possibilidades para realizações de ajustes subjetivos necessários à promoção da saúde mental, o que parece atingir de modo mais intenso quanto mais baixa for sua posição na hierarquia.

Considerando que a prescrição para a vigilância associa-se à prescrição para a manutenção das melhores relações entre os policiais, conforme evidenciam os documentos, pode-se entender que o sofrimento gerado é também um impedimento à expressão do desconforto resultante dessa vivência que também se articula com a categoria *Condições de trabalho/Equipamentos* que se evidencia na fala do policial “as vezes não da condições para que a gente possa desenvolver

essa ordem deles”. A tensão, relatada pelos entrevistados, quanto à pressão exercida pelo policial superior parece decorrer do esforço em conter sua subjetividade, de modo que ela não venha a comprometer o devido cumprimento das prescrições do trabalho e, ainda sufocar o expressão de desagrado para com a situação, o que poderia ferir a prescrição para a manutenção da disciplina e comprometer a boa convivência entre os policiais.

Dejours (2001) entende que as relações hierárquicas são fontes de ansiedade superposta na medida em que a supervisão tem por encargo específico manter esta ansiedade com relação ao rendimento de cada trabalhador. A desigualdade na divisão do trabalho é uma arma terrível de que se servem os chefes a seu prazer da própria agressividade, hostilidade ou perversidade. A frustração, a revolta e a agressividade reativas, muitas vezes não conseguem encontrar uma saída. A falta de interesse pelo trabalho soma-se a ansiedade resultante das relações humanas impregnadas pela organização do trabalho.

A necessidade e a dificuldade em manter boas relações no trabalho, também foi constatado no depoimento do policial “de modo geral é ruim o relacionamento, em relação ao chefe, mas também com o próprio colega, é difícil trabalhar com eles”. O relato explicita que a tolerância nas relações interpessoais entre os colegas apenas se mantém pelo rigor da disciplina, e não permite a exposição do conflito. Assim, a doença mental, entendida como forma de descontar as pressões internas, aparece como decorrência do descontrole interno. Desse modo, a doença psicossomática parece consistir em uma resposta gerada do sofrimento, dada pela impossibilidade de realizar os ajustes subjetivos necessários à prevenção de sua saúde mental. As doenças parecem estar sendo produzidas pelo próprio rigor disciplinar que visa o controle, constituindo-se em resposta contra este na captura de suas subjetividades.

Dejours (2009), compreende que a origem da subjetividade é o próprio corpo, enquanto lugar no qual a subjetividade se experimenta, se reconhece: sofrimento e prazer, desejo, amor, amargura, cólera, desespero, ódio, angústia, etc., toda a gama de sentimentos e de afetos tem o corpo como ponto de partida e o corpo como lugar do sentir. O sofrimento na análise de Dejours (2004) não é apenas uma conseqüência última da relação com o real; ele é ao mesmo tempo proteção da subjetividade com relação ao mundo, na busca de meios para agir sobre o mundo, visando transformar este sofrimento e encontrar a via que permita

superar a resistência do real. Trabalhar passa, primeiro, pela experiência afetiva do sofrimento. O corpo inteiro, e não apenas o cérebro, constitui a sede da inteligência e da habilidade no trabalho. A “corporificação” supõe que o sujeito seja habilitado pelo sofrimento do trabalhar e para que se forme essa relação é preciso que o sujeito aceite seja habitado pelo trabalhar até nas suas insônias e nos seus sonhos. Assim se compreende que o trabalho ultrapassa qualquer limite dispensado ao tempo de trabalho; ele mobiliza a personalidade por completo.

Quando levamos em conta que para os policiais existe uma distância entre o trabalho prescrito e a realidade o que converge com a categoria *Poder e Respeito; Organização do trabalho/ Campo de trabalho*. Os policiais demonstram que a impossibilidade de executar as tarefas no rigor da técnica instituída pela organização leva a compreender que essa oposição entre a realidade e prescrição do trabalho gera a tensão de entrar em choque com a mobilização da subjetividade e as pressões internas à organização que mantém a inflexibilidade quanto às normas e prescrições. Em outros termos, essa tensão se estabelece porque a subjetividade é controlada e refreada pela organização prescrita do trabalho. Apesar do universo prescrito do trabalho policial se constituir em um espaço de desafio, no qual o policial encontra maneiras de fuga para estabelecer a sua subjetividade, parecem difíceis em razão do rigor das prescrições e os riscos decorrentes do trabalho.

A percepção do policial enquanto vítima de violência da organização do trabalho parece revelar que as trocas subjetivas realizadas nas relações entre os policiais podem existir uma violência sublimada, o qual os que se sentem lesados, mediante a revolta consiste em mais um complexo elemento na trama de constituição e gerenciamento de seu sofrimento psíquico. Segundo Dejours (2009), o movimento de indignação e revolta nasce no sujeito, no lugar de criar nos outros a emoção e a mobilização coletiva e solidária isolam ainda mais o sujeito atormentado por uma justa cólera. A passividade, a indiferença dos colegas provavelmente em relação com sua submissão à dominação simbólica exasperam ainda mais o sofrimento do sujeito. Logo que ele comece a ter comportamentos estranhos ou agressivos, e não somente isolado pelos outros, mas ele é estigmatizado como um doente. Renegado pela sua própria categoria de pertencimento que o desestabiliza, o faz duvidar de sua própria razão e crer na falha psicopatológica, atingindo sua identidade. Dessa forma, seus recursos

defensivos não lhe permitem assumir não somente uma posição marginal, mas também corre o risco de cair na psicopatologia, em atos médico-legais nos ambientes de trabalho ou atos de desespero sobre a forma do alcoolismo agudo ou de violência doméstica, como expressa o policial “com bebida você se solta, quando você passa a ter problemas, a ter *stress*, você vai se drogar para não ver os problemas”.

Importante ressaltar que Dejours referindo-se a Sigaut aponta esses casos como o de “alienação social”, isto é perda de identidade, bem diferente de “alienação mental”. A alienação social é secundária à obrigação psíquica exercida do exterior sobre um sujeito para a organização do trabalho pelos modos de gestão e de avaliação ou de direção da organização. Desse modo, a dominação simbólica representa um papel fundamental, a ponto de falar aqui de violência em resposta à dominação simbólica. Nesses termos, o autor alerta que o trabalho é um mediador central da tolerância à injustiça, mais ainda à violência, mas não é um mediador da formação da vontade violenta.

Um dos componentes que favorece o adoecimento psíquico de acordo com o entrevistado diz respeito a falta de reconhecimento do esforço do policial em desempenhar suas tarefas “ eu acho que eu deveria se reconhecido na minha honestidade, pelos meus bons serviços, pelo meu comportamento, eu destaquei no serviço várias vezes, nunca recebi uma condecoração ou alguma coisa”. Segundo Dejours (2003), a maioria dos trabalhadores se esforçam por fazer o melhor, pondo nisso muita energia, paixão e investimento pessoal. É justo que essa contribuição seja reconhecida. Quando não é, quando passa despercebida em meio à indiferença geral ou é negada pelos outros, isso acarreta um sofrimento que é muito perigoso para a saúde mental, devido à desestabilidade do referencial em que se apóia a identidade. O reconhecimento mostra-se decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho. O reconhecimento do trabalho pode ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção da identidade.

Nessa perspectiva, a doença mental parece ser a potencialidade subjetiva do policial no impasse entre o controlar-se e o descontrole, pelas características do trabalho em virtude da forma das condições e da organização do trabalho policial, permitem a descarga da tensão resultante desse processo. O treinamento, assim como a rotina de trabalho policial parece conduzir a um acúmulo elevado de carga

psíquica pelas raras possibilidades para a exteriorização da criatividade perante o exercício do trabalho. Portanto, essa carga psíquica, constituída de elementos afetivos, parece colocar os policiais fora do limite de estratégias defensivas capazes de manter a sua saúde psíquica. A falta de uma saída criativa para a descarga psíquica pode ser um obstáculo permanente, visto que, consta nos documentos, que o policial é submetido ao controle pela organização do trabalho e atinge também, os espaços familiar e social. Conseqüentemente fica evidenciado o alto nível de pressão do trabalho policial e a gravidade de seu impacto sobre o psiquismo dos mesmos.

O trabalho esvaziado do policial referente a impossibilidade de atingir o produto do trabalho, em razão da cronicidade dos problemas sociais coloca os policiais num processo de trabalho diário que o torna imperceptível. Diante dessa imaterialidade no exercício profissional, a busca para um sentido no trabalho pode vir a desenvolver sentimentos de impotência agravando seu estado de ansiedade e angústia já existentes em decorrência da organização do trabalho policial. O trabalho policial se faz em um contexto de situações recorrente de risco, provocando abalo no seu sistema nervoso. Assim, no caso específico do risco, a tensão é associada à necessidade de negar o risco e o medo. Como tentativa de equilibrar esse conflito, os policiais tentam paralisar o seu psiquismo como forma de ajuste que permita realizar seu trabalho sob o impacto das pressões. É aí que são criadas as estratégias defensivas. Nessa direção, Dejours (2003) afirma que se o sofrimento não se faz acompanhar de descompensação psicopatológica, ou seja, uma ruptura do equilíbrio psíquico que se manifesta pela eclosão de uma doença mental, é porque contra ele o sujeito emprega defesas que lhe permitem controlá-lo. Uma das estratégias defensivas que aparecem em comportamentos individuais específicos, de acordo com Dejours (2001) é o alcoolismo, que atinge um certo número de indivíduos. O alcoolismo nesta situação corresponde a uma fuga em direção a uma decadência mais rápida e a um destino mental e somático particularmente grave. A segunda saída é representada pela emergência de atos de violência, em geral desesperados e individuais. A terceira saída é a loucura com todas as formas de descompensações, psicóticas e depressivas.

A doença mental pode ser entendida como descontrole quando considerada em relação à agressividade operativa, que deixa assumir características em forma de descompensações psíquicas. Quando a doença mental aparece toda a tentativa

de controle do envolvimento da subjetividade no trabalho pelo policial não possibilitou que ele continuasse trabalhando sem descondensar psiquicamente. O resultado dessa análise indica, que existe um predomínio da vivência de sofrimento no trabalho policial, e o prazer é vivenciado moderadamente mediante a presença de fatores como: sobrecarga, cansaço, injustiça na avaliação de desempenho, injustiça relacionada ao exercício de poder, bem como pelo falta de valorização e reconhecimento. A partir desses resultados, pode-se denominar que as situações de trabalho do policial militar são desfavoráveis e geradoras de vivências de sofrimento. Do ponto de vista da dinâmica do trabalho, podemos supor que o sofrimento vivenciado não está sendo enfrentado com estratégias defensivas criativas.

Descrição de Doenças, a última categoria aparece nas entrevistas na maioria das vezes pelas reticências nos relatos. Os policiais expressam sobre suas patologias, porém durante as entrevistas percebemos uma certa dificuldade em discorrer sobre o assunto, em função do próprio desconhecimento das características da doença, bem como de um certo “constrangimento” em expor o lado “fragilizado” do policial. Surgiu com maior evidência as patologias relacionadas ao uso de álcool e depressão. Porém nos documentos, em vários casos, o diagnóstico começava com um e evoluía para outro(s).

Na argumentação de Garcia (1989), o processo de atenção e cuidados médicos é o conjunto de etapas sucessivas mediante as quais se promove a saúde, se previne a doença e se recupera a saúde dos indivíduos. Este processo supõe uma atividade humana específica, e sua execução necessita de certos meios materiais que se denominam instrumentos de diagnóstico, de tratamento e de cuidado. Em certas atividades médicas, como na atenção ao doente mental, os meios materiais são mínimos ou inexistentes. A relação de atenção médica pode se dar entre os agentes de saúde e o processo de atenção e cuidados médicos e entre as diversas categorias em que se dividem os agentes (médico-paciente, médico-enfermeira, etc.). A relação entre os agentes e o processo de atenção e cuidados médicos pode ser estudada a partir do grau de controle que têm os agentes sobre o processo (alienação-controle) e a propriedade, não propriedade.

Um aspecto verificado na fala do policial é a dificuldade de expressão do sofrimento que pode levá-los tardiamente a procurar os serviços especializados de saúde mental chegando em estágios graves de adoecimento. Na polícia militar, a

não ser em caso de doença como câncer, por exemplo, quem pega atestado não é valorizado, em muitas unidades tem que trabalhar independente do que estiver acontecendo. Isto pode significar não ser um bom policial por alguns comandantes.

Os dados revelados pelas entrevistas evidenciaram a lógica de funcionamento do sistema de atendimento à saúde mental disponibilizada para os policiais militares. Num primeiro momento, quando o policial sente que está acontecendo algo que não consegue controlar, a maioria procura o serviço social do Hospital da Polícia Militar-HPM e caso necessite de uma internação é encaminhado para um hospital psiquiátrico conveniado com o Ipasgo. Em alguns depoimentos declararam ter tido bom atendimento pelos profissionais de saúde, em outros como no relato da policial “eu detestei a minha internação, eles me colocaram no meio de monte de loucas que tomavam as minhas coisas (...) “todos lá, falam que tem depressão. Deus me livre, se aquilo lá for tratamento psiquiátrico, a pessoa não melhora nunca”.

Quando termina a licença médica e não são afastados pela doença, o policial se dirige ao HPM para avaliação médica, psicológica e encaminhamento para a atividade. De modo geral, os policiais sentem que deveria haver uma articulação maior do seu médico assistente e os profissionais de saúde do HPM na condução do tratamento. Uns dizem necessitar de licença maior para fazer o tratamento adequadamente para não implicar em recaídas. Outro por desejar voltar ao trabalho na sua função, se sente reprimido, como neste relato: (...) “o médico só pega o relatório do outro médico, assina um papel, fala ó, você vai trabalhar no administrativo”. “O médico da polícia, nunca me perguntou porque dessa depressão e quem homologou meu atestado foi um otorrino. Minha médica colocou que eu estava apto para voltar à ativa. (...) a psicóloga me reprovou, disse que tinha que continuar no serviço administrativo. Eu me sentia bem, quando fiquei sabendo que tinha sido reprovado, voltou tudo novamente”.

Segundo Goffman (2008), há restrições à transmissão de informações, sobretudo quanto aos planos dos dirigentes para os internados. Geralmente estes não têm conhecimento das decisões quanto ao seu destino, ocultando o diagnóstico, plano de tratamento e demora aproximada e internação, essa exclusão dá à equipe dirigente uma base específica de distância e controle com relação aos internados. No hospital psiquiátrico, o ambiente e as regras da casa recordam ao paciente que é, um caso de doença mental que sofreu algum tipo de colapso social

no mundo externo, tendo fracassado de alguma forma e que aqui tem pequeno peso social, pois dificilmente é capaz de agir como pessoa integral.

Assim, dado a impossibilidade de circulação do diálogo entre o paciente e os profissionais de saúde no entendimento da doença mental, sua evolução, aspectos desencadeadores do processo da patologia e a busca conjunta de uma alternativa no relacionamento dos mesmos com o seu trabalho, relaciona-se à constituição do sofrimento psíquico dos policiais em razão dos limites imputados na organização do trabalho da equipe de saúde da polícia militar, que pouco permite revelar-lhes sua particularidade. Por outro lado, a forma fragmentada em que o paciente é assistido no sistema de saúde como um todo é um problema macroestrutural, do qual o contexto de dominação dessa lógica sucumbe ao do exercício pleno de cidadania.

Desse modo perpetua-se o sofrimento, pois sua superação pressupõe uma mobilização ao nível do coletivo. Nesse sentido, Dejours (2009) alerta que afóra a saúde do corpo, as preocupações relativas à saúde mental, ao sofrimento psíquico no trabalho, ao medo da alienação, à crise do sentido do trabalho não só deixaram de ser analisadas e comprometidas, como também foram frequentemente rejeitadas e desqualificadas no âmbito das discussões das organizações do trabalho, bem como pelos sindicatos das categorias, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou compreender a percepção dos policiais quanto ao seu adoecimento e o desenvolvimento das relações que se estabelecem entre as condições e a organização do trabalho do policial militar e o processo de saúde mental, ou seja, conhecer a relação entre o adoecimento psíquico e o desenvolvimento das atividades de trabalho do policial. Dessa forma, buscamos a compreensão dos fenômenos, dado a complexidade do tema, aprofundar os aspectos em suas múltiplas determinações no campo do processo histórico, dialético e da psicodinâmica do trabalho para refletir questões da sociedade em curso, bem como seus impactos sobre a classe dos trabalhadores e na compreensão da forma como o trabalho, com o surgimento do valor de troca (mercadoria), tem-se apresentado ao longo das fases constitutivas do sistema capitalista. Segundo Guerra (1999), o processo de alienação que converte as condições objetivas estranhas ao sujeito, conduz a analisar o caráter fetichista de um determinado modo de ser e de pensar que não apenas dificulta as possibilidades emancipadoras do trabalho, como ainda, naturaliza, eterniza e aderem-se as relações sociais do capitalismo.

O conjunto de dados obtidos na pesquisa possibilitou revelar significativos elementos com que as profundas mudanças na atualidade têm afetado o policial no trabalho, como está estruturada a capacidade psíquica de administrar as condições e a organização do trabalho quando entra em conflito a relação entre o prazer e o sofrimento desenvolvido nas atividades laborais, resultantes da produção e reprodução da vida social na sociedade capitalista. Podemos conhecer a forma como o policial tem lidado com suas condições e relação de trabalho na sua base organizacional, nos contratos de trabalho, nos padrões salariais, nos recursos e meios de atuação, nas formas de organização e gestão profissional na esfera da segurança pública.

Nesse sentido, os dados nos apontam que o policial enfrenta um maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas em face da configuração da organização do trabalho da polícia militar no contexto do capitalismo nesta etapa do desenvolvimento histórico, que, além disso, permite as relações estranhadas (ou alienadas) entre o sujeito, o seu trabalho e as relações interpessoais enfraquecendo o poder de barganha entre o empregado e o

empregador. Dejours (2003), reitera que a questão do sofrimento no trabalho, as relações entre subjetividade e trabalho foi negligenciadas muito antes de eclodir a crise do desemprego. A questão da alienação repercute intensamente no mundo dos trabalhadores, porém é quase descartado o debate pelas organizações das categorias de trabalhadores.

Nesse movimento, Freire (1999) ressalta que os trabalhadores vão assumindo novas responsabilidades e uma grande carga de sofrimento psíquico. Esse processo resulta na ampliação do desgaste físico e mental do trabalhador, crescendo o exército de mutilados e de mortos prematuramente, pela constante intensificação do trabalho e por viverem sob ameaça de expulsão, traduzida por Lesões por Esforço Repetitivos (LER), doenças psíquicas e outras provocadas por estresse.

Ao investigar o processo de doença mental do policial sob a perspectiva das condições e organização do trabalho, enfocamos o lado peculiar do desenvolvimento da atividade policial pautada numa forma de imprevisibilidade de uma rotina envolta em tensionamentos, perigos e riscos de vida, intensificação do trabalho, convivência com uma hierarquia autoritária e uma disciplina rígida.

Podemos supor que o adoecimento pode se constituir como uma forma de expressão do sofrimento no ambiente de trabalho. Isso porque as internações psiquiátricas submetidas pelos policiais aparecem como uma forma de ruptura entre o controle e descontrole, a qual as estratégias individuais de defesa, importante na adaptação ao sofrimento, exerceu pouca influência contra a violência social. Assim, mediante a doença mental, os policiais expressam a falta de domínio em manterem sua subjetividade sob controle, de modo que interfere na execução do seu trabalho. Esse adoecimento psíquico produzido no exercício do trabalho está presente nas condições e organização do trabalho.

O estudo conceitual inter-relacionado à pesquisa empírica, os elementos em torno dos fenômenos da urbanização, exclusão social e violência expressados na sociedade capitalista aparecem de forma bastante presente no cotidiano da atividade policial, cujo saldo consiste na matéria-prima do trabalho policial. A teoria de classes sociais que implica numa contradição básica e necessária entre o capital e o trabalho insere-se na análise de Lojkin (1981) que verificou que a situação de classe e política estatal (urbana), baseou-se até agora numa perfeita adequação

entre o modo de predominância econômica, o monopolismo e seu reflexo político que é constituído pelos diferentes componentes da política urbana.

O maior impacto da mundialização da economia em seu lado perverso manifesta-se na desregulamentação da força de trabalho, no achatamento de salários e no desemprego estrutural, assim ela traz a globalização da desigualdade social inerente ao processo de acumulação. O Estado liberal ao não interferir no âmbito da economia e se posicionar na defesa dos interesses privados, traz a marca da desigualdade social. Aumenta a distância entre ricos e pobres faz crescer o sentido de injustiça e a demanda por igualdade. Desse modo, as diretrizes econômicas e políticas implementadas na atualidade resultam em implementação de políticas sociais de caráter focalizado, seletivo e residual que acentuam as marcas históricas da desigualdade no Brasil, na medida em que enfraquece a condição de cidadania. Os direitos são substituídos por medidas assistenciais e a regulação do acesso a bens e serviços mediante o cumprimento de condicionamentos. Esta política interfere amplamente na participação democrática em decorrência da despolitização das camadas sociais envolvidas.

Nessa linha de pensamento, Pedrazzine (2006) assinala que os partidários da repressão combatem as consequências dos problemas: delinquência, roubo, tráfico de drogas, assim evitam combater suas causas; as desigualdades, a precariedade, a corrupção, a injustiça, o desemprego, a fome, o fim do Estado de bem-estar, a militarização da polícia, o racismo, etc. As desigualdades internas de um País ocasionam a miséria, propagando rapidamente a violência e a insegurança.

Em decorrência, as possibilidades de intervenção policial quanto aos fenômenos relacionados, parece impossível atribuir somente ao aperfeiçoamento do processo de qualificação profissional, bem como, da modernização dos equipamentos de trabalho ao combate a criminalização e a violência, pois, neste contexto o policial convocado a desenvolver o policiamento ostensivo depara-se com a necessidade de construir as estratégias defensivas, que no caso do sujeito da pesquisa, não consegue enfrentar com criatividade às dificuldades encontradas.

Na visão de Pedrazzine (2006), a globalização reagiu impondo ao planeta um modelo patenteado de segurança máxima, que inclui uma legislação, um catálogo de arquitetura de interiores para penitenciárias, que não aumenta a segurança do sistema. Não é a violência das cidades que nos assusta, mas a

violência dos meios implantados para lutar contra ela. Essa confusão pertence ao sistema de segurança que promove a cultura do medo com vista ao consumo da segurança. A violência e a insegurança nas grandes cidades devem ser analisadas como reflexo da incerteza que nasce da aceleração das mudanças globais. As políticas de segurança implantadas pelas classes dirigentes visam reagir à mesma incerteza.

O avanço neoliberal causa impacto na atuação profissional do policial militar e se não levar em conta as múltiplas determinações dos fenômenos sociais para entender as contradições postas pelo capitalismo, irá se utilizar da racionalização manipuladora e reafirmar valores que imperam a lógica do mercado.

O policial militar ao atuar no policiamento ostensivo efetuando o serviço de segurança promovida pelo Estado, a fim de combater as mazelas geradas pelas contradições do sistema capitalista que se apresenta no espaço urbano, utiliza-se das condições técnico operativas no sentido de dar respostas à demanda da sociedade, que tem redundado em absoluto fracasso, no que se refere ao controle da criminalidade urbana contemporânea. Considerando a distância entre a tarefa prescrita e a realidade do trabalho e dos mecanismos defensivos criado pelos policiais para darem conta de suportar o sofrimento psíquico no trabalho, não parece possível o desenvolvimento de um trabalho dotado de sentido, o qual o policial possa se reconhecer no produto de seu trabalho, se continuar seguindo os mesmos parâmetros dos Regulamentos Disciplinares e o Estatuto do Policial Militar, visto que a subordinação direta da PM ao Exército e a prevalência da doutrina nacional mobilizada para a repressão que marca a lógica da organização policial na prática institucional, remetem para uma necessidade de novos modelos de ação capazes de aumentar de fato o aparato de segurança, dado a falência das velhas políticas de segurança diante das novas facetas da criminalidade urbana.

Mariano (2004), entende que as estruturas autoritárias e anacrônicas das polícias moldam e influenciam o comportamento dos policiais, o que implica dizer que, sem a mudança de tais estruturas, não há gerenciamento operacional que dê conta de alterar as ineficiências do sistema. Este sistema, que tem na sua gênese a missão de realizar o controle social dos excluídos e de defender as oligarquias. Segundo o autor deve-se criar medidas que garanta a participação efetiva e a co-responsabilidade das três esferas de governo, alterando o sistema atual em que a responsabilidade pelo setor de segurança pública é concentrada nos Estados

federados, com pouca participação da União e exclusão dos municípios. É importante unificar as funções policiais, sem a estrutura militarizada que caracterizou as polícias responsáveis pelo policiamento ostensivo. Porém, Comparato (1993) alerta que não basta aproximar a polícia do povo, reorganizando-a em nível municipal. É preciso estabelecer um verdadeiro controle popular sobre as forças policiais.

Em outros termos, Lefebvre (1991) argumenta que o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na sociedade, ao habitat e ao habitar. É também, o direito a obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem diferente da concepção de propriedade).

O fato de a doença mental aparecer em detrimento dos mecanismos criativos das estratégias defensivas vivenciadas pelos policiais no trabalho, fragiliza o princípio preventivo que rege a polícia militar. Desse modo, a poder de pressão sobre os policiais militares através do Regulamento Disciplinar pode estabelecer subjetivamente uma relação direta, somando a outras variáveis ao número de adoecimento psíquico na polícia militar. Punidos abusivamente na corporação por questões muitas vezes subjetivas, os policiais manifestam seu sofrimento no desencadeamento da doença mental. A violência policial nessa perspectiva é estrutural e agrava-se ainda mais com os problemas conjunturais. A organização real do trabalho apresenta oscilações de modalidade de comando da política do Governo que traduzem a cultura patrimonial autoritária da política brasileira, aspectos presentes também em outros serviços públicos.

Os dados obtidos nesta pesquisa evidenciam que as condições e organização do trabalho e o bem estar psíquico do policial estão inter-relacionados. A conexão dos dados empíricos e teóricos apontam um cenário bastante perturbador na instituição estudada. O enfoque da psicodinâmica do trabalho mostra que a predominância das vivências de sofrimento na atividade policial estão associadas tanto às condições nas quais as atividades são realizadas, quanto às relações socioprofissionais. Esse resultado indica um alerta no sentido de serem desenvolvidas mudanças organizacionais para a redução ou minimização dos fatores que causam cansaço, desânimo, sobrecarga, fadiga, pressão psicológica e

insatisfação no trabalho. Vale ressaltar que é preciso identificar e reforçar a vivência de prazer para a neutralização do sofrimento.

A apreensão indicativa de prazer e sofrimento permitiu uma descrição da situação que permeia o adoecimento psíquico sob o ponto e vista dos policiais entrevistados. É importante no sentido de mostrar, o momento e o contexto organizacional em que o fenômeno aconteceu e permite a compreensão e o avanço do conhecimento ao confrontar dados quantitativos e qualitativos. A verificação da inter-relação dos pressupostos do processo histórico e dialético e a psicodinâmica do trabalho nesse estudo contribuiu para estabelecer um diálogo rico entre as duas vertentes sobre a temática. Os dados da análise evidenciam a interação das principais variáveis que marcam o sofrimento dos sujeitos no serviço de segurança pública, os elementos críticos das situações que aumentam a carga de trabalho na qual se inserem os resultados das vivências de prazer e sofrimento.

Diante das dificuldades enfrentadas pelos policiais, alguns profissionais da área de segurança pública apontam para a possibilidade de construção de um novo modelo de polícia para o Brasil, pautada na legalidade democrática, pela ética e nos direitos humanos. Quanto a isto, Mészáros (2008), concebe que nas nossas sociedades, a questão do cumprimento dos direitos é problemático, mas em função do contexto em que se originaram, de uma sociedade regida pelas forças desumanas da competição antagônica (teoria liberal). Segundo o autor, as reflexões de Marx apontam que o apelo aos direitos humanos bem sucedidos ideologicamente se volta contra ela, uma vez que, à época de uma crise devastadora pelo próprio metabolismo social, não é capaz de se proclamar como representante da realização mais adequada às aspirações humanas. Reconhecidamente, os direitos humanos é a categoria mais abrangente em que as relações jurídicas podem ser articuladas, dizem respeito a toda humanidade, porém, o que Marx rejeita é a concepção de que o direito à propriedade privada constitui a base de todos os direitos humanos. Os direitos humanos não teria sentido se não se aplicar diretamente aos indivíduos. Entretanto, Mészáros observa que enquanto estivermos onde estamos, e enquanto o livre desenvolvimento das individualidades estiver tão distante, a realização dos direitos humanos é e permanece uma questão de alta relevância para a sociedade.

Para Dejours (2003), é importante que as relações sociais no trabalho, permeadas pela relação de dominação, possa ser subvertido por intermédio da

psicodinâmica do reconhecimento pelo outro, da contribuição do sujeito para a administração da defasagem entre a organização prescrita e a organização real do trabalho. Quando a dinâmica do reconhecimento funciona, o sujeito se beneficia de uma retribuição simbólica que pode inscrever-se no âmbito da realização do ego, no campo social. A capacidade que as pressões do trabalho tem de gerar a alienação e violência impulsiona os meios de estratégias individuais de defesa contra um risco potencial para a autonomia subjetiva e moral. A psicodinâmica do trabalho descobriu estratégias de defesa construídas coletivamente que contribuem para a coesão do coletivo de trabalho, pois trabalhar não é apenas ter uma atividade, mas também viver a experiência da pressão em comum, enfrentar a resistência do real, da situação e do sofrimento, construir o sentido do trabalho. Assim, o trabalho se apresenta ambivalente, pode causar infelicidade, alienação e doença mental, mas pode também ser mediador da auto-realização, da sublimação e da saúde.

Para que o processo de trabalho funcione, é preciso reajustar as prescrições e afinar a organização efetiva do trabalho, diferente da organização prescrita. Cada trabalhador, individualmente, deve envolver-se no debate coletivo para tornar visíveis e inteligíveis suas contribuições, seu saber fazer, suas habilidades. É preciso que torne compreensível e que justifique os distanciamentos que se autoriza em relação ao procedimento. Os argumentos fundamentais não são somente em considerações técnicas, mas, também, nas referências às preferências, aos gostos, à idade ao sexo, à saúde e aos antecedentes médicos, aos valores, ou seja, um conjunto de argumentos tanto técnicos quanto éticos. Dar sua contribuição e seu consentimento aos acordos normativos num coletivo implica, a renúncia a uma parte do potencial subjetivo individual, em favor do viver junto e da cooperação (Dejours, 2004).

O trabalho em sua forma estranhada ou alienada expressa em variadas etapas no capitalismo no decorrer da história, não pode ser um aspecto negativo na vida. Eis o desafio do homem contemporâneo para não ser engolido por ela. Ao contrário, é através do trabalho que o homem poderá desenvolver suas maiores potencialidades e promover sua verdadeira emancipação.

A relação entre o adoecimento psíquico e o sofrimento no trabalho, como fora elucidado nesse estudo aponta, sobretudo para um assunto de saúde pública, pois a expressão de sofrimento psíquico no trabalho que atinge uma significativa

parcela da categoria dos policiais repercute em graves problemas para a sociedade. Os depoimentos dos sujeitos que adoeceram precisaram dos serviços de reabilitação em saúde mental. Assim, recomenda-se que a transformação dessa realidade passe por um programa que contemple os princípios preconizados pela reforma psiquiátrica, oportunizando ao portador de sofrimento psíquico a garantia dos direitos de cidadão.

Segundo Bisneto (2007), o neoliberalismo almeja diminuir a regulação social, deixando que a sociedade seja regida pelas leis “naturais” do mercado. O Estado neoliberal reduz as políticas sociais à funcionalidade de manter a reprodução social a custos mínimos. A crise do Estado e das políticas sociais exerce influência sobre a sociedade, as organizações, o planejamento econômico faz contenção de gastos na área da saúde pública, implicando a diminuição da oferta do atendimento, a passagem da responsabilidade para o setor privado que objetiva o lucro. Nessa conjuntura, o Movimento de Reforma Psiquiátrica tem sofrido descontinuidades de suas propostas, dentre elas a diminuição do investimento público em saúde mental, sem criar serviços alternativos suficientes, diminuindo verbas e não contratando novos profissionais. As políticas neoliberais não estão realmente interessadas em diminuir custos, mas sim, em garantir o lucro do empresariado e a manutenção do poder. Desse modo, na área da saúde mental é incentivado a busca do tratamento baseado em remédios como saída para o atendimento em massa.

Nessa perspectiva, a redução dos investimentos nas políticas sociais abre caminhos para a privatização dos bens públicos. O desmonte do Estado na saúde pública implica em sucateamento dos serviços de saúde e fragmentação dos trabalhadores com a introdução do processo de terceirização nas instituições públicas, acarretando desqualificação no atendimento, com profissionais desvalorizados e desmotivados.

Os dados da pesquisa revelam que existe um programa de atendimento em saúde mental para o policial militar acometido de sofrimento psíquico, contudo, as falas dos policiais expressam um certo descontentamento no funcionamento do serviço. Esse modelo, que faz intercâmbio com os serviços de hospitalização psiquiátrica do Ipasgo, não consegue estabelecer uma articulação terapêutica que realmente promova o resgate da identidade do policial devolvendo a subjetividade criativa capturada no seu fazer cotidiano. Esse modelo está pautado na institucionalização do paciente na organização e na lógica societária. É em nome

dessa integração social e institucional que os profissionais de saúde atuam, apesar de está presente no âmbito institucional racionalidades da psiquiatria tradicional e psiquiatria renovada, diferentes em vários aspectos e com propostas divergentes na área de saúde mental. Dessa forma, não se consegue romper com a lógica hospitalocêntrica, reforçando a institucionalização do sujeito, não contribuindo para desmistificar a loucura e promover a inclusão do policial no processo de trabalho. Assim, enquanto as propostas de desinstitucionalização da psiquiatria não forem concretizadas, não se constituirão em um objeto institucional diferenciado para os profissionais de saúde e os usuários do serviço.

É preciso fazer a ligação entre o mundo do trabalho e o processo de saúde-doença mental, inserir na discussão o aspecto duplo do trabalho (concreto e abstrato) e dos conceitos de trabalho livre e trabalho alienado por meio das ações da história, da configuração do Estado, das contradições sociais, das políticas públicas com a totalidade da vida social. A medida em que o serviço de saúde mental não articula a inclusão social e a promoção da cidadania no trabalho e nos espaços da cidade, ele não segrega a identidade dos sujeitos.

Entender a saúde mental do policial militar articulados com as políticas públicas no campo macroeconômico requer enfrentar muitos desafios já que nos deparamos com uma prática econômica que prioriza os interesses de mercado, ou seja, superar um quadro de ausência de respostas diante das questões referentes ao trabalho/saúde requer enfrentá-los a partir de uma luta coletiva. O que foi abordado neste estudo é um aspecto importante para a promoção e prevenção do adoecimento psíquico provenientes das condições e organização do trabalho policial para a luta na garantia de direitos, reivindicação por melhores condições de trabalho e de vida. Apesar do avanço alcançado na área de saúde do trabalhador, nos deparamos com a ausência de uma política efetiva nessa área. A saúde do trabalhador é pautada na perspectiva médica curativa oriundas da medicina do trabalho e da saúde ocupacional, o que dificulta ações no campo da saúde/doença e a efetivação de ações no âmbito da saúde mental no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTA 15 anos depois de Caracas. *Fórum goiano de saúde mental*, Goiânia, 17 março 2006.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaio de sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

AMADOR, Fernanda Spanier. *Violência policial – verso e reverso do sofrimento*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Bom tempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

BARROCO, Maria Lúcia. *Ética e serviço social. Fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2007.

BASAGLIA, Franco. *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social – fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2008.

BERNARDO, Antônio Carlos. *Previdência social e assistência psiquiátrica no Brasil*. In: INCAO, Maria Ângela D'(Org). *Doença mental e sociedade*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BISNETO, José Augusto. *Serviço social e saúde mental – uma análise industrial da prática*. São Paulo: Cortez, 2007.

BORON, Atílio A. Os “Novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo (Org.). *Que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social: Conceber a política para realizar o direito*. In: IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2007, Brasília.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS. Lei nº 8.033. Diário Oficial do Estado, 1975.

[rbm3] Comentário:

CABONARI, Paulo César. *Situação dos direitos humanos no Brasil*. In: MOSER, Cláudio; RECH, Daniel (Org). *Direitos humanos no Brasil: Diagnóstico e perspectiva*. Rio de Janeiro, 2003.

CAMPOS, Pedro Humberto F. Quando a exclusão se torna “objeto” de representação social. In: MOREIRA, Antônia S. P. (Org.). *Representações sociais – teoria e prática*. João Pessoa: Universitária, 2001.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson C; HITOMI, Alberto Haruyoshi. *Indivíduo trabalho e sofrimento, uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CODO, Wanderley; VASQUES – MENEZES, Iône. Educar, educador. In: CODO (Org.). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CODO, Wanderley. *O que é alienação*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

_____. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: TAMAYO, Álvaro; ANDRADE-BORGES, Jairo Eduardo (Org.). *Trabalho, organização e cultura*. São Paulo: Capital gráfica editora, S/D.

COMPARATO, Fábio Konder. A nova cidadania. In: Estado, reformas e desenvolvimento. *Lua nova*, s. l. n. 28-29, p. 85-106, 1993.

COSTA, Augusto César de Farias. Direito, saúde mental e reforma psiquiátrica. Curso de especialização à distância em Direito Sanitário para membros do Ministério Público e Magistratura Federal, Faculdade de Direito/ UNB. 2002.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. Globalização, neoliberalismo e relações de trabalho. In: *Inovações na legislação trabalhista reforma trabalhista ponto a ponto*. 2. ed. São Paulo: LTR, 2002.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do Trabalho*. São Paulo: Cortês, 2001.

_____. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. *Subjetividade, trabalho e ação*. *Produção*, v.14, nº3, p.27-34, set / dez 2004.

_____. Violência e dominação. In: MARTINS, F; SOUZA, M (Org.). *Dimensões da violência: Reflexões interdisciplinares em cenas contemporâneas*. S.l. Casa do Psicólogo (No prelo), 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil*. CFESS/RSEPSS, 2000.

FRAGA, Cristina. O processo de trabalho do policial militar numa perspectiva social. Artigo parte da tese de doutorado denominada “*A política militar ferida: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço*”. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, 2005.

FREIRE, Lúcia M.B. Reestruturação produtiva e desestruturação social do trabalho no Brasil no limiar do século XXI. *Ser Social*, Brasília, n.5, p.45 – 63 julho a dezembro, 1999.

FRYZE-PREIRA, João. O que é loucura. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros passos).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GALLO, Silvio. Ética e cidadania na sociedade tecnológica. In: *Ética e cidadania: Caminhos da filosofia*. Campinas: Papyrus, 1997.

GONÇALVES, Sandra Lúcia; SOUSA, Darci Roldão de C. A saúde/ doença mental como processo histórico e social. *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v. 15, n. 5, p. 891-915, maio. 2005.

GARCIA, Juan César. Sociologia e medicina: bases sociológicas das relações médico – pacientes. In: NUNES, Everardo Duarte (Org.). *Juan César Garcia: pensamento social em saúde na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. As ciências sociais em medicina. In: NUNES, Everardo Duarte (Org.) *Juan César Garcia: pensamento social em saúde na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. A categoria trabalho na medicina. In: NUNES, Everardo Duarte (Org.) *Juan César Garcia: pensamento social em saúde na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do serviço social*. 2 . ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GUIMARÃES, Sílvia Pereira. *Representação social da violência em adolescentes: da norma social ao espaço do sujeito*. Dissertação de (mestrado em Psicologia) Universidade católica de Goiás, UCG, Goiânia, 2006.

HARVEY, David. *Condição Pós Moderna*. 5ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HELOANI, José Roberto; CAPITÃO, Cláudio Gouveia. Saúde Mental e Psicologia do Trabalho. *Perspectiva*, São Paulo, v.17, n.2, p.102-108. 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

IAMMAMOTO, Marilda. *Serviço social em tempo de capital fetiche*. Tese (doutorado em Serviço Social) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

JACQUES, Maria da Graça C. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: TAMAYO, Álvaro; ANDRADE-BORGES, Jairo Eduardo; CODO, Wanderley (Org.). *Trabalho organização e cultura*. São Paulo: Capital Gráfica, S/D.

JAPIASSÚ, Hílton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de filosofia*. 4. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.

KON, Anita. Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. In: *Desafios da globalização*. 2 ed. Petrópolis: vozes, 1999.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e tema, 1981.

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo: 34 LTDA, 2000.

LARANGEIRA, Sônia M.G. Realidade do trabalho ao final do século XX. *Ser Social*, Brasília, n.5, p.23 – 44 julho a dezembro 1999.

LAUTIER, Bruno. Trabalho ou labor? Dimensões históricas e culturais. *Ser Social*, Brasília, n.5, p. 09 – 21, julho a dezembro. 1999.

LEI nº 4. 190 de 22 de outubro de 1962. Disponível em: <http://www.ipasgo.go.gov.br/histórico.asp>. Acesso em: 16 set, 2009.

[rbm4] Comentário:

LEI nº 14.081 de 26 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.ipasgo.go.gov.br/legislação.asp>. Acesso em 16 set, 2009.

LEI nº 15.214 de 21 junho de 2005. Disponível em: <http://www.ipasgo.go.gov.br/legislação.asp>. Acesso em: 16 set, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes Ltda, 1991.

LEMGRUBER, Julieta; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LESSA, Sérgio. Lukács e Heller: a centralidade do trabalho. *Raízes*, Campina Grande, V.13, p. 112-123, 1996.

LIMA FILHO, Paulo Alves. A emergência do novo capital. In: *Desafios da globalização*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIMA, Maria Elizabeth A. A pesquisa em saúde mental e trabalho. In: TAMAYO, Álvaro; ANDRADE –BORGES, Jairo Eduardo; CODO, Wanderley. In: (Org). *Trabalho, organização e cultura*. São Paulo: Capital Gráfica, S/D.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 1. ed. São Paulo: Martins fontes, 1981.

MAGALHÃES FILHO, Francisco B. B. de. *História econômica*. São Paulo: Sugestões Livraria S/A, 1979.

MARIANO, Benedito Domingos; BICUDO, Helio Pereira. Justiça, segurança e direitos humanos. In: MOSER, Cláudio e RECH, Daniel (org). *Direitos humanos no Brasil: Diagnóstico e perspectiva*: Rio de Janeiro, 2003.

MARIANO, Benedito Domingos. *Por um novo modelo de polícia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARX, K; Engels, F. *O manifesto comunista*. Tradução de Maria Lúcia Como. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos*. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. *O capital*. Livro primeiro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980, V.I.

_____. *O capital - crítica da economia política*. Livro primeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988, V. II.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova cultural, 1991.

_____. *O capital – crítica da economia política*. Livro primeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, V.I.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante, 1994.

_____. *A questão judaica*. São Paulo: Moraes, 1991.

MASCARENHAS, Ângela C.B. *O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora*. Goiânia: Alternativa, 2002.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*, Brasília, novembro. 2005.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova modernidade? In: *Desafios da globalização*. 2. ed. Petrópolis: vozes, 1999.

NUNES, Eduardo Duarte. *Juan César Garcia: pensamento social em saúde na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1989.

ODELIUS, Cecília Catarina; CODO, Wanderley. Salário. In: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEREIRA, Potiara A. P. *Política social – temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MLITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Estado de Goiás, 1996.

RESENDE, Anita Cristina de Azevedo. Da relação individuo e sociedade. *Educativa*, Goiânia, V. 10, n.1, p. 29 – 45, jan/jun. 2007

SANTOS, Boaventura de S. Cidadania, subjetividade e emancipação. In: *Pelas mãos de Alice*. São Paulo: Cortez, 1996.

SORATO, Lúcia; OLIVIER-HECKLER, Cristiane. Os trabalhadores e seu trabalho. In: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: trabalho e carinho*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, Regina Sueli; SILVA, Valeria Getúlio De Brito. Direitos humanos, violência e minorias: uma visão interativa. *Fragmentsos de cultura*, Goiânia, v.15, n.5, p.813-829, maio. 2005.

SOUZA, Cibeli de. *O anhanguera: história da polícia militar de Goiás*, Goiânia: Grafopel, 1999.

SPOSATI, Adaiza. Globalização. Um novo e velho processo. In: *Desafios da globalização*. 2. ed. Petrópolis: vozes, 1999.

VANAGUNAS, Stanley. Planejamento dos serviços policiais urbanos. In: GREENE R., Jack (Org.). *Administração do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2007.

VIANA, Maria José. *Direito e política social – O impacto da LOAS sobre as agências de assistência social no município de Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, 1999.

VIEIRA, Evaldo. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez, 1992.

ANEXO - ASPECTOS METODOLÓGICOS

As Entrevistas Semi-Diretivas

A técnica utilizada para a coleta de dados foi entrevista semi-estruturada. As questões foram apreendidas como parte de uma narrativa espontânea visando possibilitar a percepção subjetiva da atividade real do trabalho do policial. A descrição e vivências do local de trabalho, sua relação no âmbito da autonomia x hierarquia; condições e organização do trabalho; percepção da relação entre doença e trabalho; o significado social do trabalho (real), percepção de como a família vê o trabalho do policial, com o objetivo de verificar se o sofrimento psíquico está associado às atividades desenvolvidas no trabalho.

Roteiro para os participantes que utilizaram até 10 internações em hospitais psiquiátricos:

1. Eixo temático 1: a história da atividade, porque e como começou a trabalhar na polícia, o que esperava, quais os sonhos e expectativas, se existe satisfação no trabalho, o que tem de bom, se gosta desse ambiente, o que acha de ser policial.

2. Eixo temático 2: como a família via e vê o trabalho do policial, era policial antes do casamento? O que a família acha.

3. Eixo temático 3: o que aconteceu no primeiro dia de trabalho? De treinamento? Pedir para contar a rotina, período de funcionamento das atividades, já passou por uma operação pesada? O que é policiamento ostensivo, O que é feito, Como funciona, sempre teve essa função? Já mudou de função? Antes de ser afastado qual era a sua atividade, o que achava.

4. Eixo temático 4: o que acha das condições de trabalho, aspectos físicos, técnicos, segurança, se acha adequado para o desenvolvimento das funções.

5. Eixo temático 5: Como é estruturada a organização do trabalho, como percebe a questão da hierarquia, o relacionamento com os colegas, superiores.

6. Eixo temático 6: O que você sentiu quando internou. Antes de ser diagnosticado sentia alguma coisa, o quê? Como vê sua história, o que estava acontecendo, já teve problemas de saúde? Pensa que existe alguma relação entre o seu trabalho e sua doença?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)